

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES
POLÍTICAS

AYALA RODRIGUES OLIVEIRA PELEGRINE

MODERNIZAÇÃO E REPRESSÃO: OS IMPACTOS DA DITADURA MILITAR NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (1969-1974)

VITÓRIA

2016

AYALA RODRIGUES OLIVEIRA PELEGRINE

**MODERNIZAÇÃO E REPRESSÃO: OS IMPACTOS DA DITADURA MILITAR NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (1969-1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Fagundes.

VITÓRIA

2016

AYALA RODRIGUES OLIVEIRA PELEGRINE

**MODERNIZAÇÃO E REPRESSÃO: OS IMPACTOS DA DITADURA MILITAR NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (1969-1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em ____ de _____ de 2016

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes (Orientador)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta (Membro Externo)
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira (Membro Interno)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco (Membro Interno)
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Angelica Müller (Membro Externo Suplente)
Universidade Salgado de Oliveira

Prof. Dr. Julio César Bentivoglio (Membro Interno Suplente)
Universidade Federal do Espírito Santo

AGRADECIMENTOS

No processo de produção desta pesquisa, muitos foram os que contribuíram de maneira essencial. Primeiramente, agradeço à prof^a. Dr^a. Angélica Müller, da UNIVERSO, por ter sido a principal responsável pela total redefinição do meu objeto de estudo no Mestrado, ao me mostrar que é preciso identificação com o tema para trabalhar com paixão, e por ter colaborado no direcionamento desta investigação, durante a etapa da qualificação da pesquisa. Em seguida, agradeço ao meu orientador, prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes, que, desde o princípio, abraçou meu interesse em compreender as consequências da ditadura militar na UFES, campus onde concluí a Graduação em História e assumi, irreversivelmente, o compromisso político enquanto historiadora. Sua orientação me possibilitou o contato com o universo da Comissão da Verdade UFES e a construção desta investigação inédita, por isso, agradeço imensamente. Também merecem meus agradecimentos os prof. Dr. Gilvan Ventura, Adriana Campos, Vitor de Angelo, Márcia Rodrigues e Maria Cristina Dadalto, que ministraram as disciplinas obrigatórias do PPGHIS e contribuíram para a edificação dos conhecimentos neste processo, além da prof^a. Dr^a. Jane de Almeida, da UNISO, que avaliou meu projeto de pesquisa, e do prof. Dr. Fabio Muruci, que apoiou meu novo interesse e autorizou a troca de orientador. Entre os companheiros de jornada científica, agradeço aos amigos Leonardo Baptista, meu irmão e mestre, Karolina Dias, minha doce guerreira, e Luiz Fernando Brumana, meu exemplo de superação e coragem. Por fim, agradeço aos meus pais, pela vida, às amigas, Paula Rizzolli e Fernanda Quiquita, pelo apoio incondicional, e ao Fábio, com quem escolhi compartilhar a vida.

A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, mas em ter novos olhos.

Marcel Proust

RESUMO

No cenário da recente ampliação dos meios para a investigação histórica sobre o passado político recente do Brasil, esta pesquisa pretende contribuir para o esclarecimento dos impactos da política de modernização conservadora e autoritária, implantada pela ditadura militar (1964-1985) nas universidades públicas do país. O recorte da análise privilegia o período da presidência de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), quando o paradoxo dos matizes modernizantes e repressivos da política ficou ainda mais evidente. Na esteira do projeto de desenvolvimento “rápido e seguro” do capitalismo nacional, o governo de Médici materializou a Reforma Universitária, cumprindo o objetivo de sintonizar as universidades com as demandas do almejado “milagre” brasileiro. Ao mesmo tempo, ancorada na cultura política autoritária e no seio de uma guerra anticomunista imaginada, sua gestão reforçou a repressão política como forma de viabilizar a modernização, expandindo o alcance da “comunidade de segurança e informações” da ditadura militar para o interior das universidades. Nesta pesquisa, objetiva-se compreender como modernização e repressão caminharam juntas e ressoaram especificamente na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a partir de uma análise crítica da “história oficial” da instituição e do acervo documental produzido pelos trabalhos da Comissão da Verdade UFES.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Universidade Pública; Modernização Conservadora e Autoritária; Repressão Política; Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

ABSTRACT

In the scenario of the recent expansion of facilities for the historical research on the recent political past of Brazil, this research aims to contribute to the clarification of the impact of conservative and authoritarian modernization policy, implemented by the military dictatorship (1964-1985) in public universities in the country. The clipping of the analysis focuses on the period of the presidency of Emilio Garrastazu Medici (1969-1974), when the paradox of modernizing and repressive nuances of politics became even more evident. In the wake of the development project "fast and safe" national capitalism, the government of Medici materialized the University Reform, reaching the goal of tuning the universities with the demands of the desired brazilian "miracle". At the same time, anchored in authoritarian political culture and within an imagined anti-war, its management strengthened political repression as a means to facilitate the modernization, expanding the scope of "security community and information" of the military dictatorship to the interior of the universities. This research aims to understand how modernization and repression walked together and resonated specifically at the Federal University of Espírito Santo (UFES), from a critical analysis of the "official story" of the institution and the documentary collection produced by the work of the Truth Commission UFES.

Keywords: Military Dictatorship; Public University; Modernization Conservative and Authoritarian; Repression Policy; Federal University of Espírito Santo (UFES).

LISTA DE SIGLAS

ADESG/ES – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra no Espírito Santo
AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas
AESI – Assessoria Especial de Segurança e Informação
AI1 – Ato Institucional n. 1
AI2 – Ato Institucional n. 2
AI5 – Ato Institucional n. 5
ALES – Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo
AM – Amazonas
ASI – Assessorias de Segurança e Informação
BC – Batalhão de Caçadores
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CA – Centro Acadêmico
CAR – Centro de Artes
CBM – Centro Biomédico
CCJE – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CCPTM – Comissão de Coordenação e Treinamento de Pessoal do Magistério
CEG – Centro de Estudos Gerais
CENIMAR – Centro Nacional de Informações da Marinha
CFE – Conselho Federal de Educação
CIE – Centro de Informações do Exército
CIEX - Centro de Informações do Exterior
CISA – Centro de Informações da Aeronáutica
CODI – Centro de Operações de Defesa Interna
CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CRUTAC – Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária
CS – Comissões de Segurança
CT – Centro Tecnológico
CSN – Conselho de Segurança Nacional
DA – Diretório Acadêmico
DOI - Destacamento de Operações de Informação
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DOU – Diário Oficial da União

DSI – Divisão de Segurança Interna
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
EDUFES – Editora da Universidade Federal do Espírito Santo
EMFA – Estado Maior das Forças Armadas
ES – Espírito Santo
ESG – Escola Superior de Guerra
FAFI – Faculdade de Filosofia
FINDES – Federação das Indústrias do Espírito Santo
IGHA – Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
IHGES – Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM - Inquérito Policial Militar
LASPAU – Latin American Scholarship Program of American Universities
LDB – Levantamento de Dados Biográficos
LSN – Lei de Segurança Nacional
ME – Movimento Estudantil
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MJ – Ministério da Justiça
MPM – Ministério Público Militar
OBAN – Operação Bandeirantes
OI – Órgão de Informação
PC/ES – Polícia Civil do Espírito Santo
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PID – Plano Integrado de Desenvolvimento
PNI – Plano Nacional de Informações
PR – Partido Republicano
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático
PSP – Partido Social Progressista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RJ – Rio de Janeiro
SISNI – Sistema Nacional de Informações

SISSEGIN – Sistema Nacional de Segurança Interna

SNI – Serviço Nacional de Informação

SSP – Secretaria de Segurança Pública

STF – Supremo Tribunal Federal

TJ/ES – Tribunal de Justiça do Espírito Santo

UEE/ES – União Estadual dos Estudantes no Espírito Santo

UES – Universidade do Espírito Santo

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E AUTORITÁRIA DURANTE O GOVERNO DE EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI	38
1.1 ANTECEDENTES CONJUNTURAIS.....	38
1.2 “ANOS DE OURO” E “ANOS DE CHUMBO”: UM PARADOXO.....	43
2. O LUGAR DAS UNIVERSIDADES: IMPULSOS MODERNIZANTES E AUTORITÁRIO-CONSERVADORES	50
2.1 GÊNESE E MATERIALIZAÇÃO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA.....	50
2.2 ONDAS REPRESSIVAS, DECRETO 477 E AESI.....	63
3. MODERNIZAÇÃO E REPRESSÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)	73
3.1 “PLANO DE REESTRUTURAÇÃO” E PRIMEIRA ONDA REPRESSIVA.....	73
3.2 ENSAIO PARA REFORMA UNIVERSITÁRIA E SEGUNDA ONDA REPRESSIVA.....	82
3.3 IMPLANTAÇÃO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA E TERCEIRA ONDA REPRESSIVA.....	91
3.3.1 ATUAÇÃO DA AESI/UFES.....	99
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
6. FONTES PRIMÁRIAS	138
6.1 FONTES ESCRITAS.....	138
6.2 FONTES ORAIS.....	149

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Pelegrine, Ayala Rodrigues Oliveira, 1984-
P381m Modernização e repressão : os impactos da ditadura militar
na Universidade Federal do Espírito Santo (1969-1974) / Ayala
Rodrigues Oliveira Pelegrine. – 2016.
150 f.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Universidade Federal do Espírito Santo. 2. Ditadura -
Espírito Santo (Estado). 3. Universidades e faculdades públicas.
4. Perseguição política. I. Fagundes, Pedro Ernesto. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

1. INTRODUÇÃO

As pesquisas históricas firmadas em torno do objetivo de compreender os impactos da ditadura militar¹ sobre as universidades públicas do Brasil vêm apresentando progressos nos últimos anos. Cada vez mais, o problema do legado do regime autoritário nas comunidades universitárias vem sendo revisitado pela historiografia, inclusive sob uma perspectiva mais regional e específica, que busca dar conta das experiências particulares, vivenciadas nas academias espalhadas pelos estados. É preciso dizer que o avanço nas pesquisas está intimamente relacionado a uma ruptura recente no arcabouço jurídico-político federal, a qual foi protagonizada pelos últimos governos democráticos por meio de medidas serviram para enfraquecer o monopólio do Estado sobre a memória² e a história nacional, legitimando o acesso público aos acervos da ditadura.

Os documentos produzidos durante o período autoritário, “arquivos sensíveis” (QUADRAT, 2013, p. 201) da história política do país, constituem acervos – escritos, imagéticos e orais – que, além de fornecerem informações sobre o funcionamento burocrático-repressivo das instituições ligadas à administração pública, evidenciam os crimes cometidos pelos agentes do Estado autoritário. Por isso, o sigilo sobre sua existência foi instituído como norma, pelos militares, e assim permaneceu durante os governos que se seguiram à “transição democrática”.

Longe de democrática, a “transição” materializou-se unilateralmente através da “aberração jurídica” (COMPARATO, 2010, p. 07) da Lei de Anistia³, que desconstituiu os crimes praticados pelos agentes públicos do Estado militar contra os opositores políticos, violando o

¹ Segundo Müller (2010, p. 17), não há consenso entre os historiadores sobre uma designação ideal para o regime político que vigorou no Brasil entre 31 de março de 1964 e 15 de março de 1985: ditadura militar, civil-militar, ditadura de segurança nacional. É inegável a participação de civis na conspiração do golpe e na sustentação econômica e técnica do regime. Contudo, a proeminência militar no “Comando Supremo da Revolução” e a paulatina militarização que se seguiu fornecem bases para a opção conceitual adotada nesta pesquisa: conforme Fico (2004, p. 38), foi uma ditadura militar.

² Conforme Torelly (2010, p. 107-109), a memória é um meio de significação social e temporal dos indivíduos. Lembrar ou esquecer consiste em alterar os elementos que dão significado e sentido ao futuro, uma vez que o que nos lembramos do passado é fundamental para que possamos refletir sobre quem somos no mundo e onde nos encontramos no tempo. A consolidação de uma memória social crítica em relação ao passado passa a funcionar como combustível para a defesa de uma cultura democrática, sustentando e legitimando as reformas políticas e jurídicas que permitem o ressurgimento nacional em uma nova configuração política. Assim, a lembrança das violações em massa praticadas no passado estabelece-se enquanto sinal de alerta permanente para toda a sociedade.

³ BRASIL. Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de agosto de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em 07 jun. 2014.

sistema internacional de direitos humanos. Ela semeou as bases para uma política oficial de esquecimento (GRECO, 2009, p. 529), que reforçou o estado de amnésia coletiva provocado pela ignorância da história e o monopólio do Estado sobre a memória social brasileira.

Em nome do esquecimento, o sigilo acabou sendo tolerado e, por muito tempo, contribuiu para o predomínio de uma “verdade oficial” – ou uma mentira organizada (ARENDR, 1997, p. 288) – na memória que se estabeleceu sobre o período, de reconhecimento e enaltecimento dos feitos militares, ocultando contradições históricas e, principalmente, violações graves cometidas pelo Estado (GRECO, 2009, p. 529). O pacto com o silêncio tornou o acesso público aos acervos do regime um ponto de pauta evitado nas agendas presidenciais da “Nova República” e a postura “acomodadora” dos governantes contribuiu para conservar a sociedade brasileira alheia à verdade da ditadura militar por quase cinquenta anos. Mais do que isso, serviu para alimentar o vazio nas famílias dos desaparecidos e mortos pelo Estado militar.

Em todos os governos da Nova República, a abertura dos acervos sempre foi uma questão delicada, que frequentemente suscitou debates acalorados e acusações de todos os lados. Os militares afirmam categoricamente que os documentos produzidos pelo aparelho repressivo já não existem mais, acusando os que insistem no assunto de revanchismo. Pesquisadores e familiares de desaparecidos, por sua vez, sustentam que os acervos existem, sim, mas que são escondidos pelas Forças Armadas, seja nas mãos de particulares envolvidos com a repressão ou dentro das próprias instituições militares (DE ANGELO, 2012, p. 203).

A tolerância dos governos “democráticos” em relação ao assunto reflete, em muito, um comportamento típico da tradição política do país: a preferência pelas soluções conciliatórias. A cultura da acomodação e da negociação frente aos dilemas políticos é predominante na cultura política nacional, tendo sido reproduzida durante a ditadura militar e contribuído, posteriormente, para que a violência política praticada pelo Estado fosse negada e o direito de reparação às vítimas pela justiça fosse suprimido (CATELA, 2009, p. 446). O comportamento conciliador dos governos da Nova República serviu para evidenciar a insipiência da democracia no país, uma vez que, segundo consensos firmados entre organismos internacionais e países cujas experiências democráticas apresentam maior estágio de amadurecimento, o direito à memória social e ao acesso à informação pública constitui um direito humano essencial.⁴ Conforme Batista (2010, p. 40):

⁴ Batista (2012, p. 213) argumenta que, até 2007, mais de 75 países já dispunham de legislação para o acesso à informação e que a defesa desse direito é partilhada por organismos presentes em diferentes continentes: a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

[...] informação pública é um bem público, tangível ou intangível, com forma de expressão gráfica, sonora e/ou iconográfica, que consiste num patrimônio cultural de uso comum da sociedade e de propriedade das entidades/instituições públicas da administração centralizada, das autarquias e das fundações públicas. A informação pública pode ser produzida pela administração pública ou, simplesmente, estar em poder dela, sem o status de sigilo para que esteja disponível ao interesse público/coletivo da sociedade. Quando acessível à sociedade, a informação pública tem o poder de afetar elementos do ambiente, reconfigurando a estrutura social.

Portanto, no caso do Brasil, regulamentar o acesso público aos acervos do regime militar representou um avanço em favor do amadurecimento da democracia e das garantias que ela deve oferecer. Esse ato forneceu condições históricas para que a cultura autoritária, predominante no campo político do país e garantidora do monopólio do Estado sobre a sociedade, sofresse uma ruptura. O campo político brasileiro pôde, assim, se aproximar da cultura da transparência, da publicidade da informação, do direito humano à memória e à apropriação da própria história. Conforme Stampa e Netto (2013, p. 10):

[...] Mais do que mero suporte para a produção acadêmica, a documentação originada no contexto das lutas políticas no Brasil entre 1964 e 1985 [...] aparece como requisito para a recuperação de parte da memória coletiva que se pretendeu censurar, desaparecer, isto é, se apagar da história.

É importante pontuar que essa ruptura foi institucionalizada por meio de duas medidas principais, aprovadas, simultaneamente, durante a primeira administração da presidente Dilma Rousseff⁵ (2011-2014): a criação da Lei de Acesso à Informação (LAI)⁶ e da Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁷.

A LAI representou um divisor de águas no vocabulário político-jurídico do país ao incluir noções como “transparência pública” e “gestão pública compartilhada”, além de estabelecer diretrizes para as ações praticadas pelos agentes nos órgãos da administração pública: a publicidade como norma geral e o sigilo como exceção.⁸ Ela determinou que informações e

(OCDE), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e a Organização da Unidade Africana.

⁵ Dilma Vana Rousseff foi a primeira mulher eleita presidente do Brasil, tendo governado o país, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2011 e 2014. Ela foi reeleita pelas eleições de 2014, novamente pelo PT, tendo sido empossada na presidência em janeiro de 2015.

⁶ BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 30 mai. 2014.

⁷ _____. Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>. Acesso em: 30 mai. 2014.

⁸ Estão subordinados às prescrições da LAI os órgãos da administração direta dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público, além de autarquias, fundações e empresas públicas, sociedades

documentos referentes às condutas de violação dos direitos humanos praticadas por agentes públicos, ou a mando de autoridades públicas, não podem ser objeto de restrição de acesso público. Assim, consolidou a “abertura dos arquivos” da ditadura militar, tão demandada pela comunidade historiográfica e tão fundamental para o acerto de contas da sociedade brasileira com sua incômoda memória. A LAI abalizou o acesso público aos acervos reunidos sob a guarda do Arquivo Nacional (AN)⁹ e dos arquivos estaduais – os quais custodiam acervos dos órgãos federais da repressão política e dos Departamentos e Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) estaduais.

A CNV também representou um marco no sentido da reconciliação da sociedade brasileira com a memória e a história da ditadura militar. Ela trouxe à tona as violações dos direitos humanos cometidas pelo Estado, entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988: as estruturas em que ocorreram – locais, instituições e circunstâncias – e os agentes públicos que as praticaram. Os trabalhos da Comissão foram diretamente beneficiados pela LAI, que permitiu solicitar documentos a órgãos e entidades do poder público, e a particulares, originando um extenso acervo documental e imagético. Também foi constituído um amplo acervo oral, produzido através de oitivas e audiências públicas realizadas com os protagonistas e as vítimas do período. Em seu Relatório Final¹⁰, a CNV revelou à sociedade brasileira os nomes dos agentes públicos comprovadamente envolvidos nos crimes de tortura, assassinato, desaparecimento forçado, além das práticas autoritárias e seus efeitos lesivos nas igrejas cristãs, nas universidades públicas, no próprio meio militar, entre camponeses, trabalhadores, indígenas e estudantes.

A criação da LAI e da CNV estimulou o desenvolvimento de outras iniciativas no seio do Estado brasileiro, impulsionando ainda mais a emergência de novos elementos relacionados ao legado da ditadura militar. Uma delas ocorreu no ano de 2012 e foi protagonizada pelo Ministério da Educação (MEC). O MEC orientou os reitores das universidades públicas do

de economia mista e entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

⁹ A documentação encontra-se no Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil – Memórias Reveladas, espaço de reunião e difusão de informações e documentos produzidos pela ditadura militar. Atualmente, o AN possui um banco de dados que disponibiliza, para consultas on-line, informações e documentos produzidos pelos órgãos da chamada “comunidade de informação e segurança” do regime militar (ex.: Serviço Nacional de Informações, Comissão Geral de Investigações, Conselho de Segurança Nacional, Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar). Disponível em: <www.an.gov.br/mr>. Acesso em: 01 ago. 2014.

¹⁰ BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. 976 p. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571>. Acesso em 28 mar. 2015.

país, federais e estaduais, a providenciar o levantamento dos documentos oriundos do período militar para recolhimento junto ao AN.¹¹ Isso produziu um movimento inédito nos campi do país, incitando, inclusive, a criação de várias Comissões da Verdade (CV) universitárias¹², inspiradas na CNV e comprometidas com a reconstrução histórica e com a preservação da memória das academias. Conforme Fagundes e Müller (2014, p. 44):

Espalhadas por todas as regiões do país e, em grande parte, articuladas com a CNV, as diversas comissões universitárias têm enfrentado situações diferentes em torno da efetivação de seus objetivos. Em comum, uma questão: romper com a cultura do silêncio e construir a cultura do acesso à informação, no sentido de reconstruir os episódios que marcaram os campi brasileiros durante os chamados "anos de chumbo".

Em várias universidades, os registros produzidos durante a ditadura não se encontravam reunidos, mas sim, espalhados em instalações desconhecidas nos campi, tendo em vista a preocupação dos militares em não constituir acervos que servissem como prova de seus atos. O empenho das CV universitárias foi fundamental, materializando não somente a escavação de documentos textuais e imagéticos, mas também a reunião de fontes orais. Além disso, vários atores históricos ligados aos campi, que testemunharam o impulso autoritário do regime e dele foram vítimas, relataram suas experiências às Comissões universitárias e forneceram mais elementos para a reconstrução histórica do período.

Na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – lugar de investigação da pesquisa que aqui se apresenta – a iniciativa do MEC repercutiu em seguida: no ano de 2013, o gabinete da Reitoria emitiu uma solicitação ao Departamento de Arquivologia, pedindo a localização dos acervos documentais da ditadura militar no campus. No bojo dessa ação, a Reitoria – sob gestão de Reinaldo Centoducatte (2012-2015) – instalou a Comissão da Verdade UFES (CVUFES)¹³, com a seguinte missão:

Recuperação de documentos e memórias da ditadura militar que atingiu especialmente os estudantes, professores e funcionários da universidade federal do

¹¹ Recomendação encaminhada através do Ofício-Circular nº 11/2012/SAA/SE/MEC, de agosto de 2012, conforme Fagundes (2013, p. 297). Vale ressaltar que, apesar desse importante passo na direção da investigação histórica dos impactos do regime nas universidades, o MEC ainda não disponibilizou os acervos de sua extinta Divisão de Segurança e Informação (DSI), diretamente vinculada ao Serviço Nacional de Informações (SNI).

¹² Podem ser aqui destacadas as Comissões da Verdade da Fundação Escola de Sociologia e Política de SP (FESPSP), da PUC/SP, da UNB, da UNESP, da UNICAMP, da UNIFESP, da UNIOESTE, da UFBA, da Universidade Estadual e da Federal do Ceará (UEC/UFCE), da UFES, da UFPA, da UFPR, da UFRJ, da UFRN e da USP.

¹³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Portaria do reitor n. 478/2013. **Reitoria**, Vitória, ES, 04 de março de 2013.

Espírito Santo através da coleta de depoimentos de pessoas da comunidade universitária que foram atingidas pela repressão política, além da pesquisa e levantamento de todo um acervo documental de órgãos de repressão que funcionaram no Espírito Santo, especialmente um órgão chamado Assessoria de Segurança e Informação (ASI), que funcionou na UFES entre o período 1971 e 1986 (CVUFES, 2015).

A CVUFES realizou suas atividades em parceria com a Comissão da Anistia, do Ministério da Justiça, e com o Projeto Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional. Em função de seus trabalhos, até o ano de 2015, mais de mil e quatrocentas páginas de documentos foram recuperadas e submetidas às operações de tratamento, descrição e digitalização (FAGUNDES, 2013, p. 297). A Comissão também realizou audiências públicas e oitivas, coletando depoimentos dos atores ligados à comunidade universitária que vivenciaram os impactos da repressão. Além de permitir à CVUFES reconstruir os eventos, identificar os atores e tornar público o produto das investigações, o acervo reunido tem servido de fonte para pesquisas historiográficas inéditas, que buscam ultrapassar a “história oficial” que se tem do desenvolvimento da Universidade e esclarecer os vazios durante o período militar.

É preciso registrar que a principal obra de referência do processo histórico da UFES consiste na publicação *UFES: 40 anos*, escrita por Ivantir Antônio Borgo (1995), ex-servidor, ocupante de altos cargos nos órgãos diretivos da instituição durante os anos do regime autoritário. O livro, que apresenta a “história oficial”, foi lançado pela editora da UFES (EDUFES) e, na ocasião da comemoração dos 60 anos da Universidade, no ano de 2014, foi reeditado e distribuído na comunidade universitária. Conforme nota da própria EDUFES, a obra reúne portarias, livros de atas, boletins e edições do Diário Oficial da União (DOU) que não se encontram na Universidade – muito provavelmente em função do incêndio que acometeu o arquivo geral, em 1999 – e que tratam da história institucional.

De acordo com essa “história oficial”, os primeiros esforços pela existência de uma universidade “integrada” no ES, durante a gestão do governador Jones dos Santos Neves (1951-1955)¹⁴. O governo de Santos Neves não estabeleceu grandes rupturas em relação ao padrão político oligárquico e elitista predominante na forma de articulação entre o Estado e a sociedade capixaba, mas buscou alterar o tradicional modelo econômico, agrário e dependente

¹⁴ Jones dos Santos Neves governou o ES pelo Partido Social Democrático (PSD), partido que ele próprio criou quando ocupava o cargo de interventor estadual durante a ditadura estado-novista de Getúlio Vargas, entre 1943 e 1945. A criação de um partido que reunisse seus interventores e apoiadores nos estados brasileiros foi uma determinação de Vargas, reunindo assim sob a legenda do PDT grupos relacionados às elites, como latifundiários e banqueiros. Para maiores informações sobre a evolução partidária no ES, consultar: Silva (1995).

da cultura cafeeira, para um novo padrão, mais industrial, em seu “Plano de Valorização Econômica”¹⁵ (SILVA, 1995, p. 251-253). Por isso, o fomento da educação superior constituiu a estratégia para aumentar o nível da formação profissional e resolver o problema da escassez de mão-de-obra qualificada no estado. Esse foi o principal motivo para a fundação da Universidade do Espírito Santo (UES).

Jones dos Santos Neves, vendo na educação um instrumento capaz de promover mudanças na sociedade e imaginando uma forma de reunir as escolas existentes em uma única instituição de ensino vinculada e amparada pelo Estado, criou, em 05 de maio de 1954, mediante homologação da Lei Estadual nº 806, a UES – Universidade do Espírito Santo [...] (FERNANDES; DO VALE, 1995, p. 32).

A UES foi instituída na forma da Lei n. 806¹⁶, que comprometia a instituição com o desenvolvimento intelectual, artístico, filosófico e da cultura, disfarçando a intenção de engajá-la ao crescimento econômico estadual. O discurso predominante era o de “integrar” as faculdades isoladas para aproximar os indivíduos e formar o “espírito universitário”, necessário para o desenvolvimento dos “padrões de vida”, do “bem estar generalizado” e da “cultura”. A intenção era de implantar uma estrutura organizacional que permitisse ao espaço universitário funcionar como um todo interligado, proporcionando aproximação entre estudantes, professores e servidores, conforme o texto da Lei:

a) promover condições propícias ao desenvolvimento da reflexão filosófica, da pesquisa científica e da produção literária e artística; b) assegurar, pelo ensino, a comunicação dos conhecimentos que concorrem para o bem-estar generalizado e para a elevação dos padrões de vida, de atividade e de pensamento; c) formar especialistas nos diversos ramos da cultura e técnicos altamente habilitados ao exercício das atividades profissionais de base científica ou artística; d) incentivar e prover os meios de progresso da cooperação nas atividades intelectuais; e) realizar a obra social da vulgarização da cultura. [...] Com o fim de prover ambiente propício à formação do espírito universitário, serão adotadas medidas susceptíveis de assegurarem as condições necessárias e suficientes ao trabalho, à iniciativa e à pesquisa, bem como à união, solidariedade e cooperação de professores, assistentes, auxiliares de ensino, alunos e ex-alunos de todos os institutos universitários. [...] A aproximação e o convívio dos professores, assistentes, auxiliares de ensino, alunos, ex-alunos e funcionários dos diversos institutos universitários serão, desde a instalação da Universidade e na medida das possibilidades, assegurados: a) pela proximidade dos edifícios, reunidos num conjunto, que constituirá a cidade universitária; b) pela unidade de direção e administração da Universidade em tudo que respeite ao interesse comum; c) pela organização de grupos de disciplinas comuns a vários institutos em departamentos de ensino, pesquisa e debate; d) pela instituição do regime de trabalho em comum em seminários e grupos de estudos; e)

¹⁵ O “Plano de Valorização Econômica” propunha racionalizar a administração pública e estimular o desenvolvimento econômico, aumentando os investimentos do Estado em áreas como infraestrutura e industrialização. Para maiores informações, consultar: Alvarenga (2012), Gonçalves (2010) e Silva (1995).

¹⁶ ESPÍRITO SANTO. Lei n. 806, de 05 de maio de 1954. **Diário Oficial do ES**, Poder Executivo, Vitória, ES, 07 de maio de 1954. Disponível em: < <http://fames.es.gov.br/uploads/download/01008061954.pdf>>. Acesso em 07 de outubro de 2014.

pela prática, em comum, de atividades sociais dos alunos dos diversos institutos; f) pela organização de associações e grêmios universitários, de estudo, recreação ou desportos.

Na cerimônia de posse do primeiro reitor, Ceciliano Abel de Almeida¹⁷ (1954-1955), mais uma vez predominou o discurso da “missão social” da Universidade, apesar do evidente interesse do governo estadual em formar mão-de-obra nos bancos universitários:

[...] Entrever, construir e anunciar uma outra trama possível de sociedade, a sociedade ideal; sua missão é a de pensar e fazer pensar com clareza: pensar o mundo como ele é e como é possível; pensar a vida tal como ela é e tal como poderá vir a ser, melhor; pensar o lugar que deve caber aos fatos num mundo que é também mundo de valores e o lugar que deve caber aos valores no mundo dos fatos; numa palavra estabelecer o culto pela pesquisa e pelo ensino de todos os bens – saúde, bem-estar, paz de consciência e paz das nações, justiça, liberdade, verdade, virtude, beleza, pelo cultivo da Filosofia, das Ciências, das Letras, das Artes, das Técnicas, do Trabalho. Assim seja a vocação e o futuro da Universidade do Espírito Santo (BORGO, 1995, p. 31-32).

O espírito “integrador” justificou, assim, a estruturação acadêmica da UES em torno de “Institutos Universitários” – comprometidos com o ensino, formados pelas Escolas de Medicina, Química Industrial e Farmácia, Música, Belas Artes e Politécnica, além das Faculdades de Filosofia, Odontologia e Ciências e Letras – e “Institutos Complementares” – comprometidos com a pesquisa e as atividades de apoio ao ensino, compostos pela Santa Casa de Misericórdia, Biblioteca Estadual, Escola de Educação Física, Museu Capixaba, Escola de auxiliares de Enfermagem, Instituto de Tecnologia, Hospital das Clínicas, Horto Florestal e qualquer outro órgão, de caráter científico, técnico, artístico e pedagógico, mantido ou subvencionado pelo governo estadual.

Conforme Borgo (1995, 289), o estabelecimento jurídico da UES, pelo governo do estado, representou um grande marco na história da instituição. Mas, apesar dele, algumas questões assombravam sua concretude, sobretudo as dificuldades na acomodação física e na regularização junto ao governo federal. No cenário de incertezas, assumiu a Reitoria Nilton de Barros¹⁸ (1955-1962), quando os membros do Conselho Universitário – instalado em meados

¹⁷ O engenheiro Ceciliano Abel de Almeida foi um personagem de relevo na história política capixaba, tendo sido o primeiro prefeito da capital, Vitória, entre 09 de fevereiro e 10 de setembro de 1909, durante o governo estadual de Jerônimo Monteiro (1908-1912). Ele ocupou o cargo de reitor da UES entre 22 de maio de 1954 e 03 de março de 1955. Para maiores informações sobre o assunto, consultar: Silva (1995).

¹⁸ Nilton de Barros foi o segundo reitor da Universidade do Espírito Santo, entre 04 de março de 1955 e 25 de janeiro de 1962. Sua administração foi marcada pelos entraves relacionados à aplicação dos dispositivos da Lei n. 806, à edificação da Universidade e ao reconhecimento da instituição junto ao governo federal. Para maiores informações sobre o assunto, consultar: Borgo (1995).

de 1954¹⁹ – criticavam a morosidade do governo estadual em relação às demandas da UES. As acusações provocaram uma crise institucional que envolveu dirigentes da Universidade e do Estado, na primeira administração de Francisco Lacerda de Aguiar²⁰ (1955-1959).

Os choques políticos com o governo estadual influenciaram diretamente na lentidão do estabelecimento de políticas efetivas para a instalação da Universidade. Nessa conjuntura, processo de reconhecimento da UES junto ao governo federal esteve longe das prioridades do governo estadual e, por isso, não obteve andamento nos órgãos do MEC. O Ministério alegava que a Lei n. 806 não fora elaborada conforme exigido pela legislação federal e o governo estadual não se apressava para ajustá-la às determinações do órgão. Portanto, na passagem da década de 1950 para 1960, a concretização da UES parecia distante, sem apoio político das lideranças estaduais e refém da crise institucional que abatia os órgãos diretivos da Universidade.

Com a posse do governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg²¹ (1959-1962), a política estadual alinhou-se ao desenvolvimentismo industrial induzido pelo governo federal de Juscelino Kubitschek²² (1956-1961) (ALVARENGA, 2012, p. 97-117), aumentando os investimentos nas áreas “estratégicas” da indústria e diminuindo na educação superior. Conforme Silva (1995, p. 595-621), a administração de Lindenberg alegava que o

¹⁹ UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO. Livro de atas. **Conselho Universitário**, Vitória, ES, 30 de junho de 1954.

²⁰ Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho, governou o Espírito Santo em dois momentos: entre 31 de janeiro de 1955 e 30 de janeiro de 1959, majoritariamente durante a gestão federal de Juscelino Kubitschek (1956-1961), e entre 31 de janeiro de 1963 e 05 de abril de 1966, majoritariamente durante o governo Castello Branco. Ambas as eleições se deram pela chamada “Coligação Democrática”, uma frente partidária oposta ao PSD e formada por agremiações como a UDN, o PSP, o PTB, o PSB, o PR, entre outras. Seu primeiro governo adotou uma forma menos autoritária e mais “populista”, cunhando uma imagem de maior proximidade em relação aos grupos populares. Por conta disso, acabou enfrentando dificuldades para articular os interesses das elites agrárias e emplacar um bom desempenho econômico ou social do ES. Para maiores informações sobre suas gestões, consultar: Silva (1995) e Oliveira (2013).

²¹ Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, herdeiro de uma das famílias mais influentes na primeira República do estado, governou o Espírito Santo entre 29 de março de 1947 e 31 de janeiro de 1951, durante a presidência de Eurico Gaspar Dutra (1946 e 1951), e entre 31 de janeiro de 1959 e 30 de janeiro de 1963. Suas gestões caracterizam-se pelo caráter personalista do Executivo, cujas práticas políticas conciliadoras tinham como objetivo acomodar os interesses das elites agrárias e, aparentemente, das massas urbanas e rurais. Para maiores informações sobre o assunto, consultar: Alvarenga (2012) e Silva (1995).

²² Juscelino Kubitschek de Oliveira foi eleito presidente do Brasil em outubro de 1955, numa coligação entre o PSD e o PTB, tendo governado entre janeiro de 1956 e janeiro de 1961. A principal característica de seu governo refere-se à implantação de uma política de desenvolvimentismo econômico, cujo lema resumiu-se no slogan “cinquenta anos em cinco” e cujas realizações, como a construção de Brasília, conferiram ao presidente o status de “mito” político na memória que se cristalizou sobre o período. Para maiores informações sobre o assunto, consultar: Montenegro (2001).

custeamento da UES era altamente oneroso aos cofres estaduais, o que provocou uma movimentação política pela federalização da Universidade.

O governo encaminhou à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES) um projeto de reformulação da UES, propondo a transferência, para a União, de bens imóveis e móveis, e de direitos dos estabelecimentos públicos que integravam a instituição. Rapidamente aprovado, o projeto foi encaminhado para o Congresso Nacional e, em seguida, teve a sanção do presidente. A rapidez no trâmite pode ser entendida como fruto do alinhamento do governo estadual ao projeto político federal e da disposição, do governo federal, de conciliar interesses regionais em nome do “desenvolvimento nacional”.

A UES foi federalizada em janeiro de 1961.²³ A federalização dispôs sobre a autonomia didático-financeira, administrativa e disciplinar que deveria ser garantida à instituição, nos moldes das universidades federais presentes em outras regiões do país. Também foi definida a composição do patrimônio da instituição, os recursos para sua manutenção, o provimento de cargos e cátedras, o regime de trabalho dos docentes e servidores, as atribuições do reitor e os estabelecimentos de ensino – já existentes, porém antes desmembrados: Faculdade de Direito, Escola de Belas Artes, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Escola Politécnica e Escola de Educação Física.

O estatuto²⁴ da UES foi elaborado e aprovado pelo poder Executivo – já sob a chefia do presidente João Goulart²⁵ (1961-1964). As disposições do regulamento permitem notar uma influência do espírito humanista nas elaborações sobre os fins da Universidade, o que pode ser entendido como provável reflexo da conjuntura nacional de acaloramento da discussão sobre a reforma universitária e de protagonismo discursivo da UNE e do ME no debate do assunto:

²³ BRASIL. Lei n. 3.868, de 30 de janeiro de 1961. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 de janeiro de 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3868-30-janeiro-1961-353637-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 mar. de 2015.

²⁴ _____. Decreto do Conselho de Ministros n. 69, de 23 de outubro de 1961. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de outubro de 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-69-23-outubro-1961-355963-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

²⁵ João Goulart governou o Brasil, pelo PTB, entre 08 de setembro de 1961 e 31 de março de 1964. Para maiores informações sobre sua administração, consultar: Gomes e Ferreira (2007).

a) manter e desenvolver o ensino nas unidades integrantes; b) aperfeiçoar a cultura filosófica, científica, literária e artística e incentivar a pesquisa; c) formar elementos habilitados para o exercício das profissões técnico científicas, liberais, de magistério e para as altas funções da vida pública; d) concorrer para o engrandecimento da Nação; e) estimular os estudos relativos a formação moral e histórica da civilização brasileira em todos os seus aspectos; f) desenvolver harmonicamente e aperfeiçoar em seus aspectos moral, intelectual e físico a personalidade do homem.

O governo de Jango nomeou o novo reitor provisório da UES, professor Jair Etienne Dessaune²⁶, ator político de prestígio no ES: catedrático da Faculdade de Direito e membro do Instituto Histórico e Geográfico estadual. Na esteira, foi aprovado o quadro de pessoal²⁷ da Universidade, dispoendo sobre os vencimentos dos cargos e funções, além da forma de nomeação, provimento e vacância, e das responsabilidades do reitor.

Uma vez que o problema da sede da Universidade ainda persistia, as atenções da Reitoria se voltaram para uma extensa área da capital, localizada na região de Goiabeiras. Dispoendo de influência política no ES e de prestígio junto ao governo federal, Jair Dessaune expôs a problemática ao MEC e solicitou apoio para a liberação da área. Em maio de 1962, um Decreto federal²⁸ declarou a utilidade pública da área e autorizou a UES a efetuar a desapropriação e iniciar construção das unidades de ensino.

Conforme Borgo (1995, p. 39), o reitor também promoveu um evento marcante para o desenvolvimento da Universidade no ES, em fevereiro de 1963: o “I Seminário de Professores Universitários”, que contou com a participação massiva dos docentes da instituição, debruçados sobre questões de escopo nacional, como a missão da universidade na realidade brasileira, a reforma universitária e a missão do professor universitário. O debate permitiu à UES ensaiar alguns passos no sentido de romper com sua condição periférica – característica do estado ES em relação ao conjunto da federação – e inserir-se no contexto dos debates reformistas nacionais.

²⁶ BRASIL. Portaria do MEC n. 4 BR, de 26 de janeiro de 1962. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de janeiro de 1962. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2694663/pg-12-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-18-02-1963>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

²⁷ _____. Decreto n. 51.465, de 15 de maio de 1962. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de maio de 1962. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51465-15-maio-1962-391092-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 10 jul. 2015.

²⁸ _____. Decreto do Conselho de Ministros n. 1.026-A, de 18 de maio de 1962. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de maio de 1962. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-1026-a-18-maio-1962-353136-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

Jair Dessaune foi interinamente substituído pelo professor Manoel Xavier Paes Barreto Filho, em fevereiro de 1963.²⁹ Sua nomeação por Jango se deu somente em julho do mesmo ano, quando, conforme regulamento do MEC, fora indicado por uma lista tríplice, votada pelo Conselho Universitário e encaminhada para decisão governo federal. Assim como o antecessor, Paes Barreto era catedrático da Faculdade de Direito e ator político relevante no cenário político capixaba, tendo ocupado a chefia do Tribunal de Justiça do ES (TJ/ES) e pertencido a entidades culturais como o Instituto Histórico e Geográfico do ES (IHGES), a Academia Espírito-Santense de Letras e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (RJ). No bojo do “Plano Nacional de Educação”³⁰ e do aumento no debate sobre a reforma universitária, sua Reitoria procurou fomentar a adaptação do estatuto da UES à Lei de Diretrizes e Bases³¹ e resolver a problemática da sede, chegando a criar um grupo de trabalho³² responsável por estudar a instalação da Universidade na área de Goiabeiras.

Esses são os registros principais que compõem a “história oficial” da primeira década de existência da UFES. Prevalece uma abordagem linear do desenvolvimento histórico, que reconstrói o processo em função dos segmentos de poder regional e federal. Ao reconstruir os eventos ocorridos durante o período da ditadura, a “versão oficial” apresenta a mesma linha discursiva, privilegiando a face modernizadora da política militar e suprimindo os impactos negativos causados pela repressão política – a face autoritária no campus. Desse modo, ela não aborda os entremeios do processo de adaptação da UFES à Reforma Universitária (RU) de 1968 e nem dá conta de seus reais efeitos negativos, causados pelas ondas repressivas experimentadas logo após o golpe com os expurgos da “Operação Limpeza”, entre 1968 e 69, no enalço do AI5 e do Decreto n. 477, entre 1971 e 73, com a instalação da Assessoria

²⁹ _____. Portaria do MEC n. 17, de 18 de fevereiro de 1963. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de fevereiro de 1963.

³⁰ Conforme Heymann [s.d.], o Plano Nacional de Educação foi elaborado pelo CFE, tendo como relator o prestigiado professor Anísio Teixeira e sendo homologado em outubro de 1962. A aprovação do Plano baseou-se na gravidade da situação educacional do país, marcada pelos altos índices de analfabetismo e evasão escolar. O Plano criou o Fundo Nacional de Educação e previu a aplicação de 12% da receita de impostos da União no Fundo, cujos recursos seriam destinados, em iguais proporções, aos ensinos primário, médio e superior.

³¹ _____. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 de dezembro de 1962. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 12 jan. 2016.

³² UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO. Portaria do reitor n. 375. **Reitoria**, Vitória, ES, 27 de junho de 1963. O Grupo de Trabalho criado era composto pelos renomados professores Christiano Woelffel Fraga, da Escola de Belas Artes, e Alberto Stange Junior, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, além da arquiteta do Departamento de Planejamento e Obras da Universidade, Maria do Carmo de Novaes Schwab.

Especial de Segurança e Informação (AESI), e após 1977³³, com a retomada das mobilizações pelo ME (FAGUNDES, 2013, p.306).

Graças aos avanços gerados pela disponibilidade de novas fontes, os limites e as lacunas dessa “história oficial” vêm podendo ser ultrapassados nos últimos anos. Os trabalhos da CVUFES originaram acervos inéditos – textuais, orais e imagéticos – que têm servido de suporte para a problematização de novos objetos de estudo em investigações históricas. Esse é o caso da presente pesquisa, cujo objeto estrutura-se em torno do impacto da política universitária militar na UFES, durante a administração do general Emílio Garrastazu Médici (30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974) e as Reitorias de Alaor de Queiroz Araújo³⁴ e Máximo Borgo Filho³⁵.

A opção do recorte temporal justifica-se em função da hipótese central da investigação: durante o período em questão, a UFES experimentou em nível máximo, os efeitos paradoxais e simultâneos da política universitária de modernização conservadora e autoritária. Ao mesmo tempo em que vivenciou seu auge, momento de maior desenvolvimento e consolidação, o campus conheceu sua terceira e maior onda repressiva. Na conjuntura dos “anos de ouro” de Médici, a UFES se adaptou à Reforma Universitária, reformulando sua estrutura administrativo-acadêmica e consolidando seu campus “Alaor de Queiroz Araújo”. Conforme demonstrado anteriormente, esses acontecimentos fazem parte da “história oficial” da instituição. Mas, ao mesmo tempo, no contexto do aumento da repressão política nos “anos de chumbo”, a Universidade sofreu os efeitos da instalação de um órgão diretamente ligado ao aparelho repressivo nacional: a AESI/UFES.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar os efeitos causados, na UFES, pela política universitária de modernização conservadora e autoritária, materializada durante o governo de Médici. Posto isso, os objetivos específicos consistem em: conhecer e avaliar os efeitos gerais da política de modernização conservadora e autoritária, consolidada na gestão de Médici e representada pelo binômio “anos de ouro” e “anos de chumbo”; analisar a política

³³ Em função do recorte temporal estabelecido nesta pesquisa, a última onda repressiva não será objeto de análise. Para maiores informações sobre o assunto, consultar: Fagundes (2013).

³⁴ O professor Alaor de Queiroz Araújo, do Centro de Educação Física e Desportos, foi reitor da UFES a partir de 03 de março de 1965, quando, na condição de vice-reitor, assumiu o cargo principal em virtude do afastamento, por motivos de saúde, do então reitor Fernando Duarte Rabelo. Sua gestão durou até 16 de junho de 1971.

³⁵ O professor Máximo Borgo Filho, do Centro Tecnológico, ocupou a Reitoria entre 15 de julho de 1971 e 16 de julho de 1975.

universitária implantada pelo MEC durante a gestão do ministro Jarbas Passarinho, a partir das medidas modernizantes, com vistas a concretizar a Reforma Universitária, e das medidas autoritário-conservadoras, orientadas pelo AI5 e o Decreto n. 477 e consolidadas com a instalação das AESI; compreender o processo de adaptação da UFES à Reforma Universitária; analisar a atuação da AESI/UFES e o comportamento da comunidade universitária em relação à repressão política.

O aporte teórico que fundamenta esta pesquisa baseia-se em alguns conceitos que vêm sendo utilizados em estudos mais recentes sobre o assunto. Entre eles, destacam-se os conceitos de “modernização conservadora e autoritária”, que ajuda a pensar a política adotada pelos militares, e de “cultura política”, que permite considerar a influência de elementos culturais, presentes na tradição da história política brasileira, nas representações, discursos e comportamentos dos militares.

O conceito de “modernização conservadora e autoritária” é proposto por Motta (2014, p. 12), inspirado da formulação lançada por Moore Jr (1975, p. 503), na década de 1960, sobre a “modernização conservadora”. No contexto original de proposição, a questão da modernização econômica e institucional das sociedades estava na pauta do dia, tendo em vista o panorama da Guerra Fria³⁶ e a relevância estratégica que o tema alcançou – sobretudo entre analistas do governo e acadêmicos norte-americanos.

Moore Jr (1975, p. 14) apresentou uma leitura sociológica comparativa dos processos de modernização econômica de algumas formações sociais, entre os séculos XV e XIX: em casos como da Inglaterra, França e Estados Unidos, observou uma via capitalista-democrática, marcada pela revolução burguesa; na China e na Rússia, notou haver uma via comunista, abalizada pela revolução camponesa; nos casos de Japão e Alemanha, constatou uma via autoritária, em que o capitalismo se desenvolve através de uma “revolução vinda de cima”.

Segundo esse modelo explicativo, nas sociedades marcadas pela modernização conservadora, o desenvolvimento econômico e da máquina pública também se dá pela via capitalista; porém,

³⁶ A Guerra Fria, iniciada logo após o fim da Segunda Guerra mundial, em 1945 e findada com a dissolução da União Soviética (URSS), em 1991, foi marcada pela disputa pela hegemonia ideológica do planeta entre modelos distintos de organização social: o capitalismo ocidental, encabeçado pelos EUA, e o comunismo, defendido pelos URSS e instituído em algumas nações orientais. Para maiores informações sobre o assunto, consultar: Hobsbawm (1995).

na ausência de um surto revolucionário, isso ocorre sob o comando do Estado, que assume formas centralizadas e autoritárias, procurando unir as propostas modernizantes às forças conservadoras. Assim, a modernização é conduzida de forma vertical, alicerçada em pactos políticos firmados entre o Estado autoritário e as elites conservadoras que, tradicionalmente, ocupam espaços privilegiados na tessitura social.

As sociedades que vivenciam a modernização conservadora também experimentam o incremento da economia e da máquina administrativa pública nos moldes capitalistas. Todavia, o processo é politicamente centralizado e, muitas vezes, autoritário, determinando a origem de formações sociais negativamente assinaladas pelo engessamento da estrutura político-social, pela violência e arbitrariedade praticada pelo Estado e pelo atraso na gestação da democracia – e todas as permanências que decorrem disso. Conforme Domingues (2002, p. 461), o fenômeno da modernização conservadora determina a formação de sociedades em que o crescimento urbano-industrial é tardio e sustentado pelo Estado, os meios políticos são corruptos e personalistas, o Estado assume formas predominantemente autoritárias, o elitismo e o conservadorismo excluem a grande população da esfera das decisões políticas e dos frutos do incremento econômico.

No caso do Brasil, as experiências de modernização conservadora, em que o novo negocia com o antigo, fazem parte da história e da cultura política nacional, sendo observadas a partir da década de 1930, quando o discurso da modernização foi incorporado pelos governos do país, centralizadores ou liberais (MOTTA, 2014, p. 12). Durante a ditadura militar, tratou-se de uma modernização conservadora e autoritária, já que o impulso modernizador foi viabilizado pelo controle centralizado de um Estado despótico. O desenvolvimento da economia e da administração pública – conforme o modelo das nações capitalistas, sobretudo oferecido pelos EUA – foi garantido pelo controle autoritário do Executivo militar sobre a estrutura político-institucional e social do país, de forma a inibir dissensos.

O projeto de modernização dos militares se apropriou de muitas propostas reformistas já existentes, lançadas por grupos sociais mais progressistas e até mesmo esquerdistas, hasteando-as de maneira elitista, personalista e conciliadora. Sob o pretexto de promover o desenvolvimento seguro do capitalismo, o aprimoramento das instituições públicas, a salvaguarda da democracia e dos “bons costumes”, a modernização conservadora do regime autoritário-militar reproduziu o elitismo típico do arranjo social brasileiro.

[...] Pode-se dizer que o propósito modernizador se concentrava na perspectiva econômica e administrativa, com vistas ao crescimento, à aceleração da industrialização e à melhoria da máquina estatal. Já o projeto autoritário-conservador se pautava em manter os segmentos subalternos excluídos, especialmente como atores políticos, bem como em combater as ideias e os agentes da esquerda – por vezes, qualquer tipo de vanguarda – nos campos da política e da cultura, defendendo valores tradicionais como pátria, família e religião, incluindo a moral cristã (MOTTA, 2014, p. 15).

Portanto, é possível afirmar que o impulso autoritário viabilizou a política da modernização conservadora. Conforme Domingues (2002, p. 461), através do autoritarismo:

Abria-se espaço para a industrialização e a migração, cada vez mais acentuada, do campo para a cidade [...] pelo controle político que se exercia sobre a classe trabalhadora [...]. Era, sobretudo, fundamental minimizar os processos de “desencaixe” que operavam nos planos individual e coletivo, liberando a força de trabalho, conferindo cidadania [...], reconfigurando o espaço-tempo social que agora se tornava mais amplo, nacional, e orientado para o futuro – a modernização [...].

A presença do elemento autoritário³⁷ na cultura política brasileira ajuda a pensar as tendências políticas, e até mesmo sociais, comumente favoráveis às soluções autoritárias no curso republicano do país e, principalmente, no regime militar (REIS FILHO, 2006, p. 17). O autoritarismo revelou-se uma das bases de sustentação do regime desde as ações iniciais dos militares e refletiu nos dispositivos jurídico-institucionais criados por eles, embora houvesse grande esforço para disfarçá-lo atrás de uma fachada de legitimidade institucional e democrática. Conforme Sallum Jr (1996, p. 32):

O alicerce para sua construção [do Estado autoritário] foi, é claro, o controle militar da Presidência da República – o principal centro do poder político do sistema anterior a 1964 – e a imposição de limites à autonomia dos demais poderes da União, o Legislativo e Judiciário [...] (permitindo) um conjunto de práticas e normas, por vezes arbitrárias, mas com valor legal, com as seguintes características: a) desmobilizavam a sociedade, limitando a participação popular na política aos processos eleitorais; b) aviesavam o sistema eleitoral, restringindo em extremo o peso do eleitorado das grandes cidades; c) tendiam a bloquear a expressão da heterogeneidade regional da sociedade através do esvaziamento da autonomia dos estados na Federação; d) reforçavam a homogeneização dos quadros dirigentes pela imposição de um rígido sistema bipartidário; e) militarizavam o exercício do poder de Estado centralizado no governo federal.

³⁷ Conforme Schwartzman (1982, p. 11-12), os padrões de relacionamento entre o Estado e a sociedade, no Brasil, têm se caracterizado, no curso histórico, por uma burocracia estatal pesada, “todo-poderosa”, ineficiente e pesada e uma formação social acovardada e submetida, que não é representada junto ao Estado. Esse predomínio sobre a sociedade favorece a existência de uma característica importante do Estado brasileiro: o ‘despotismo burocrático’, que faz com que os governantes sintam com se tudo soubessem e pudessem, sem atentar para as formalidades ou os limites da lei.

Anos após a “transição democrática”, um depoimento concedido por Roberto Campos – economista, ministro da Fazenda e um dos fundadores da política de modernização econômica da ditadura –, ao historiador Ronaldo Costa Couto (1998, p. 58), ajuda a refletir sobre a crença militar na pertinência do projeto autoritário. Frente a uma suposta ameaça comunista, representada como uma anomia, visto que renuncia até mesmo à democracia, a solução mais apropriada ao país seria o autoritarismo militar, conservador, “leve”, que afirma proteger os valores democráticos e ao mesmo tempo reconhece que não os pratica:

A opção que o Brasil tinha, àquela época, era entre o autoritarismo de centro-direita e o autoritarismo de esquerda. Eram dois autoritarismos. E entre esses dois autoritarismos, o melhor é o autoritarismo de centro-direita. Por quê? Porque é um autoritarismo encabulado, envergonhado, que preza os valores democráticos, ainda que não os pratique, enquanto que o autoritarismo de esquerda é ideológico. Quer dizer, baseia-se num ideal da ditadura do proletariado. Renuncia até mesmo à expressão “democracia”.

O autoritarismo militar ficou evidente nas muitas medidas de caráter centralizador, intervencionista e discricionário, justificadas em função da política de modernização e das promessas de maximização dos objetivos coletivos e da nação. Por meio delas, a violência política foi deliberadamente empregada pelo Estado contra os considerados “inimigos políticos”, no contexto de uma imaginada “guerra ideológica” contra esquerdistas, subversivos, corruptos e moralmente desviantes. Conter a ameaça do comunismo era, assim, indispensável ao projeto militar de modernização conservadora, por isso a “limpeza ideológica” empregada.

Os militares se apropriaram da “responsabilidade histórica” de desenvolver a economia e reformar a administração pública do país, em sintonia com o modelo capitalista e ocidental – leia-se norte-americano – de produção e consumo. O projeto foi materializado pela política de modernização conservadora e autoritária, que contou com o forte e interessado apoio dos EUA. No bojo do programa da “Aliança para o Progresso na América Latina”³⁸, o governo norte-americano aumentou as atividades de suas agências “assistenciais” no Brasil, injetando

³⁸ A Aliança para Progresso foi um programa norte-americano de ajuda externa, direcionado para a América Latina, lançado nos primórdios do governo de John Kennedy (20 de janeiro de 1961 a 22 de novembro de 1963) e implantado nos anos subsequentes. A Aliança constituiu um plano de ajuda e cooperação de dez anos, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico, social e político nos países da América Latina. Sua efetividade foi substanciada em novembro de 1961, com a criação da chamada United States Agency for International Development (USAID), agência vinculada ao Departamento de Estado e responsável por dirigir a ajuda externa norte-americana. Embora as agências da política externa norte-americanas já atuassem no Brasil desde a década de 1950, os anos de 1960 apresentaram um aumento considerável em sua participação, principalmente através da USAID e do FMI. Para maiores informações sobre o assunto, consultar: Ribeiro (2006).

recursos financeiros e técnicos no fomento da modernização capitalista e incentivando a incumbência militar “revolucionária” frente à ameaça do comunismo:

As forças armadas dos países do Terceiro Mundo possuíam um papel “iluminista” a cumprir, uma vez que possuíam uma tripla capacidade de: a) como força revolucionária, contribuir para a desintegração da ordem populista tradicional; b) como força estabilizadora, manter suas sociedades fora da ameaça comunista; c) como força modernizadora, fazer frente às aspirações da classe média e às demandas das classes populares pela mudança social, enquanto providencia habilidades técnicas e administrativas para os setores civis e estatais [...] (RIBEIRO, 2007).

O peso “revolucionário” do projeto de modernização conservadora e autoritária dos militares repercutiu em sua política universitária. As universidades, consideradas antiquadas e improdutivas, experimentaram os efeitos simultâneos do desenvolvimentismo autoritário. Conforme Motta (2014, p. 14-15), os militares procuraram se inspirar nos modelos oferecidos pelos países desenvolvidos – mais uma vez, os EUA, que já detinham influência histórica nos rumos da educação superior do Brasil – e sintonizar as academias às demandas do desenvolvimento.

O caminho para isso incluía uma administração mais racional e eficiente dos recursos das universidades, evitando gastos dobrados para mesmos fins, expandindo as vagas, reformando a carreira docente e fomentando a pesquisa. Ao mesmo tempo, o impulso autoritário-conservador também se apresentou, visto que os campi eram representados pelos militares como berços do “proselitismo esquerdista”, portanto, fontes da ameaça aos planos para o desenvolvimento “integrado” do país. Por conta disso, diversas estratégias de controle e repressão foram aplicadas nas comunidades universitárias visando combater as ideias comunistas e os indivíduos que as propagassem, ameaçando a segurança da pátria e dos objetivos nacionais. A preocupação com os campi culminou na criação das Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI), canais do aparato repressivo federal que foram sigilosamente instalados nas Universidades.

É preciso salientar que a política de modernização conservadora e autoritária dos militares, de maneira geral, foi influenciada por elementos presentes na tradição política brasileira e que se reproduzem no curso histórico nacional. Esses elementos podem explicar a adoção de determinadas estratégias e comportamentos políticos entre dirigentes e agentes do regime, conforme Motta (2014, p. 12-13), sobretudo durante a administração Médici, quando a

política se materializou, inclusive nas universidades. Isso justifica a utilização do conceito de cultura política³⁹ nesta pesquisa.

Para além dos elementos clássicos tratados nas análises políticas tradicionais – como as instituições, os partidos, as eleições, o poder do Estado e as disputas pessoais em torno dele – o conceito de cultura política permite compreender os elementos simbólicos que se produzem e entrelaçam nas redes de sociabilidade estabelecidas entre os atores políticos, fornecendo sentido a suas ações políticas. Elementos em comum, como base filosófica e leitura do passado, visão institucional sobre como se organiza ou deve se organizar o Estado, projeto de “sociedade ideal”, vocabulário próprio e capaz de sustentar discursos, ritos e símbolos, entre outros, configuram uma rede que orienta a realidade empírica dos atos políticos. Conforme Berstein (1998, p. 363), a cultura política permite:

[...] Compreender as motivações das ações dos homens num momento de sua história, por referencia ao sistema de valores, normas e crenças que partilham, em função de sua leitura do passado, suas aspirações para o futuro, suas representações da sociedade, do lugar que ocupam e da imagem que tenham da felicidade. Todos esses são elementos que dependem do ser profundo, variam em função da sociedade em que estejam elaborados e permitem compreender melhor as razões das ações políticas [...].

Assim, as origens de determinadas formas de ação e comportamento na esfera pública não se explicam somente por meio de determinantes estruturais postos ou de interesses privado-coletivos. Na verdade, elas igualmente sofrem influência de valores, crenças, representações, tradições e costumes. Esses elementos culturais podem, sim, ajudar a esclarecer as múltiplas facetas dos fenômenos políticos, sobretudo no caso da ditadura militar, fundada sob a inspiração de elementos típicos da cultura política brasileira. Conforme Motta (2014, p. 290),

³⁹ O conceito de cultura política foi originalmente formulado por cientistas políticos norte-americanos, na década de 1960 – ver Almond; Verba (1963) – para compreender a gênese dos sistemas políticos democráticos nos países marcados pela via capitalista-democrática da modernização. Os historiadores do político puderam se apropriar da noção, investindo na incorporação de elementos como valores, sentimentos, tradições e crenças em análises sobre os comportamentos políticos dos atores relacionados a determinados grupos sociais. Vale lembrar que essa apropriação, pelos historiadores, ocorreu na esteira de um processo de renovação da História Política – após um período de descrédito e abandono –, especialmente a partir da década de 1970 e sob a influência da terceira geração dos Annales e da ‘nova história cultural’, que apontavam os limites das leituras políticas clássicas. As interpretações tradicionais foram acusadas de superficiais, deterministas, mecânicas, incapazes de notar os movimentos sociais mais profundos e as suas continuidades e rupturas, insuficientes no encadeamento dos fenômenos do político com a totalidade sociocultural. Alguns historiadores, sobretudo ligados à escola francesa, se empenharam em projetar um novo paradigma, que pudessem redirecionar as leituras, oferecer explicações mais coerentes dos fenômenos políticos a partir de novos problemas – como o da influência da cultura política nos comportamentos e nas práticas políticas. Esse novo marco analítico denominou-se ‘Nova História Política’. Para maiores informações sobre o assunto, consultar: Berstein (1998); Cardoso (2012); Gomes (1996); Rémond (1996); Rosanvallon (2010).

embora o tecido da ditadura militar tenha sido construído por grupos ideologicamente diferentes – influenciados, principalmente, pelo nacionalismo autoritário, o liberalismo e o conservadorismo –, que imaginavam caminhos políticos distintos para o país, havia um elemento comum a todos: o anticomunismo, fundamental para a existência do golpe institucional e o estabelecimento do regime.

As manifestações contra o comunismo se apresentaram na sociedade brasileira na virada para a década de 1920, logo após a Revolução de 1917 na Rússia, e entre os setores mais tradicionais da sociedade. Porém, somente a partir de 1930 a tradição anticomunista consolidou suas bases no país⁴⁰, cujas matrizes principais remetem ao cristianismo, ao nacionalismo e ao liberalismo (MOTTA, 2010, p. 21). Reproduzido no curso das décadas seguintes por meio de ações do Estado, de grupos sociais conservadores e de organismos políticos, o anticomunismo consolidou-se como um elemento decisivo nas lutas políticas contemporâneas no Brasil, quando a ameaça comunista adquiriu contornos reais e muito próximos, no cenário dos acontecimentos da guerra fria e das revoluções que eclodiam na América Latina.

Durante os cerca de 70 anos compreendidos entre a Revolução de outubro de 1917 e a crise do socialismo real ocorrida na virada da década de 1980 para 1990, o comunismo tornou-se muito mais que um espectro. [...] O que antes era somente uma promessa e uma possibilidade teórica transformou-se em existência concreta. [...] Como resposta ao crescimento da área sob influência soviética, os Estados Unidos se propuseram a desempenhar o papel de principal fortaleza anticomunista, ocupando posição de coordenação na guerra contra o “perigo vermelho” [...]. A guerra fria produziu a intensificação do anticomunismo, o Estado norte-americano empenhou o peso de seu poder e riqueza na sustentação aos dispostos a enfrentar o “inimigo” comunista, oferecendo-lhes suporte ideológico, político e material (MOTTA, 2000, p. 05-06).

A construção da ditadura militar transcorreu no cenário de agudização do conflito entre comunismo e anticomunismo, no Brasil e no mundo. No período, o anticomunismo experimentou um de seus momentos mais exaltados, frente à suposta ameaça da “comunização” ou “cubanização” do país. Ele serviu não apenas para justificar o golpe de 1964 e o rompimento brusco na ordem institucional republicana, mas, sobretudo, para

⁴⁰ Motta (2000, p. 07) aponta que, em 1935, a Intentona Comunista – movimento armado que efetivamente representou uma tentativa de tomada do poder nacional – foi a maior responsável pela disseminação e consolidação do anticomunismo no Brasil. Na insurreição, apresentaram-se elementos clássicos da ação comunista, denunciadas pelos jornais e repetidas pelos anticomunistas, como práticas conspiratórias e participação de agentes estrangeiros, ligados à Internacional Comunista, em Moscou.

legitimar o recurso às soluções autoritárias pela ditadura anticomunista implantado em seguida.

As representações anticomunistas dos militares espelharam a tradição brasileira, projetando e disseminando na sociedade uma imagem maniqueísta e desfigurada dos comunistas a fim de instigar a indignação popular: ateus, desordeiros, imorais, traidores, tiranos, oportunistas (MOTTA, 2000, p. 343-345). Desse modo, os comunistas eram merecedores da força da repressão praticada pelo aparato estatal e as universidades, percebidas como ninhos de recrutamento para a “guerra subversiva” (MOTTA, 2014, p. 23), figuraram como alvos privilegiados da máquina autoritária.

Além do anticomunismo, outro elemento basilar da cultura política brasileira que os militares reproduziram foi a tradição conciliatória, que admite comportamentos negociadores a fim de evitar conflitos, especialmente quando há interesses comuns, e acaba favorecendo práticas personalistas. Conforme Motta (2014, p. 12-14), a tradição conciliatória possui como características a flexibilidade, a recusa a regras rígidas e a negação de conflitos por meio de soluções que ajudam a escamotear os problemas políticos e a manter a ordem social tradicional, desigual e elitista.

Durante a ditadura militar, o espírito conciliador manifestou-se na essência do projeto de modernização conservadora e autoritária, podendo ajudar a compreender os entremeios do desenvolvimento simultâneo da política autoritário-modernizadora nos campi universitários. Nesta pesquisa, ele fornece base para pensar não somente as estratégias de atuação dos agentes da ditadura militar, mas também os comportamentos dos agentes da comunidade universitária da UFES, para além do binômio resistência/adesão.

Ao analisar os comportamentos adotados pelos atores da comunidade universitária nas redes de sociabilidade tecidas com os agentes do regime, é preciso considerar que muitos membros não aderiram, colaborando com o regime, tampouco resistiram, desafiando o nacionalismo militar. Eles buscaram formas de se acomodar, evitando choques e estabelecendo comportamentos conciliatórios, de “negociação” em relação às demandas repressivas dos órgãos de informação (OI) do governo. (MOTTA, 2014, p. 301).

A partir da demarcação dessas balizas teóricas, cabe agora apresentar as fontes documentais e orais, além das direções metodológicas que orientam esta pesquisa. A investigação sobre o impulso modernizante que se efetivou na Universidade capixaba tem como base a publicação *UFES: 40 anos*, que, conforme já mencionado, reúne os documentos que fundamentam a “história oficial” da instituição.

Por sua vez, a investigação sobre o impulso autoritário se dá por meio do conjunto documental reunido pela CVUFES. São analisados documentos oficiais produzidos pela AESI/UFES e por alguns Centros de ensino inquiridos pela agência, a saber, o Centro Biomédico (CBM), o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), o Centro de Artes (CAR) e o Centro Tecnológico (CT). Também são analisadas as fontes orais, constituídas pelos depoimentos prestados por membros da comunidade acadêmica que experimentaram a violência do Estado: os ex-alunos Jayme Lana Marinho, Marcelo Paes Barreto, Iran Caetano, Laura Coutinho, Elizabete Madeira, Maria Magdalena Frechiani, Ângela Milanez, Cesar Ronald Pereira Gomes, João Amorim Coutinho, Adriano Sisternas e Jorge Luiz de Souza.

A proposta metodológica que orienta a interpretação das fontes nesta pesquisa é demarcada pela história do tempo presente e a história oral. Essa opção se justifica em função do objeto aqui tratado constituir um fenômeno político temporalmente recente na história da UFES, cujo legado ainda se faz presente na atualidade, e dos documentos em análise incluírem, além das fontes escritas, os acervos orais.

O tempo presente é o tempo da permanência do passado, quando ainda se produzem acontecimentos que pressionam o historiador a rever a significação dada ao que recentemente passou (PADRÓS, 2004, p. 200). Essa capacidade foi, por algum tempo, bastante criticada pela comunidade historiográfica, fazendo com que a história do tempo presente fosse muitas vezes associada a uma “história jornalística”, em função da falta de recuo no tempo, além de acusada de não ser científica, por conta do uso de fontes orais.

As críticas foram superadas na medida em que os historiadores do tempo presente demonstram que dispõem de meios para avaliar o estatuto científico de sua pesquisa, além da objetividade crítica na abordagem de seu objeto. Isso se garante ao aplicar com rigor os padrões metodológicos da análise histórica, ou seja, dimensionar, hierarquizar, contextualizar, abordar os eventos em relação ao processo histórico e criticar as fontes com austeridade,

comparando-as e questionando-as. (LE GOFF, 1999, p. 102). Quando analisa os eventos, o historiador do tempo presente é favorecido pela discussão que estabelece com as ciências sociais, usufruindo de maior arcabouço para interpretar os acontecimentos numa cadeia ampla do tempo e distinguir o durável do efêmero. (RIOUX, 1999, p. 120).

Uma das especificidades da história do tempo presente consiste na abundância de seus instrumentos documentais, capazes de fornecer fontes diversas aos pesquisadores: escritas, audiovisuais e orais (BERSTEIN; MILZA, 1999, p. 129). As fontes podem avaliar a produção de um conhecimento histórico cientificamente conduzido – problematizado, documentado, hipotético e comunicável, que pretende obter a verdade do seu objeto de estudo (REIS, 2003, p. 101), desde que sejam submetidas a um interrogatório crítico: quem as produziu? Em que condições? Por qual motivo? O que falam? O que silenciam?

Ao incluir as fontes orais em seu repertório, o historiador do tempo presente estabelece uma nova relação com os sujeitos do processo histórico investigado, que abarca a dimensão da memória produzida a partir das experiências de vida. Conforme Pollak (1992, p. 204-208), a memória, mesmo individual, é socialmente construída, sendo um elemento constituinte do sentimento de identidade, individual e coletiva, e um fator importante do sentimento de coerência do indivíduo em relação ao coletivo. Assim, apesar de apresentar características flutuantes e mutáveis, a memória denota pontos relativamente invariantes e imutáveis da coletividade em que se insere o indivíduo.

O caminho para abordá-la e fazê-la contribuir para a história passa pelo rigor na interpretação crítica dos testemunhos, o mesmo aplicado às fontes de outras materialidades, já que nenhuma fonte pode ser tomada tal como se apresenta. Mesmo a mais subjetiva das fontes, que é a oral, produzida a partir do relato de vida, pode ser criticada. Suas distorções podem ser controladas por meio do cruzamento de informações obtidas a partir de outras fontes e do confronto com os dados oferecidos pelos registros oficiais (institucionais) e da própria historiografia.

Finalmente, cabe aqui apresentar a estrutura da redação desta pesquisa. No primeiro capítulo, busca-se analisar os antecedentes conjunturais da administração do general Médici para compreender como a política de modernização conservadora e autoritária foi gestada pelos governos militares. Em seguida, pretende-se debater as características da política autoritário-desenvolvimentista durante o governo de Médici. Busca-se compreender o paradoxo entre os

“anos de ouro” e os “anos de chumbo”, no bojo da fabricação do “milagre brasileiro” simultaneamente ao recrudescimento da repressão política e ao auge da militarização do Estado e da sociedade brasileira.

No segundo capítulo, almeja-se compreender como as feições modernizantes e as feições autoritário-conservadoras da política universitária dos militares se combinaram e desenvolveram nas universidades. Pretende-se analisar as principais intenções políticas que influenciaram no processo de construção e implantação da Reforma Universitária, além de sua materialização nos campi, sob a coordenação do ministro Jarbas Passarinho. Ao mesmo tempo, espera-se compreender os efeitos do recrudescimento da repressão política nas academias, como a implantação do Decreto n. 477 e das AESI no interior das instituições universitárias.

No terceiro capítulo, pretende-se analisar como a política universitária de modernização conservadora e autoritária chegou à UFES, a partir de fontes escritas, oficiais da instituição, e de fontes orais, produzidas pelos atores políticos da comunidade acadêmica. Pretende-se conhecer os efeitos do golpe de 1964 e dos primeiros governos militares na Universidade e, sem seguida, analisar o auge do desenvolvimentismo autoritário, com Médici e Passarinho, investigando a materialização da Reforma no campus e a atuação da AESI/UFES a partir dos comportamentos políticos adotados pelos atores envolvidos.

No quarto e último capítulo, são avaliados os impactos da política modernizadora e autoritária implantada durante o governo Médici. Pretende-se analisar os efeitos positivos e negativos produzidos durante os “anos de ouro” e os “anos de chumbo”, para a sociedade brasileira e as universidades. Almeja-se aferir os efeitos dessa política na UFES, ponderando os frutos do reformismo – tão exaltado pela “história oficial”, em virtude da consolidação do campus – e as consequências da repressão política.

1. A POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E AUTORITÁRIA DURANTE O GOVERNO DE MÉDICI

1.1 ANTECEDENTES CONJUNTURAIS

No ano de 1964, a instalação da ditadura militar possuiu um duplo significado histórico para os rumos da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que representou uma ruptura brusca no quadro institucional da República, originando um regime político autoritário e anticomunista, a vitória dos militares significou a conservação do modelo social elitista, tradicional no país, espelhando as convicções de um pequeno segmento da sociedade, economicamente privilegiado e bastante influente no processo político nacional.

Conforme Fico (2004, p. 42), esse segmento era formado, majoritariamente, por setores conservadores, que ocupavam lugares de prestígio na organização social do país: detentores de altas patentes das Forças Armadas, titulares de cargos políticos de relevo e senhores de alto poder econômico. Em comum, esses atores políticos se mostravam insatisfeitos com a “esquerdização” da política trabalhista do governo de João Goulart⁴¹ e defendiam um Estado forte, centralizado, que preservasse a ordem social e a “democracia”, espantasse o perigo da comunização e incentivasse o desenvolvimento do capitalismo nacional, mantendo o Brasil na esfera ocidental do mundo.

Os governos militares levaram a cabo esse projeto conservador. Embora a base de sustentação do novo poder fosse heterogênea e defendesse ideias distintas para a construção de um programa de governo – havia ultraconservadores, nacionalistas de direita e liberais –, o apelo por desenvolvimento e modernização possuía um grande impacto entre seus componentes. A estratégia para tornar o apelo real envolveu a adoção de uma política de modernização conservadora e autoritária. Nela, o Estado militar foi promovido ao papel de garantidor do “desenvolvimento seguro” da economia e das instituições ligadas à administração pública.

⁴¹ O governo de Jango, desde seus momentos iniciais, sofreu acusações, por parte de setores do Exército, de compactuar com ideias de esquerda. Mais tarde, a cisão com os militares foi intensificada, em função do grande apoio recebido dos sindicatos e do Movimento Estudantil (ME) no projeto das ‘reformas de base’. Os rumores de uma “comunização” iminente justificaram uma campanha forte e articulada de desestabilização, contra o governo de Jango. A polarização entre a democracia e o comunismo foi acirrada e precipitou a deflagração do movimento golpista. Para maiores informações sobre o assunto, consultar: Fico (2004) e Motta (2000).

A administração de Castelo Branco (15 de abril de 1964 a 15 de março de 1967) lançou mão de medidas de caráter liberal-internacionalista⁴² para cumprir o propósito da modernização econômico-administrativa do Brasil. De forma geral, buscou reduzir os gastos públicos e abrir a economia do país ao capital estrangeiro, com o apoio dos parceiros norte-americanos (MOTTA, 2014, p. 69). A partir da gestão de Costa e Silva (15 de março de 1967 a 31 de agosto de 1969), o modelo do liberal-internacionalismo passou a ser questionado. Ganhava força o discurso de um “projeto nacional” de desenvolvimento, mais independente do mercado estrangeiro através de incentivos à indústria e ao mercado interno.

Em nome da “segurança” do projeto de desenvolvimento, a política de modernização conservadora assumiu feições autoritárias desde sua implantação. Os governos de Castelo Branco e Costa e Silva aprofundaram gradativamente o controle sobre a sociedade, robustecendo a repressão. Baseado na Doutrina de Segurança Nacional⁴³, o autoritarismo refletiu no caráter cada vez mais centralizado e despótico que o Estado foi ostentando, o que era justificado em função das promessas de maximização dos objetivos coletivos da nação.

O anticomunismo serviu de elemento de ligação entre os militares na construção da ditadura autoritária e anticomunista (MOTTA, 2014, p. 16). Ele produziu entre os adeptos da ditadura um sentimento de identidade e “dever comum”, alicerçado em representações hegemônicas e distorcidas sobre os verdadeiros objetivos comunistas e sobre sua real capacidade de influenciar nos acontecimentos políticos do país. Inscrevendo o país no panorama da Guerra Fria, os “vitoriosos” de 1964 percebiam-se em meio a uma “guerra revolucionária” comunista, supostamente em curso no Brasil e no mundo, o que fornecia sentido às suas ações

⁴² Conforme Macarini (2005, p. 55), o modelo do liberal-internacionalismo, aplicado pelo governo de Castello Branco (15 de abril de 1964 e 15 de março de 1967), possuía uma orientação político-econômica composta por ingredientes singelos: o combate à inflação e a internacionalização, que prosseguiria sem entraves e apoiado na parceria com os EUA. A partir do governo de Médici, o modelo liberal-internacionalista foi definitivamente rompido, cedendo lugar ao nacional-estatismo, intervencionista e centralizador, que, consciente da recuperação econômica em curso, possuía elevadas aspirações desenvolvimentistas no bojo do projeto “Brasil, Grande Potência”.

⁴³ Conforme Fernandes (2009, p. 03), a expressão “segurança nacional” apareceu no direito brasileiro com a Constituição Federal de 1934, que fundou o CSN com atribuições que se relacionavam com a defesa e a segurança do país. A partir dos anos 1950, quando o tema da segurança nacional alcançou maior relevo em função do contexto da Guerra Fria e da Revolução Cubana, a recém-criada Escola Superior de Guerra (ESG) passou a reformular a DSN, endossando a influência militar nas questões geopolíticas do país. A partir das elaborações do general Golbery do Couto e Silva e da teoria da “guerra revolucionária” contra o inimigo interno, dominantes nos manuais da ESG, foi designada uma nova “Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento”. Conforme Alves (2005, p. 04), a Doutrina foi formulada pela ESG, em colaboração com o IPES e o IBAD, num período de 25 anos. Tratava-se de um abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais.

“contrarrevolucionárias” contra os “inimigos políticos” da nação. Conforme Motta (2010a, p. 26):

Assim como havia fornecido identidade e sentido de missão para os serviços estaduais de polícia política, o anticomunismo cumpriu o mesmo papel para os órgãos da comunidade de informações da ditadura. Durante as duas décadas do regime militar, a “comunidade” e os O.I. (órgãos de informação) federais compreenderam e justificaram sua existência e sua missão em torno da luta contra o comunismo, inimigo a um só tempo interno e internacional [...].

Sob o discurso da salvaguarda da “democracia” e do desenvolvimento econômico-institucional do país, o Estado foi sendo paulatinamente militarizado, com o apoio capital das redes de adesão tecidas com as elites conservadoras, que ocupavam cargos estratégicos na burocracia pública e ofereciam apoio, inclusive financeiro, à política do governo. Além de censurar a articulação social na esfera política, fechando os canais de acesso popular ao núcleo da “democracia”, o poder discricionário recorreu à violência política, justificada enquanto um instrumento necessário no interior da luta imaginada contra os “inimigos políticos” para a materialização dos “objetivos da pátria”.

A militarização foi sendo arquitetada desde muito cedo, ainda no governo de Castelo Branco.⁴⁴ Ao mesmo tempo, uma fachada de “normalidade” e “respeito” às instituições representativas também foi sendo construída, através de alterações profundas no conjunto legalístico do país – inclusive na própria Lei de Segurança Nacional⁴⁵ (LSN) –, que garantiram sustento ao discurso da “democracia” e do desenvolvimento nacional.

Essa aparente legalidade também serviu para legitimar as medidas de exceção e os atos despóticos cometidos pelo Estado (CARVALHO, 2013, p. 17), como as operações de “limpeza ideológica”. Inúmeros dispositivos constitucionais foram impostos ou alterados sob a bandeira da preservação dos objetivos da “revolução”, da harmonia político-social e do

⁴⁴ Conforme Napolitano (2014, p. 81), apesar do suposto mito sobre a brandura do governo Castelo Branco, o presidente foi o que mais cassou direitos políticos, mandatos parlamentares e cargos públicos, contribuindo para estruturar as bases jurídicas do regime autoritário para um controle político-institucional de longo prazo.

⁴⁵ Conforme Fragoso (2007, p. 03), a Lei de Segurança Nacional foi criada no ano de 1935 (Lei n. 38), definindo os crimes contra a ordem política e social do país, sendo remodelada em 1953, pela Lei. 1.802, com a definição específica dos crimes contra o Estado e a ordem político-social e a definição da competência da Justiça Militar para julgar crimes contra a segurança externa e da Justiça ordinária, com recurso ao STF, para crimes contra a segurança interna. Com a implantação da ditadura e a grande influência da DSN entre os militares, a LSN foi alterada pelo Ato Institucional n. 2, de 1965, que estabeleceu a competência da Justiça Militar para julgar todos os crimes políticos, pelo Decreto-Lei n. 314, de 1967, que revogou a Lei n. 1.802 e redefiniu os crimes contra a segurança nacional e a ordem político-social e pelo Decreto-Lei n. 510, de 1969, que tornou mais severas as disposições da LSN, inclusive prevendo punição para os “atos preparatórios” de subversão.

desenvolvimento econômico do país. Os Dezesete Atos Institucionais, regulamentados por cento e quatro Atos Complementares, somados aos muitos Decretos-Lei e à própria Constituição de 1967, provas da suposta “normalidade”, concederam ao Executivo um grau extremo de centralização, autonomia político-administrativa e, principalmente, liberdade para a militarização do Estado e da sociedade.

A guinada em direção ao recrudescimento do autoritarismo ocorreu em 1968. Em face do aumento da “subversão” dos atos de resistência ao governo, Costa e Silva decretou o Ato Institucional n. 5 (AI5)⁴⁶. Tendo em vista que o impulso desenvolvimentista possuía relação umbilical com o aumento do autoritarismo, o Ato coincidiu com a decisão política de remover os obstáculos para efetivar a modernização no Brasil (MOTTA, 2014, p. 242). Na prática, ele aprofundou o estado de exceção no Brasil e aumentou ainda mais o controle autoritário do Estado sobre o processo político nacional, simbolizando um dos maiores abusos do poder ditatorial.

Diferentemente dos anteriores, o AI5 não teve prazo determinado para vigorar, tendo sido aplicado até 1979. Ele dava poderes supremos e ilimitados ao presidente da República, que, despoticamente e independente de qualquer apreciação judicial, poderia praticar arbitrariedades contra o arcabouço político-institucional do país. O poder discricionário estava autorizado a decretar recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, cassar mandatos eletivos, romper a estabilidade dos funcionários civis e militares, entre outras prerrogativas discricionárias.

O AI5 forneceu bases para a retomada da prática do expurgo contra servidores públicos – implantada no pós-1964, durante a “Operação Limpeza”⁴⁷, uma vez que suspendeu as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade. O Estado militar passou a ter carta branca para demitir, remover ou aposentar qualquer servidor público que

⁴⁶ BRASIL. Ato Institucional n. 5, de 13 de abril de 1968. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 04 ago. 2014.

⁴⁷ Conforme Motta (2014, p. 25), a denominação “Operação Limpeza” foi oficialmente utilizada pelos agentes e apoiadores do governo, logo no pós-1964, para se referir à intenção de afastar do cenário público os adversários recém-derrotados, imediatamente promovidos a inimigos políticos. Na “Operação Limpeza”, a ameaça (superdimensionada) representada pelos comunistas, socialistas, trabalhistas, nacionalistas de esquerda e quaisquer outros representados como partidários do “proselitismo vermelho”, opositores aos ideais supremos da “revolução”, era o foco da repressão.

fosse representado como “inimigo político”, sem a necessidade de abrir processo administrativo, sindicância ou inquérito disciplinar para isso. O Ato também suspendeu o direito de habeas-corpus – que era uma garantia de que o preso político não seria mantido em lugar ignorado e de que seu advogado poderia acessá-lo (ROLLEMBERG, 2006, p. 145) – dos acusados de crimes e infrações contra a segurança nacional, autorizando, inclusive, a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão, por dez anos.

Para complementá-lo, o Conselho de Segurança Nacional (CSN) aprovou que os militares encarregados de inquéritos políticos efetuassem prisões, de qualquer cidadão suspeito, pelo prazo de até sessenta dias – sendo que, por dez dias, o preso permaneceria isolado. Na prática, os dois regulamentos abriram caminho para que “métodos investigativos” atroz, como a tortura, fossem institucionalizados nos “porões” da ditadura, causando um número incontável de cidadãos desaparecidos e mortos.

Portanto, é preciso observar que a perspectiva modernizadora da política dos militares foi apresentando, gradativamente, seu inexorável viés conservador e autoritário. A face modernizadora e os impulsos autoritários coexistiram, ao contrário da aparente contradição que representavam. A ala do Estado militar que defendia a modernização, e identificava-se ideologicamente com o liberalismo, também defendia o emprego da força contra os “inimigos políticos”. Logo, o aparato repressivo serviu de instrumento para a implantação da pauta modernizadora (MOTTA, 2014, p. 291).

Quando Médici consolidou-se à frente do regime, o desenvolvimentismo autoritário dos militares atingiu seu ápice. O novo presidente, signatário da ditadura militar e antes diretor do SNI, tinha pressa em concretizar a política de modernização conservadora, o que ficou revelado logo em seu discurso de posse, quando evocou a participação de todos, “agentes do processo”, que acreditavam na compatibilidade da democracia com a luta pelo desenvolvimento.⁴⁸

Para tanto, sua administração fortaleceu o aparelhamento autoritário do Estado, dilatando ainda mais o sistema repressivo e passando a dispor de recursos de poder que possibilitavam

⁴⁸ BRASIL. Discurso de posse do presidente general Emílio Garrastazu Médici, de 30 de outubro de 1969. **Presidência da República**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 out. 1969. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/91988>. Acesso em: 25 jan. 2015.

erradicar qualquer obstáculo a sua política. Com Médici, modernização e repressão marcharam lado a lado, como paradoxos que se impulsionam mutuamente.

1.2 “ANOS DE OURO” E “ANOS DE CHUMBO”: UM PARADOXO

A política de modernização conservadora e autoritária dos militares foi materializada durante a administração do general Médici. A estratégia do governo para consolidá-la de maneira “controlada” e “segura”, em vista do imaginado perigo comunista, incluiu centralizar ainda mais o poder decisório no Executivo federal e reestruturar o aparato repressivo. Conferiu-se ao Estado a autonomia e a “legitimidade” necessárias para praticar a violência política contra os que fossem representados como “inimigos”. Tudo em nome da segurança do projeto nacional-desenvolvimentista, “Brasil: Grande Potência”, cujas bases foram semeadas ainda no discurso de posse do presidente e cuja promessa consistia em acelerar o desenvolvimento capitalista nacional e garantir a posição “merecida” pelo país, no mercado mundial, nos anos 2000 (MACARINI, 2005, p. 73).

Nos finais da década de 1960, a reflexão sobre a “vocação” da Revolução de 1964 ganhou fôlego entre os militares. O discurso do “destino revolucionário” de realizar profundas transformações sociais e estabelecer a lideranç  continental e a afirmação mundial de uma “grande potência” brasileira foi fortalecido. Logo, o aumento do apelo nacionalista e os sonhos de grandeza refletiram nos rumos da administração de Médici.

Mais próxima da concepção de Estado “interventor e provedor de recursos”, a gestão adotou uma estratégia política diferente dos governos militares anteriores, em face de suas elevadas aspirações desenvolvimentistas. O governo rompeu com o programa liberal-internacionalista e retomou o modelo nacional-estatista – profundamente criticado nas gestões anteriores. Essa opção política espelhou a reprodução de um elemento presente na matriz institucional do Estado brasileiro: a tradição centralista, marcada pelo intervencionismo, pela forma dominante da articulação entre o poder político e as esferas civis, pelo padrão corporativista, na forma de intermediação de interesses, e conservador, no modo de incorporação de atores estratégicos ao político (DINIZ, 1994, p. 198).

Fortalecendo os mecanismos de centralização e a capacidade de intervir nos rumos socioecon micos do país, a administração de Médici assumiu a primazia do papel do Estado

na indução do processo de modernização capitalista. Essa engenharia político-institucional serviu de base para a política econômica elaborada pelos tecnocratas do governo. Foi implantado um modelo de desenvolvimento que previa que os recursos necessários para promover o crescimento das indústrias nacionais e do mercado interno de consumo seriam gerados pelo aumento da participação brasileira no mercado mundial, sobretudo através da produção agrícola.

É verdade que o sucesso do modelo, em curtíssimo prazo, explica-se em função da conjuntura internacional do momento, marcada por uma latente vitalidade do comércio entre os países. Nesse cenário favorável, o Brasil aumentou sua participação no mercado mundial através da exportação de commodities agrícolas (MACARINI, 2005, p. 54), garantindo recursos para o fomento da industrialização e do mercado nacional. O país pôde explorar novas fronteiras comerciais, o que, de certa forma, contribuiu para ensaiar certa autonomia em relação aos EUA – até então, os maiores parceiros econômicos.

Cabe aqui registrar que, apesar dessa relativa “independência” econômica em relação aos norte-americanos, a expansão da economia brasileira se deveu, em muito, ao crédito ofertado, durante toda a década de 1960, pelos EUA – cujas motivações, no seio da guerra fria, eram políticas, e não econômicas. Os acordos firmados entre governos garantiam valores expressivos ao Brasil, emprestados com juros baixos e prazos de pagamento alongados. Vale lembrar que os gastos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) – principal filial do governo norte-americano a atuar no Brasil, até 1976 – são estimados em cerca de dois bilhões de dólares, majoritariamente investidos em obras de infraestrutura e no incremento do parque industrial (MOTTA, 2014, p. 139).

O fato é que a gestão de Médici dispôs de vultosos recursos para investir na modernização brasileira e materializar os objetivos do primeiro “Plano Nacional de Desenvolvimento” (PND)⁴⁹. O Estado subsidiou o incremento do parque industrial e da construção civil, o desenvolvimento de empresas nacionais, a expansão das telecomunicações e do sistema bancário, a ampliação das rodovias e do complexo hidrelétrico nacional, a ampliação da

⁴⁹ O primeiro PND foi instituído pela Lei n. 5.727, em 04 de novembro de 1971, prevendo a implantação de medidas favoráveis ao amparo da pesca, ao desenvolvimento agrícola da região Nordeste do país, ao incremento do turismo e dos sistemas hidroviários e rodoviários de transporte (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5727.htm. Acesso em: 23 jul. 2015).

produção agrícola latifundiária, mecanizada e direcionada ao mercado estrangeiro (DE ANGELO, 2008, p. 58).

Em função das medidas de subvenção, o mercado interno do país igualmente se desenvolveu, com o aumento na oferta de produtos nacionais, principalmente os manufaturados. A economia nacional parecia experimentar um momento áureo, o que era confirmado pelos altos índices de crescimento do país, em um curtíssimo espaço de tempo, e pelas baixas taxas de inflação, aparentemente controladas. Era o “milagre” brasileiro.

O período 1968-1973 é conhecido como “milagre” econômico brasileiro, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) [...]. Não existe um consenso em relação aos determinantes últimos do “milagre”. [...] Importância da política econômica do período, com destaque para as políticas monetárias e creditícias expansionistas e os incentivos às exportações. [...] Ambiente externo favorável, devido à grande expansão da economia internacional, melhoria dos termos de troca e crédito externo farto e barato. [...] Reformas institucionais [...] em particular às reformas fiscais e tributárias, que teriam criado as condições para a aceleração subsequente do crescimento (VELOSO; VILLELA; GIAMBAGI, 2008, p. 222).

De maneira rápida, a modernização capitalista parecia finalmente acontecer no país. Todavia, seus efeitos imediatos foram experimentados de maneira bastante desigual pelos segmentos sociais brasileiros, em face do elitismo na distribuição de seus adventos. Os setores populares, historicamente excluídos das benesses econômicas do país, foram mantidos à margem dos louros do processo. Apesar disso, o sonho do desenvolvimento era alardeado pelo governo como sendo uma realidade concreta, de abrangência nacional e homogênea. O nacionalismo orgulhoso dos militares, bastante inflamado, traduziu-se no estado de confiança do governo em relação ao “país do futuro”.

Esse sentimento foi oficialmente reforçado pela propaganda política oficial da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), órgão que teve atuação artificiosa, responsável por maquinar a popularização da figura do presidente Médici e produzir uma relação de identificação e comprometimento da sociedade civil com o governo. As estratégias de atuação da AERP incluíam o lançamento massivo de slogans que buscavam exaltar a potência da pátria e do homem brasileiro, além de campanhas como “Você constrói o Brasil”, de 1972, que forjavam um sentimento de pertencimento, unidade e identidade nacional.⁵⁰

⁵⁰ Para maiores informações sobre a importância da propaganda política durante a gestão de Médici, ver: Alves (2001) e Carvalho (1998).

Os “anos de ouro” foram embalados no Brasil por uma forte campanha ufanista, conduzida pela propaganda política oficial. As grandes “comemorações”⁵¹ do período também alimentaram o sonho do desenvolvimento. Durante a era Médici, foram organizados os únicos festejos populares da ditadura militar. No ano de 1972, comemorou-se o sesquicentenário da independência e a “chegada do futuro no Brasil”. Apesar do elitismo evidente na política de modernização e do aumento considerável dos crimes cometidos pelo Estado autoritário contra os “inimigos políticos”, as “comemorações” serviram para propagandear a confiança em relação à política federal.

As feições autoritárias do governo foram disfarçadas por meio do “estado da arte” apregoado pelo discurso oficial, que exaltava os avanços da política modernizadora e seus reflexos supostamente uniformes nos estados da federação. Todavia, na prática, a militarização alcançava seu ápice e a violência política era cada vez mais praticada pelo Estado. Em conformidade com sua opção pelo nacional-estatismo, a gestão de Médici apostou na “grandeza” de seus objetivos desenvolvimentistas, apresentados oficialmente como “objetivos nacionais”. O caminho para alcançar as metas, e também sustentar a falácia dos “anos de ouro”, consistiu em expandir a repressão política. O fortalecimento da coerção foi o instrumento principal para eliminar definitivamente os “inimigos políticos” da nação – o que acabou mergulhando o país em “anos de chumbo”.

Mesmo após o AI5, que já dava poderes plenos ao Executivo, o comando supremo da “revolução” ainda desejava aumentar o alcance da vigilância e conceder maior liberdade de ação aos agentes repressivos (JOFFILY, 2012, p. 27). É necessário mencionar que essa escalada autoritária foi muito mal vista pelos “parceiros” norte-americanos, que já percebiam o AI5 como uma medida radical, talvez desnecessária. Insistir no recrudescimento repressivo poderia mergulhar o Brasil numa ditadura violenta – ainda mais do que de fato já ocorria – e manchar a imagem dos EUA na comunidade internacional. Assim, a partir de 1969, paulatinamente, o governo dos EUA diminuiu o número de assessores, cortou gastos e amenizou sua presença em terras brasileiras (MOTTA, 2010b, p. 254).

Apesar da desaprovação dos “parceiros”, reformular o serviço de segurança e informação federal foi um dos primeiros atos administrativos de Médici. Os sistemas de segurança foram

⁵¹ Sobre a questão das comemorações populares no governo Médici e a influência delas na memória social que se consolidou sobre o período, consultar Cordeiro (2009 e 2012).

aperfeiçoados, com parâmetros próprios e esferas de ação bem determinadas, dando origem a uma “comunidade de segurança e informação”: um conjunto extenso de órgãos e agentes especializados na coleta e armazenamento de dados da subversão no país (FICO, 2001, p. 17). A “comunidade” designava não apenas um modo de atuação, mas também um acordo que supunha colaboração e lealdade e era selado pelo sentimento corporativo de “comprometimento com a causa” anticomunista.

Em 1970, foi aprovado um novo organograma da repressão, com o “Plano Nacional de Informações” (PNI)⁵². A grande “inovação” deu-se com a criação do “Sistema Nacional de Informações” (SISNI), que centralizou as atividades de segurança sob o comando das Forças Armadas e passou a orientar a produção de informações e contrainformações úteis ao planejamento da política nacional e à tomada de decisões da repressão.

O SISNI foi encabeçado pelo SNI⁵³, responsável por centralizar as ações da “comunidade de informações” e reunir dados relevantes para a segurança nacional, com o apoio de agências espalhadas por todo o território do país. A nova rede de apoio ao SNI era constituída por várias “filiais”, implantadas dentro dos órgãos vinculados aos ministérios federais. Nos órgãos ligados aos ministérios militares, a base era composta pelo “Centro de Informações do Exército” (CIE), o “Centro Nacional de Informações da Marinha” (CENIMAR) e o “Centro de Informações da Aeronáutica” (CIS). Nos órgãos atrelados aos ministérios civis, o apoio ficava a cargo das “Divisões de Segurança Interna” (DSI) e de suas ramificações, as “Assessorias Especiais de Segurança e Informação” (AESI).

Além do SISNI, o governo de Médici criou outra rede no aparato repressivo, o “Sistema Nacional de Segurança Interna” (SISSEGIN). O SISSEGIN representou uma ruptura nas diretrizes de segurança da ditadura militar, uma vez que centralizou as ações repressivas sob o comando direto e ostensivo das Forças Armadas (FAGUNDES, 2013, p. 300). Até 1969, essas atividades estavam a cargo das Secretarias de Segurança Pública (SSP) e dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) nos estados. O novo sistema foi formado por órgãos secretos, especializados em concretizar as atividades de repressão política: o

⁵² BRASIL. Decreto n. 66.732, de 16 de Junho de 1970. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de junho de 1970. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66732-16-junho-1970-408168-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

⁵³ O SNI foi um dos primeiros órgãos de “segurança” criados pela ditadura militar, em junho de 1964, com a função de superintender e coordenar as atividades de inteligência que interessassem à segurança nacional. Para maiores informações sobre a evolução institucional do aparato da repressão política militar, ver: Fico (2001).

“Destacamento de Operações de Informação” (DOI) e o “Centro de Operações de Defesa Interna” (CODI).

O DOI-CODI, uma evolução da OBAN⁵⁴, foi instituído secretamente e marcou a federalização da polícia política no país. Conforme Joffily (2005, p. 01), o CODI ficava a cargo da análise de informações e do planejamento estratégico do combate aos grupos de esquerda, enquanto o DOI cuidava das ações de busca, apreensão e interrogatório dos suspeitos. É preciso advertir que o DOI, juntamente com os DOPS estaduais, foi um dos principais responsáveis por grande parte dos crimes cometidos pelo Estado militar.

Os sistemas SISNI e SISSEGIN foram criados para funções específicas e complementares. O SISNI possuía uma ação mais estratégica, focada na produção de informações indispensáveis às ações de repressão política, materializadas pelo SISSEGIN. Em vista do interesse em aumentar a vigilância nos órgãos vinculados aos ministérios civis – autarquias, fundações e empresas públicas/de economia mista –, a administração de Médici investiu na rede de informação e contrainformação do SISNI, expandindo as DSI (MOTTA, 2008, p. 35).

As DSI já compunham o aparelho repressivo do regime desde 1967⁵⁵, quando foram criadas nos ministérios civis como órgãos complementares do CSN, em estreita colaboração com o SNI, para atuar em duas frentes: a de segurança nacional e a de informações nacionais (ISHAQ; FRANCO, 2008, p. 31). Com Médici, seu poder foi aumentado. Em 1970, todas as DSI sofreram uma reformulação⁵⁶, passando a operar em estreita relação com o SNI e sob a superintendência do mesmo. Conforme já dito, as Divisões foram ramificadas em novas agências, instaladas nas instituições subordinadas ao controle dos ministérios civis, denominadas “Assessorias Especiais de Segurança e Informação” (AESI) – após 1975, “Assessorias de Segurança e Informação” (ASI) (MOTTA, 2008, p. 44).

⁵⁴ A criação da OBAN, em julho de 1969, representou o início de uma nova, e mais dura, fase repressiva da ditadura, tendo sido apoiada por empresas multinacionais, como o Grupo Ultra, Ford, General Motors, e por segmentos das Forças Armadas, como DOPS, a Polícia Federal, a Polícia Civil, a Força Pública e a Guarda Civil. Para uma discussão mais profunda sobre o assunto, ver: Joffily (2005).

⁵⁵ BRASIL. Decreto n. 60.940, de 04 de julho de 1967. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 de julho de 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60940-4-julho-1967-402027-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

⁵⁶ _____. Decreto n. 67.325, de 02 de outubro de 1970. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 de outubro de 1970. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67325-2-outubro-1970-408768-norma-pe.html>>. Acesso em: 04 set. 2014.

A criação das AESI representou a inserção de um “braço” da “comunidade de segurança e informação” nos espaços ligados aos ministérios civis. Na prática, elas funcionaram como elementos de ligação direta entre as instituições, as DSI e o próprio SNI.

Portanto, ao mesmo tempo em que o caráter construtivo da política federal se apresentava, promovendo reformas e estimulando a modernização econômica e da máquina pública, as feições destrutivas do autoritarismo-conservador também se faziam presentes, expandindo o alcance da “comunidade de segurança e informações” e robustecendo a repressão. Apesar da aparente contradição que evidenciavam, os “anos de ouro” e os “anos de chumbo” coexistiram e foram experimentados indivisamente, em uma espécie de alavancagem mútua.

As universidades públicas foram umas das instituições que mais sentiram os efeitos simultâneos dos impulsos modernizantes e autoritários da política de Médici. Os campi e as comunidades acadêmicas experimentaram mudanças duradouras, que ainda persistem na estrutura atual do sistema universitário. Do mesmo modo, sofreram com a onda mais intensa da “limpeza ideológica” promovida pela ditadura militar, que instalou mecanismos de vigilância direta e cerceou o desenvolvimento profissional de estudantes e docentes, a livre circulação de ideias, a produção dos saberes e a autonomia universitária.

2. O LUGAR DAS UNIVERSIDADES: IMPULSOS MODERNIZANTES E AUTORITÁRIO-CONSERVADORES

2.1 GÊNESE E MATERIALIZAÇÃO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA

No curso da década de 1960, o debate sobre os rumos da universidade pública no Brasil ganhou força entre diferentes segmentos sociais do país. No período, os estabelecimentos responsáveis pelo ensino superior ainda apresentavam estruturas frágeis, constituídas por faculdades e escolas isoladas, que possuíam formas diferentes de organização acadêmico-administrativa e se conectavam por laços mais simbólicos do que sólidos. Conforme Motta (2014, p. 67):

De certo modo, a denominação “universidade” era imprópria, pois existia, na verdade, uma junção frágil de faculdades virtualmente autônomas. Os diretores tinham dotação orçamentária recebida diretamente do governo federal, contratavam e gastavam sem responder ao reitor. Até a seleção de alunos era feita de maneira descentralizada, cada faculdade com seu próprio exame vestibular [...].

As instituições eram habitualmente dirigidas por professores catedráticos, que, uma vez vitalícios, acumulavam poderes e influências em seus processos decisórios. Distantes das demandas da sociedade, as universidades não produziam pesquisas que pudessem contribuir para o desenvolvimento nacional, tampouco projetos extensivos à comunidade. Além disso, não produziam mão-de-obra qualificada e nem conhecimento tecnológico.

Em outras palavras, as academias não estavam sintonizadas às demandas da política de modernização econômico-administrativa implantada pelos governos militares. Com a explosão do crescimento urbano-demográfico nos finais da década, ficou evidente sua incapacidade de absorver o contingente de estudantes que buscavam formação superior. Conforme Cunha (2000, p. 179):

As universidades federais encontravam-se em situação de completa saturação. O binômio cursos-cátedras implicava a existência de cátedras similares em diversas faculdades de uma mesma universidade. Em consequência, a expansão das matrículas, devido à demanda crescente, exigia recursos vultosos [...]. Impunha-se, assim, uma reestruturação das universidades, especialmente as da rede federal, que pudesse fazer frente, ao mesmo tempo, a um grande aumento das matrículas [...].

Nesse quadro de debilidade e isolamento, era consenso que as instituições precisavam ser reformadas para superar seus anacronismos e atender às demandas de seu tempo presente.

Contudo, não havia uma consonância sobre os caminhos políticos a serem seguidos para efetivar essa reestruturação. Os principais projetos sócio-político-ideológicos, que ofereciam as propostas reformistas, concordavam apenas sobre a urgência em modernizar.

De um lado, as esquerdas progressistas – sobretudo o Movimento Estudantil (ME) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), a qual, desde o governo Jango, assumiu o protagonismo na defesa da reforma universitária – defendiam que a estrutura de poder deveria ser subvertida para tornar as academias mais próximas da tradição humanista, das causas socialistas e da produção autônoma do conhecimento, além de mais democráticas, com maior representação dos estudantes nos órgãos colegiados (FÁVERO, 2004, p. 208). De outro lado, as direitas conservadoras defendiam uma proposta mais liberal, segundo a qual era preciso sintonizar o ensino superior às demandas da modernização da economia e da máquina pública, tornando-o mais eficiente e produtivo em termos de ciência e tecnologia e de produção de mão-de-obra especializada (MOTTA, 2014, p. 09).

Mais alinhados aos últimos, os militares trouxeram em seu plano o discurso da “universidade para a modernização”. Nos primeiros anos da ditadura militar, durante o governo de Castelo Branco, os esforços da política universitária se concentraram na definição de princípios e normas para organização das academias, sob franca inspiração do modelo universitário predominante nos EUA. Vale observar que, embora os norte-americanos já influenciassem a educação superior do Brasil desde muito antes da ditadura militar, as políticas universitárias dos governos militares evidenciaram um nível maior de proximidade ideológica, o que pode ser compreendido em função do agudo contexto político da década de 1960, sob a iminente ameaça da “comunização” no país e no mundo, e do alinhamento do regime em relação ao governo norte-americano, “parceiro” fundamental.

Logo no cenário pós-golpe de 1964, o MEC, dirigido pelo ministro Flávio Suplicy de Lacerda⁵⁷, contratou o consultor norte-americano Rudolph Atcon para uma análise da situação das universidades brasileiras, firmando seus primeiros acordos com a USAID, para

⁵⁷ Lacerda foi ministro da Educação durante o governo de Castello Branco, de 15 de abril de 1964 a 8 de março de 1965 e de 22 de abril de 1965 a 10 de janeiro de 1966. Sua gestão ficou conhecida por ter firmado os primeiros acordos de “cooperação” MEC/USAID e por ter reprimido com vigor as universidades, com ações de invasões, afastamentos e expurgos de docentes e discentes. O ministro foi signatário da Lei nº 4.464, de 6 de abril de 1964, conhecida como Lei Suplicy, que proibia as atividades políticas nas instituições estudantis. Para maiores informações, consultar: Fávero (1995) e Motta (2014)

cooperação financeira e técnica.⁵⁸ É importante notar que, para além de apenas uma imposição hegemônica, a “cooperação” norte-americana confirmou uma vontade política do próprio governo militar. Conforme Cunha (1988, p. 24):

[...] A concepção de universidade calcada nos modelos norte-americanos não foi imposta pela USAID, com a conivência da burocracia da ditadura, mas, antes de tudo, foi buscada [...] como um imperativo da modernização [...]. Quando os assessores americanos aqui desembarcaram, encontraram terreno arado e adubado para semear suas ideias.

Rudolph Atcon, especialista em “planejamento e gestão universitária” nos países latino-americanos, visitou cerca de doze instituições no Brasil – incluindo a UFES – e produziu um relatório, intitulado *Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira* (1966). Nele, foram esboçadas as orientações para a reforma do sistema universitário brasileiro, que incluíam a centralização administrativa, a departamentalização das faculdades, a diversificação das fontes de recursos, a prioridade de investimento nos campi e a criação de um conselho de reitores – mais tarde, materializada no Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB)⁵⁹.

Em outra publicação, intitulada *Manual Sobre o Planejamento Integral de Campus* (1970) e elaborada sob encomenda do próprio CRUB, Atcon traçou as diretrizes para a construção física e a organização acadêmico-administrativa da universidade “integrada”. Na obra, ele aplicou suas propostas reformistas nos casos da UFES, da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atcon criticou a ausência de uma política universitária global do MEC, apontando problemas relacionados à autonomia didática, disciplinar, administrativa e financeira das academias, que, segundo ele, impediam a centralização de decisões.

Para ele, a modernização das universidades brasileiras deveria cumprir alguns objetivos fundamentais, alinhados ao projeto maior de desenvolvimento socioeconômico do país:

1. Educação Superior Geral, em cursos de formação, destinados a satisfazer em nível superior às necessidades não especializadas de uma grande parte da população;
2. Educação e Treinamento em humanidades, ciências naturais e sociais, para o desenvolvimento básico do conhecimento;
3. Educação e Treinamento de Formação

⁵⁸ Para maiores detalhes sobre a atuação da USAID e de Rudolph Atcon na modernização da educação universitária realizada pelos militares, ver: Motta (2014) e Souza (2015).

⁵⁹ O CRUB foi criado em 30 de abril de 1966, na forma de associação civil para fins educacionais entre as universidades brasileiras, tendo Rudolph Atcon à sua frente.

Profissional em número adequado às necessidades correspondentes da sociedade; 4. Aperfeiçoamento e Treinamento Especializado em técnicas e tecnologias, para o desenvolvimento agrícola e industrial da sociedade; 5. Pesquisa Científica, como meio indispensável para uma educação sólida e como guia para o desenvolvimento de novas verdades a serviço da comunidade; 6. Cursos de Especialização em níveis graduados e pós-graduados [...] (ATCON, 1970, p. 12).

Ao defender a criação de Centros (ou Institutos/Unidades) e Departamentos, além das chamadas “disciplinas básicas”, Atcon reproduziu elementos predominantes no modelo universitário norte-americano. Segundo sua perspectiva técnica de estruturação acadêmico-administrativa, era necessário integrar as academias com vistas à eficiência na gestão dos recursos humanos e materiais:

[...] dentro da nova unidade [os institutos], as matérias básicas devem se organizar em Departamentos, cada um deles incorporado as disciplinas afins ao seu campo de conhecimento. Os Departamentos: 1) Servirão às demais carreiras profissionais na preparação integral dos estudantes que optem por elas; 2) Estabelecerão um extenso número de carreiras não profissionais, nos campos do conhecimento. A flexibilidade do sistema permitirá número crescente de combinações acadêmicas, para o aumento em quantidade, qualidade e nível de ensino destes novos estudos; 3) Economizarão os recursos materiais e humanos da universidade, através da integração e concentração de: todos os serviços afins num só lugar; todos os professores de um campo do conhecimento, num só Departamento; todos os estudantes que irão cursar uma determinada disciplina numa só unidade universitária (ATCON, 1966, p. 16-17).

Além da remodelagem na organização acadêmico-administrativa, Atcon também defendeu a reformulação da estrutura física dos espaços universitários, através da construção de “universidades integradas”, como as norte-americanas. As “cidades universitárias” predominantes no Brasil eram exatamente o oposto ao que Atcon preconizava e representavam um grande desperdício de recursos por serem monumentais e pouco funcionais, congregando escolas administrativamente independentes, academicamente soltas e estruturalmente desconexas. Em seu lugar, era necessária a implantação de um modelo de integração, o “campus universitário”, com escolas próximas, condensadas em torno de um núcleo de convivência e administração, a qual seria mais racional, funcional e eficiente.

A “Cidade Universitária” — correspondente à universidade tradicional — dá, numa só área geográfica, expressão física ao desejo de união das unidades isoladas e dispersas que a contrapõem. Porém, não ultrapassaria uma mera aproximação dos edifícios que abrigam autarquias independentes entre si [...]. Já o “Campus Universitário”, definido como um local geográfico que reúne todas as atividades de uma universidade e as integra da maneira mais econômica e funcional num serviço acadêmico científico coordenado e da maior envergadura possível (ATCON, 1970, p. 08).

Nesse momento de grande receptividade em relação à “ajuda” norte-americana, Rudolph Atcon configurou um ator político de alta relevância na Reforma Universitária⁶⁰ implantada nos finais de 1968, no governo de Costa e Silva. Os apontamentos decorrentes de suas consultorias tiveram um forte impacto na reestruturação administrativa, acadêmico-científica e física materializada nos campi do país.

O processo de reestruturação do ensino superior foi profundamente marcado por uma orientação técnica, que enfatizava os princípios de “eficiência” e “produtividade” na organização universitária, conforme o modelo norte-americano. Os militares procuraram relacionar os aspectos ideais – ensino e pesquisa – aos funcionais – serviços – na elaboração da Reforma, o que ficou evidente, mais tarde, na instituição da carreira científica hierarquizada, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no ajuste entre a educação superior e as demandas do mercado interno em crescimento.

[...] A Lei 5540, responsável pela Reforma de 1968, incorporou várias características da concepção universitária norte-americana, a saber: a) vínculo linear entre educação e desenvolvimento econômico, entre educação e mercado de trabalho; b) estímulo às parcerias entre universidade e setor produtivo; c) instituição do vestibular unificado, do ciclo básico ou primeiro ciclo geral, dos cursos de curta duração, do regime de créditos e matrícula por disciplinas, todas estas medidas visando uma maior racionalização para as universidades; d) fim da cátedra e incorporação do sistema departamental; e) criação da carreira docente aberta e do regime de dedicação exclusiva; f) expansão do ensino superior, através da ampliação do número de vagas nas universidades públicas e da proliferação de instituições privadas, o que provocou uma massificação desse nível de ensino; g) a ideia moderna de extensão universitária; h) ênfase nas dimensões técnica e administrativa do processo de reformulação da educação superior, no sentido da despolitização da mesma. A ideia de racionalização foi o princípio básico da Reforma de 68, dela derivando as demais diretrizes [...] (DE PAULA, 2009, p. 77).

Mas, para além da inegável influência norte-americana, a RU dos militares refletiu as ideias de outros atores políticos, também muito influentes em seu processo de elaboração e materialização: membros do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)⁶¹, do recém-criado CRUB e do Conselho Federal de Educação (CFE); general Meira Matos e componentes de

⁶⁰ BRASIL. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de novembro de 1968. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 21 mar. 2015.

⁶¹ O IPES, fundado em fevereiro de 1962 através de uma associação de empresários cariocas e paulistas e outras elites produtoras nacionais, teve participação fundamental na campanha de desestabilização de Jango e no golpe de 1964. Além disso, constituiu um dos influentes atores políticos na discussão sobre a reformulação das universidades brasileiras pela ditadura. O reconhecimento dos seus préstimos ao regime militar ocorreu em novembro de 1966, quando foi declarado "órgão de utilidade pública" por decreto presidencial. (Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudios_Sociais>. Acesso em: 22 mar. 2015).

sua “Comissão Especial”⁶²; membros do “Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária” (GTRU)⁶³. Algumas prescrições da Reforma refletiram, até mesmo, propostas lançadas anteriormente pelas esquerdas.

A “Comissão Meira Mattos”⁶⁴ fora criada em finais de 1967, para debater e deliberar sobre o “problema estudantil” no país. Em seu relatório final, propôs que a improdutividade nas universidades decorria da ociosidade do próprio espaço acadêmico, o que afetava estudantes e professores. Conforme Fávero (2006, p. 32), a Comissão sugeriu mudanças para tornar as academias mais “produtivas” e disciplinadas, as quais foram apropriadas pelo discurso da RU: fortalecer o princípio de autoridade e disciplina nas instituições de ensino superior; ampliar vagas; implantar o vestibular unificado; criar cursos de curta duração e com ênfase na formação técnica e administrativa; implantar o regime de créditos; expandir as matrículas; criar ciclos de estudo básicos e profissionais; buscar de novas fontes de recursos para o financiamento das instituições; modificar o regime de trabalho dos professores, com vistas a aumentar a produtividade acadêmico-científica.

Já o GTRU fora criado em julho de 1968, meses antes da aprovação da RU, presidido pelo então ministro da Educação do governo Costa e Silva, Tarso Dutra⁶⁵, e formado por atores políticos de alta proeminência da ditadura, como os membros do CFE e representantes do Ministério do Planejamento e da Fazenda. O relatório final do Grupo – que serviu de texto base da Reforma – concluiu que as universidades brasileiras, organizadas à base de faculdades tradicionais, ainda eram inadequadas para atender às necessidades do desenvolvimento do mercado capitalista no país, sendo urgente priorizar a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento científico nas academias.

⁶² BRASIL. Decreto n. 62.024, de 29 de Dezembro de 1967. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 29 de dezembro de 1967. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62024-29-dezembro-1967-403237-norma-pe.html>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

⁶³ _____. Decreto n. 62.937, de 02 de Julho de 1968. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 03 de julho de 1968. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62937-2-julho-1968-404810-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

⁶⁴ Para maiores informações sobre a “Comissão Meira Mattos”, suas deliberações e influências na Reforma Universitária que se seguiu, consultar: Paula (2009) e Rothen (2008).

⁶⁵ Tarso Dutra ocupou o cargo de ministro da Educação durante o governo de Costa e Silva, entre março e dezembro de 1967 e entre janeiro de 1968 e novembro de 1969. Entre seus feitos, consta a implementação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que visava diminuir o analfabetismo no país, e a assinatura de acordos entre o MEC e a USAID. Dutra demonstrou uma postura agressiva em relação ao Movimento Estudantil: foi sob sua gestão que, em março de 1968, o estudante carioca Edson Luís de Lima Souto morreu atingido por uma bala, em um conflito entre policiais militares e secundaristas.

O IPES – que a essa altura, já havia sido condecorado com o título de “órgão de utilidade pública” da ditadura militar – também participou ativamente da RU. Entre setembro e outubro de 1968, o Instituto lançou um documento, sugestivamente intitulado *A educação que nos convém*, em que foram publicados diversos apontamentos para o ensino superior no país. O texto evidencia o quanto era desejado modernizar as universidades em sintonia com as demandas do desenvolvimento socioeconômico do país:

[...] Ampliação de matrícula em cursos profissionais (caso dos excedentes), mas através da organização de um currículo flexível que possibilite oferecimento de n tipos de cursos adequados à demanda do processo de desenvolvimento econômico e social nos setores primário, secundário e terciário (e quaternário?), atendendo à formação de recursos humanos e mão-de-obra técnica, tanto no nível profissional intermediário como no nível profissional superior. A organização curricular da Universidade não como via de acesso ao diploma e respectiva carreira ‘devidamente regulamentada’, mas ao contrário, como via de acesso às atividades na sociedade. A regulamentação deverá visar mais à defesa da sociedade que aos interesses particulares dos diplomados [...]. A universidade se expandiu, mas, em seu cerne, permanece a mesma estrutura anacrônica a entrar o processo de desenvolvimento e os germes da inovação [...]. Podemos dizer que o sistema, como um todo, não está aparelhado para cultivar a investigação científica e tecnológica [...] mantendo a rigidez de seus quadros e as formas acadêmicas tradicionais, faltou-lhe a flexibilidade necessária para oferecer produto universitário amplamente diversificado e capaz de satisfazer às solicitações de um mercado de trabalho cada vez mais diferenciado (IPES, 1968, p. 19-20).

Curiosamente, algumas ideias defendidas pelas esquerdas antes mesmo do golpe de 1964, ainda no governo de Jango, influenciaram a RU, como a proposta da extinção das cátedras vitalícias, encampada pelo ME (SAVIANI, 2008, p. 297). Entretanto, é preciso notar que os militares fizeram uma seleção das ideias lançadas por seus “inimigos políticos”, remodelando-as conforme a concepção técnica e produtivista que orientou o espírito da Reforma:

A Lei n. 5.540, portanto, foi o resultado das ações e dos projetos de forças díspares, que se aliaram e/ou se enfrentaram ao longo dos anos 1960, com destaque para estudantes, professores, cientistas, militares e técnicos da área econômica. O poder militar fez apropriação seletiva de demandas e propostas apresentadas em anos anteriores, às vezes provenientes do ideário de seus inimigos políticos (MOTTA, 2014, p. 108).

Portanto, o processo de gestação da Reforma foi influenciado por uma concepção de ensino superior comum entre seus principais atores políticos. Eles concordavam sobre a urgência em reorientar as universidades no sentido das demandas do projeto de desenvolvimento nacional, tornando-as “produtivas” e “eficientes”.

Assim, uma das medidas impetradas pela RU consistiu em confirmar a extinção do regime de cátedras – que havia sido aprovada por outra Lei⁶⁶, apenas um dia antes da Lei n. 5.540 – e estabelecer um novo modelo de trabalho dos professores. A carreira docente foi instituída, juntamente com o cargo de professor titular, com regime de dedicação integral e exclusiva⁶⁷. Além de contribuir para tornar a carreira mais atraente, definindo salários mais vultosos, e mitigar a resistência de alguns professores à Reforma, com o novo regime de trabalho os professores permaneceriam mais tempo nas academias, ocupados em seus laboratórios, fazendo pesquisas, e atrairiam alunos para seu trabalho, desviando-os das atividades “subversivas”.

A RU também instituiu a pesquisa nas universidades brasileiras, sobretudo através da criação dos cursos de pós-graduação, cuja missão consistia em melhorar a formação dos docentes para atender à expansão quantitativa do ensino superior, elevando a qualidade do sistema de ensino, estimular o desenvolvimento da pesquisa científica, preparando pesquisadores, e treinar técnicos e trabalhadores intelectuais, visando às necessidades do desenvolvimento nacional (DE PAULA, 2002, p. 134-135).

Sob o lema do “desenvolvimento com segurança”, os saberes técnico-científicos eram vistos, pelos militares, como os conhecimentos essenciais à sonhada produção de tecnologia própria no país. Assim, não obstante os muitos avanços galgados pelas humanidades – como no caso das ciências sociais, que tiveram apoio de agências estrangeiras em várias universidades –, a pós-graduação com ênfase nos conhecimentos técnicos foi privilegiada na distribuição de recursos pelo MEC (MOTTA, 2014, p. 261).

Para racionalizar a organização acadêmico-administrativa e evitar a duplicação de meios para os mesmos fins, a Reforma Universitária mudou a estrutura dos cursos de graduação e de seus currículos. Ela finalmente instituiu a tão desejada departamentalização, conforme os moldes universitários norte-americanos, ao criar Centros e Departamentos, responsáveis por oferecer e coordenar as disciplinas. Dessa maneira, os militares confirmaram a influência do modelo organizacional proposto por Atcon, da “universidade integrada”, em sua Reforma, porque,

⁶⁶ BRASIL. Lei n. 5.539, de 27 de novembro de 1968. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de novembro de 1968. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5539.htm>. Acesso em 22 mar. 2015.

⁶⁷ _____. Decreto n. 64.086, de 11 de fevereiro de 1969. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 de fevereiro de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64086-11-fevereiro-1969-405264-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

com a departamentalização, o objetivo era aproximar docentes de áreas afins com vistas a estimular o intercâmbio entre os saberes e a realização de pesquisas. Conforme Saviani (2008, p. 303):

Com a reforma de 1968 [...] deu-se a separação entre curso e departamento. Este foi definido como a unidade básica da universidade, cabendo-lhe reunir os especialistas de uma mesma área de conhecimento ou de áreas afins. Tal alteração foi proposta sob o argumento de que, devendo a universidade fundar-se na unidade do ensino e da pesquisa, era necessário desenvolver a pesquisa, reunindo e conjugando os esforços dos professores preocupados com a mesma área de conhecimento. O curso, por sua vez, se definia pelo currículo, entendido na prática como um elenco de disciplinas distribuídas, via de regra, em três modalidades: obrigatórias, optativas e eletivas [...].

O estabelecimento do regime de matrícula por disciplinas encerrou o tripé da nova organização administrativo-acadêmica, supostamente “integrada”, que a RU dos militares almejavam instituir: mais eficiente, sem duplicação de meios para mesmos fins e com custos reduzidos (CUNHA, 2000, p. 180). Foram criados os “ciclos básicos” de ensino, sob a justificativa de que serviriam para corrigir possíveis deficiências nos conhecimentos apresentados pelos alunos ingressantes no exame vestibular e para oferecer uma formação mais ampla nos períodos iniciais dos cursos, antes do ciclo profissional (MOTTA, 2014, p. 106).

Além das transformações administrativo-acadêmicas, a RU cogitou promover uma alteração de alto impacto no sistema de financiamento universitário, refletindo a orientação liberal-tecnicista dos atores políticos responsáveis por suas disposições. Ao propor transformar a relação com os estudantes em uma relação de clientela, através da cobrança de mensalidades, a Reforma revelava, nas entrelinhas, sua intenção de diminuir paulatinamente a gratuidade em favor da privatização. Todavia, esse desígnio não obteve êxito nas instituições públicas. No lugar disso, o governo lançou mão de outra estratégia para expandir a privatização na educação superior, apoiando, em associação com o empresariado, o desenvolvimento de estabelecimentos de ensino isolados e particulares. Conforme Saviani (2008, p. 300):

[...] Reforma Universitária recomendou que os alunos ingressantes a partir de 1969 passariam a pagar seus estudos nas universidades públicas [...]. No entanto, os fatos mostraram que essa recomendação não foi seguida, adotando-se outra estratégia de privatização do ensino superior: o crescimento acelerado das instituições particulares. Dessa forma, o governo se aliou ao empresariado privado, concordando com a implantação do ensino pago por uma via diferente da prevista pelo projeto de reforma universitária. De fato, ocorreu no período uma grande expansão do ensino superior. Entre 1964 e 1973 [...] o ensino superior foi muito além, tendo crescido 744,7%. E o grande peso nessa expansão se deveu à iniciativa privada: entre 1968 e 1976, o número de instituições públicas de ensino superior passou de 129 para 222,

enquanto as instituições privadas saltaram de 243 para 663 [...] O significativo aumento da participação privada na oferta de ensino, principalmente em nível superior, foi possível pelo incentivo governamental, assumido deliberadamente como política educacional.

A forma de ingresso regulamentada pela RU previa que os campi deveriam implantar os exames vestibulares unificados no lugar dos concursos classificatórios, como forma de resolver a questão dos “excedentes” – candidatos aprovados e não convocados em virtude da insuficiência das vagas. O MEC definiu em Lei complementar⁶⁸ instaurada em seguida, no início de 1969, que as universidades deveriam se adaptar a essa exigência em curtíssimo prazo: em três anos, o vestibular deveria ser idêntico em seu conteúdo, para todos os cursos ou áreas de conhecimentos afins, e unificado em sua forma de execução numa mesma instituição de ensino.

Além de evidenciar a pressa dos militares em implantar os ditames da Reforma, essa Lei complementar endossava o interesse da ditadura em sintonizar a educação superior com o projeto de “desenvolvimento da pátria” – explícito no artigo 26º da Lei da RU, que determinava que o CFE fixasse o currículo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões reguladas em lei e de outras necessárias ao desenvolvimento econômico do país. A Lei complementar em questão também previa que o MEC poderia recusar autorização para funcionamento aos estabelecimentos de ensino superior, mesmo quando satisfeitos os requisitos legais para sua criação, caso ele não correspondesse às exigências do mercado de trabalho (MOTTA, 2014, p. 198).

A apropriação do modelo norte-americano de “universidade integrada” ficou mais uma vez evidente no espírito reformista dos militares através do disposto no artigo 11º da Lei da RU. Ele definia objetivamente as características em torno das quais os campi – bases físicas oficiais de edificação e suporte do sistema de educação superior de massa – deveriam ser estruturados. Cabe mencionar que a construção dos campi tornou-se símbolo da modernização universitária levada a cabo pelo governo militar.

As universidades organizar-se-ão com as seguintes características: a) unidade de patrimônio e administração; b) estrutura orgânica com base em departamentos reunidos ou não em unidades mais amplas; c) unidade de funções de ensino e pesquisa, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; d)

⁶⁸ _____. Decreto-Lei nº 464, de 1º de fevereiro de 1969. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 de fevereiro de 1969. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10464.htm>. Acesso em: 23 mai. 2015.

racionalidade de organização, com plena utilização dos recursos materiais e humanos; e) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais dos conhecimentos humanos, estudados em si mesmos ou em razão de ulteriores aplicações e de uma ou mais áreas técnico-profissionais [...] (BRASIL, 1968).

No ano seguinte ao lançamento da RU, quando assumiu a direção da ditadura, a administração de Médici demonstrou o desejo de acelerar o ritmo da modernização nas academias e concretizar suas disposições. A euforia desenvolvimentista dos “anos de ouro” também foi estendida às universidades públicas. As academias, que, até então, não figuravam entre as prioridades dos governos militares, passaram a ocupar um lugar estratégico na política modernizadora de Médici. No momento em que experimentaram o maior impulso em seu processo histórico de consolidação, as instituições de ensino superior foram reestruturadas, conforme os ditames da RU, e vinculadas organicamente às demandas desenvolvimento econômico.

As universidades alcançavam, assim, um novo lugar estratégico no organograma da política de modernização conservadora e autoritária. Um discurso feito pelo general Meira Mattos aos visitantes norte-americanos, na Escola Superior de Guerra, em 1969, permite entrever esse novo lugar das universidades. Ele afirmou que, diante do crescimento da ameaça “subversiva”, em 1968, e com a explosão de movimentos armados de resistência à ditadura⁶⁹, a integridade e a autonomia do Brasil dependiam de um rápido desenvolvimento econômico, que fosse capaz de aplacar as desigualdades regionais, apaziguar os problemas sociais, sufocar a resistência comunista e ocupar o vasto território nacional. O desenvolvimento econômico dependia do aumento dos investimentos do Executivo nas áreas da ciência e da tecnologia, e na formação de mão-de-obra qualificada nos estabelecimentos de ensino superior (MOTTA, 2014, p. 101).

A fala de Meira Mattos é reveladora da maneira como as altas patentes militares e os técnicos econômicos – ocupantes de lugares de destaque e influência nos altos escalões da gestão de Médici – pensavam a modernização universitária: na esteira do projeto “Brasil, país do futuro”, era fundamental realizar a Reforma para finalmente romper com a tradição humanista-bacharelesca das academias e estabelecer a organicidade entre o ensino superior e o aumento da produtividade econômica. As universidades precisavam, enfim, servir às necessidades do desenvolvimento socioeconômico (CUNHA, 2000, p. 172).

⁶⁹ Para maiores informações sobre a resistência armada contra a ditadura, consultar: De Angelo (2009) e Reis Filho (2000).

Em função disso, à frente do MEC, foi empossado um ministro experiente e de conhecida habilidade política: Jarbas Passarinho⁷⁰, responsável por tirar a Reforma do papel. Militar e político, Passarinho foi um dos signatários da ditadura e do AI5. Ele acumulava importantes cargos no regime: governador do Pará entre 1964-1965, interventor do general-presidente Humberto Castelo Branco; senador pelo Estado do Pará entre 1967-1974; ministro do Trabalho e da Previdência Social no governo de Costa e Silva. Sob o discurso da “potência da educação para o desenvolvimento do país”, ele assumiu o compromisso de materializar a RU no prazo máximo de três anos a partir de sua edição.

Jarbas Passarinho demonstrou habilidade política na concretização da reforma, estabelecendo atitudes conciliatórias para driblar a resistência ao governo e à Reforma no meio universitário. Sob a sua administração, o MEC implantou uma política de gastos que priorizava os recursos para o ensino superior, em detrimento do médio e do fundamental (MOTTA, 2014, p. 252). É preciso mencionar que o Ministério dispôs de capital de origem estadunidense e, também, dos valores vultosos gerados pelo “milagre” econômico, para materializar a Reforma Universitária. Apesar da escalada autoritária e das denúncias de tortura na comunidade internacional terem motivado a diminuição drástica da “parceria” e dos investimentos norte-americanos no Brasil, o montante de recursos despendidos pela USAID com o ensino superior nacional, entre o início da década de 1960 e meados da década de 1970, pode ter chegado a cinquenta milhões de dólares (MOTTA, 2014, p. 140).

Na prática, a concretização da Reforma se deu a partir de 1970, quando o MEC regulamentou a já existente Comissão Especial para Execução do Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Superior (CEPES), definindo seu organograma para coordenar a execução dos projetos de reestruturação das universidades. A partir daí, a construção dos campi se tornou o símbolo da política modernizadora do Ministério, servindo também ao interesse propagandístico do governo sobre os avanços do projeto “Brasil: Grande Potência”.

Uma das prioridades da política universitária do MEC foi materializar as “universidades integradas”. Muitos campi foram edificadas e ampliadas nos estados brasileiros. As instalações das “universidades integradas” seguiam tendências arquitetônicas modernas, refletindo o espírito do “país do futuro”. Os laboratórios foram equipados com instrumentos

⁷⁰ Para maiores informações sobre a atuação política de Passarinho durante a ditadura militar, consultar: Ferreira e Bittar (2006).

de pesquisa de ponta, refletindo o desejo militar de estimular a produção de tecnologia própria e a absorção de novas tecnologias, com vistas a diminuir a dependência externa (CUNHA, 2000, p. 179). Conforme Motta (2014, p. 264-267):

Um dos pilares da reestruturação das universidades nesse período foi a construção de campi e cidades universitárias. O aumento das vagas de graduação, a formação de novas unidades e cursos, a criação acelerada da pós-graduação e a instalação de laboratórios de pesquisa demandavam ampliação do espaço físico. A maioria das universidades já existentes e as jovens instituições criadas na época funcionavam em espaços inadequados ou insuficientes, às vezes em instalações improvisadas. Investir em obras de infraestrutura era imperativo para o sucesso da reforma universitária [...]. A construção dos campi atendeu aos ditames pragmáticos, centralizadores e racionalistas dos planejadores do regime militar [...]. A existência de um campus simbolizava a modernização da instituição.

No contexto da proliferação dos “canteiros de obras universitários”, os reitores dos campi tornaram-se atores políticos fundamentais. O governo passou a privilegiar a escolha de dirigentes que, além de alta fidelidade política, apresentassem características como dinamismo administrativo e competência técnica para conduzir o impulso reformista nos campi.

Cabe mencionar que a Lei da Reforma Universitária alterou o mecanismo de cooptação para a escolha de dirigentes. A elaboração da lista de nomes de candidatos a reitor, para a escolha pelo Presidente, não seria atribuição somente do Conselho Universitário, mas do conjunto dos Conselhos – de ensino, pesquisa, extensão, curadores – onde havia um representante do MEC. Além disso, as listas de candidatos a reitor não teriam três nomes, mas seis. Ou seja, as mudanças aumentavam a probabilidade de inclusão e de escolha de nomes de confiança da ditadura (CUNHA, 2006, p. 28).

A Reforma Universitária teve uma recepção ambígua nos meios universitários, e coube ao ministro Jarbas Passarinho a tarefa de negociar com os resistentes à sua efetivação, escamoteando a repressão que se agravava. Durante a era Médici, as universidades brasileiras realizaram suas adaptações aos ditames da Reforma, estendendo seus quadros de alunos, docentes e funcionários, suas funções e cargos administrativos, suas instâncias e órgãos decisórios (DE PAULA, 2000, p.190). Ao mesmo tempo, as academias foram enredadas, como nunca, nas tramas da repressão política e sentiram os efeitos do recrudescimento autoritário.

2.2 ONDAS REPRESSIVAS, DECRETO 477 E AESI

No interior da política militar de modernização conservadora e autoritária, as universidades figuraram como alvos prioritários da repressão política, desde o cenário pós-golpe de 1964, com a chamada “Operação Limpeza”. Em função da “receptividade” da militância estudantil à “doutrinação comunista”, as academias eram imaginadas como os principais ninhos do “perigo” vermelho. Conforme o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014, p. 269):

Configurado o golpe e nomeado o “Comando Supremo da Revolução”, este tratou de efetuar punições e cassações com a chancela do Ato Institucional (que ficaria conhecido como AI-1) que passou a vigorar em 9 de abril. As instituições universitárias se tornariam, juntamente com sindicatos, alvos da ação repressiva dos governos militares, considerados locais privilegiados para a difusão de doutrinas revolucionárias e de recrutamento para as organizações de esquerda. Logo após o golpe militar, as primeiras semanas de aula nas universidades foram suspensas e foi colocada em ação a chamada Operação Limpeza [...].

Nessa primeira onda repressiva, muitos campi foram invadidos e ocupados por tropas do Exército. Em vários estados, reitores foram afastados, estudantes e professores sofreram agressões e prisões, entidades de organização e representação estudantil foram lacradas e colocadas na ilegalidade. Várias publicações que, na ótica viciada dos militares, continham qualquer evidência de “subversão” foram queimadas nas bibliotecas universitárias.

A repressão também instalou Inquéritos Policiais Militares (IPM) e Comissões de Segurança (CS) nos estabelecimentos de ensino superior. É importante ressaltar que as investigações promovidas por meio desses “procedimentos legais” foram profundamente marcadas por práticas abusivas, de órgãos e agentes repressivos, que almejavam expurgar, a qualquer custo, os “opositores” ideológicos das universidades.

Conforme Motta (2014, p. 61), a primeira fase repressiva foi bastante aguda, porém durou poucos meses. A partir de 1966, ela parecia superada, o que se confirmava em 1967, quando Costa e Silva chegou prometendo tolerância. A aparente “normalização” da repressão política favoreceu a reorganização do Movimento Estudantil e a retomada do papel de principal protagonista da oposição ao governo, com a UNE organizando numerosas passeatas e greves, mesmo funcionando na clandestinidade. Conforme o Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014b, p.272):

Apesar da ilegalidade imposta pelo governo às representações estudantis tradicionais, o movimento se reestruturou e, desde 1966, passou a realizar protestos e greves, protagonizando uma série de manifestações que acabavam em choques, muitas vezes violentos, com as forças policiais nos diferentes estados. A pauta dos estudantes incluía desde questões mais específicas como a melhora dos restaurantes universitários e o fim dos acordos MEC-USAID até a luta mais geral para terminar com a ditadura.

A suposta “normalidade” acabou oferecendo condições para uma progressiva exacerbação das ações contrárias ao regime, com o crescimento considerável dos protestos em massa e a eclosão das organizações armadas de resistência. Alguns setores mais extremos do alto comando militar, ligados aos “porões” da repressão, defendiam uma postura mais dura do governo em relação à rebeldia estudantil, proposta que possuía ressonância entre as alas conservadoras das elites sociais. Em vista da radicalização da “guerra revolucionária” comunista – imaginada em pleno curso pelos militares mais radicais – a proposta era endurecer a repressão e retomar a limpeza ideológica da sociedade brasileira. O objetivo era afastar, de uma vez por todas, os opositores esquerdistas remanescentes.

Nos finais de 1968, é possível que a resposta extremada da ditadura militar não fosse esperada, tendo em vista a cadência relativamente “serena” da repressão nos anos anteriores. Assim, a imposição do AI5 e do Decreto-Lei n. 477⁷¹ representaram o início de uma segunda onda repressiva, ainda mais densa. Essas medidas proporcionaram condições políticas para legitimar inúmeras ações discricionárias dos agentes da repressão nas universidades, onde muitos docentes foram expurgados ou se expatriaram – embora o objetivo maior fosse cassar os estudantes.

O Decreto n. 477 possuiu um objetivo bem específico: dismantelar o Movimento Estudantil nas academias. Mesmo após o AI5, algumas autoridades ligadas ao comando da repressão ainda tinham receio sobre a “perigosa” capacidade de mobilização dos estudantes, pois consideravam seus atos de resistência agressivos e audaciosos. Na sombra da agitação dos finais de 1968, que potencializou, entre os militares, a dimensão da ameaça esquerdista, havia uma perspectiva de aumento dos movimentos rebeldes e subversivos com a volta às aulas, no início de 1969. Justificava-se, dessa forma, a importância de uma legislação específica, que

⁷¹ BRASIL. Decreto n. 477, de 26 de fevereiro de 1969. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm>. Acesso em: 21 set. 2014.

entrasse em vigor logo, para coibir a resistência e dissolver a sensação de impunidade no meio universitário e abrir, à força, os caminhos para a implantação da RU.

O parecer do CNS, favorável à criação do Decreto n. 477, ilustra bem a intenção dos militares. Tendo em vista que a Reforma já contava com medidas construtivas de longo alcance, que modificariam a estrutura arcaica do ensino superior, era preciso implantar uma legislação que dotasse o Estado de um instrumento legal imediato, a fim de proteger os objetivos da “revolução” e da política de modernização universitária. Logo, o Decreto veio garantir punição às “transgressões”, de cunho político-ideológico, cometidas por professores, alunos e funcionários nos campi.

A partir de uma matriz ideológica conservadora, o normativo definiu como “infrações disciplinares” práticas que remetiam à atuação do ME: incitar movimentos grevistas ou participar deles; atentar contra pessoas ou bens, no estabelecimento de ensino ou força dele; participar de “movimentos subversivos”: passeatas, desfiles ou comícios não autorizados; conduzir, realizar, confeccionar, imprimir, ter em depósito ou distribuir “material subversivo” de qualquer natureza; sequestrar ou manter em cárcere privado diretor, professor ou funcionário do estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno; usar dependência ou recinto estudantil para “fins de subversão” ou para praticar ato “contrário à moral ou à ordem pública”.

Para os docentes e funcionários, o regulamento previa afastamentos, demissões prévias e proibição de contratação em outros estabelecimentos de ensino pelo período de cinco anos, em caso de demissão. Para os alunos, estabelecia desligamento da faculdade e proibição da matrícula em outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos. O único recurso previsto no Decreto não melhorava muito a situação dos acusados: se absolvidos, eles poderiam contar com a decisão final do ministro da Educação.

Segundo o Relatório da CNV (BRASIL, 2014b, p. 276), é difícil precisar o número exato de punidos pelo Decreto n. 477, tendo em vista que a maior parte das expulsões dos campi foi realizada por meio do ato administrativo de negativa das matrículas, prerrogativa antevista nos regimentos internos das universidades. Apesar disso, é inquestionável que, juntamente com o AI5, o normativo constituiu um instrumento despótico, que contribuiu para criar um ambiente de medo e desconfiança nas instituições universitárias.

Com a posse de Médici, a reformulação do aparelho repressivo afetou diretamente as universidades, que sofreram uma terceira onda repressiva, a mais intensa. Conforme demonstrado, o novo governo priorizou a expansão das DSI nos ministérios civis. Assim, a DSI/MEC foi regulamentada conforme os novos parâmetros, em finais de 1969. O tamanho do “problema” estudantil e da preocupação do governo com o controle máximo sobre as instituições universitárias refletiu na própria estrutura da Divisão: a sede da DSI ocupava a metade do prédio do MEC e possuía um número expressivo de funcionários, entre analistas de informação e de segurança

Entre suas atribuições, constavam a vigilância e o monitoramento do processo de nomeação de servidores para os cargos públicos nas agências do Ministério. A Divisão passou a compor a “Comunidade Setorial de Informações” do Ministério e centralizou o controle sobre o ensino superior através de ações de normatização, vigilância e punição. Além disso, a DSI/MEC controlava toda a documentação sigilosa e tinha passe livre para propor inquéritos administrativos ou sindicâncias em qualquer órgão, da administração direta ou indireta, sob a jurisprudência da Pasta – sobretudo, nas instituições universitárias.

Tendo em vista a efervescência do movimento estudantil, principalmente a partir de 1968, a ampliação da estrutura do Ministério a partir da Reforma Administrativa, bem como a edição do Decreto n. 477 em fevereiro de 1969, e as atividades desenvolvidas pela Divisão de Segurança e Informações foram cruciais para a instalação de inquéritos e para a concretização dos processos de expulsão de professores e estudantes [...]. O controle realizado pela Divisão de Segurança e Informações (DSI) era organizado por meio da vigilância e do monitoramento constante, que eram, em regra, medidas preventivas para evitar que “indivíduos suspeitos” assumissem cargos públicos em instituições do Ministério da Educação (BRASIL, 2014b, p. 283).

A reformulação do aparato repressivo também previa a ramificação das DSI em novas agências, as AESI. Sendo assim, a DSI/MEC criou suas agências logo no início de 1970, após a aprovação do “Plano Setorial de Informações de Educação e Cultura”⁷²: cerca de trinta de cinco AESI foram instaladas no interior das instituições universitárias do país (MOTTA, 2014, p. 195-199), inaugurando uma terceira onda repressiva nos campi – a mais intensa.

⁷² _____. Portaria do MEC n. 10-BSB, de 18 de janeiro de 1971. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 de janeiro de 1971. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2892873/pg-45-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-19-01-1971/pdfView>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

Muito embora o MEC já dispusesse antes de meios “informais” de ligação com as universidades, as AESI constituíram instrumentos oficiais e diretos de ligação à DSI/MEC.⁷³ Conforme o Relatório da CNV (2014b, p. 287):

Desde a criação da DSI/MEC, em 1967, o Ministério recomendava a nomeação de uma pessoa para fazer o “elo” entre a universidade e o MEC. Entretanto, foi a partir de janeiro de 1971 que oficialmente foram criadas as Assessorias de Segurança e Informação (ASI) nas universidades após o MEC ter aprovado seu Plano Setorial de Informações.

O processo de instalação das AESI nos campi ocorreu de forma bastante rápida, considerando a pressa do MEC em garantir o controle sobre os resistentes estudantis e concretizar a implantação da Reforma Universitária. Em janeiro de 1971, o então diretor da DSI/MEC, coronel Pedro Vercillo, encaminhou aos reitores universitários um documento que continha as direções para a criação das Assessorias no interior dos campi, determinando um prazo de apenas dez dias para a nomeação dos responsáveis.

Os normativos oficiais de instalação das AESI nas universidades as apresentavam como “ferramentas” de assessoramento aos reitores. Todavia, em face do conturbado contexto político do país, eles precisam ser criticamente interpretados para que se compreendam suas reais intenções de vigilância e controle. Conforme Motta (2014, p. 198):

Segundo a documentação oficial, as Aesis universitárias eram órgãos subordinados aos reitores e encarregados de assessorá-los nos assuntos relativos à segurança nacional e informação. No entanto, elas estavam sujeitas a orientação normativa e de supervisão da DSI/MEC – por vias indiretas, o SNI. Por isso, muitas vezes as assessorias serviram para exercer pressão e controle sobre as reitorias, ações provenientes da cúpula do Estado e dos próprios serviços de informação. Segundo as normas oficiais, era papel da AESI: a) produzir informações necessárias às decisões dos reitores; b) produzir informações para atender às determinações do Plano Setorial de Informações; c) encaminhar à DSI informações por ela requisitadas.

É preciso lembrar que as lideranças do MEC e os agentes dos órgãos de informação ligados ao Ministério compartilhavam as representações anticomunistas, hegemônicas entre os adeptos do regime, que os faziam perceberem os campi como verdadeiros celeiros de potenciais subversivos. Posto isso, não se pode analisar as AESI apenas como “assessoras subordinadas aos reitores”. Na prática, elas atuaram como elos secretos da repressão com as

⁷³ Conforme Motta (2014, p. 197), no organograma da DSI/MEC figurava a criação das Assessorias Regionais de Segurança e Informação (ARSI), a partir de 1971, cujo objetivo principal era coordenar as atividades das AESI e servir de ponte entre elas e a DSI/MEC. Contudo, apesar dos documentos orientadores, as ARSI tiveram pouca atuação, visto que as AESI se comunicavam diretamente com Brasília.

comunidades universitárias, verdadeiros “olhos” da DSI/MEC e do SNI nos campi, fornecedoras de informações que alimentavam o aparelho maior de segurança.

As Assessorias foram majoritariamente instaladas no ambiente das próprias Reitorias universitárias. O modelo administrativo do órgão era estruturado em torno de uma chefia maior, responsável pelas atividades e representante junto à DSI/MEC e outros OI, e mais duas seções, de informações e de administração. Inicialmente, a nomeação dos chefes era negociada entre as Reitorias e a DSI/MEC, por isso, civis, funcionários e professores das próprias academias ou contratados pelo governo, e militares ocuparam a função. Ao longo dos anos, as exigências para o cargo de chefia foram aumentando, reflexo da necessidade de aumentar a eficiência do controle nos campi, o que acabou diminuindo a participação dos reitores nas nomeações.

A exigência não recaía somente sobre os ocupantes dos cargos de chefia. Os agentes lotados nas AESI também recebiam formação técnica de acordo com as normas da “comunidade de informações”. Eles procediam conforme as orientações contidas nos textos-bases, de informação e contrainformação, que eram remetidos pela DSI/MEC, como “Manual sobre guerra psicológica”, “Como eles agem” – o mais famoso, que expunha a estratégia da ação comunista –, “Manual de introdução à contrainformação”, “Manual de segurança das comunicações” e “Como identificar um possível usuário de drogas” (MOTTA, 2014, p. 199-200). Os manuais, de títulos excêntricos, embasavam as práticas autoritárias dos agentes da repressão do Estado, justificando muitos comportamentos disciplinadores e abusivos contra a autonomia das comunidades universitárias.

No cenário imaginado do combate ao “inimigo vermelho”, as Assessorias eram as zeladoras do controle ideológico nos campi. Conforme o Relatório da CNV (BRASIL, 2014b, p. 279), elas concentravam-se na produção de informação e contrainformação a partir da constante monitoração estudantil e da rigorosa triagem na contratação de professores e funcionários. Na prática, o que se observa é que a abrangência das agências era muito maior, uma vez que poucos eventos do cotidiano universitário escapavam do crivo das AESI. Conforme Motta (2008b, p. 37):

As AESI universitárias atuaram, principalmente: na filtragem das contratações de pessoal, barrando a entrada de docentes considerados de esquerda; no controle de manifestações e ações políticas planejadas pelas lideranças estudantis, desde

paradas a shows e solenidades de formatura; na aplicação mais intensa das punições previstas na legislação autoritária, como o Decreto no 477; no controle da circulação internacional dos docentes; e na disseminação de material de propaganda produzido pelo governo. As ações desses agentes, que vigiavam com a mesma intensidade subversivos políticos e indivíduos moralmente “desviantes” (usuários de drogas, adeptos de práticas sexuais não convencionais), revelam a influência exercida por valores da cultura conservadora sobre os integrantes das comunidades de informação e segurança.

As práticas de vigilância e monitoramento adotadas pelos agentes de informação e contrainformação das AESI incluíam a infiltração discreta em diferentes instâncias do espaço universitário: cerimônias oficiais, salas de aula, organizações estudantis, atividades culturais ou qualquer outro que permitisse a coleta de informações importantes para a repressão.

Os acontecimentos acadêmicos eram igualmente monitorados pelos “espiões” do governo: a circulação de docentes e alunos, especialmente os vindos de outras instituições ou os regressos de universidades estrangeiras; a produção de obras e pesquisas, sobretudo as percebidas como contrárias aos interesses da “revolução”; as reuniões e manifestações estudantis, bem como as publicações elaboradas pelos centros e diretórios acadêmicos dos cursos; a frequência dos alunos “suspeitos”, relacionados à “subversão”, nas aulas; o vínculo de trabalho e o cumprimento da carga horária pelos professores; a infiltração de servidores e docentes contrários ao governo; as cerimônias de colação de grau, nas quais se costumava homenagear os que resistiam ao regime.

Tendo em vista que o ME se rearticulava nas universidades, nos primeiros anos da década de 1970, o governo buscou maneiras de censurar qualquer organização estudantil. Em agosto de 1973, o ministro Jarbas Passarinho assinou um documento – que nem chegou a ser publicado, em função do interesse do ministro em manter a imagem de “negociador” que vinha construindo no meio universitário – padronizando a organização de eventos nos campi. Era agora necessário comunicar a realização de eventos de qualquer natureza (científica, esportiva, cultural, acadêmica, profissional) com noventa dias de antecedência. Os programas e objetivos das atividades deveriam constar nos “pedidos de autorização”, encaminhados às AESI para submissão aos agentes de informação. É possível imaginar quão grande foi o número de eventos censurados, em nome da neutralização dos “propósitos esquerdistas” nos campi (MOTTA, 2014, p. 218).

O cumprimento das sentenças previstas no Decreto 477 e em outros normativos, como o próprio AI5, também era acompanhado pelas Assessorias. Elas encaminhavam as listas remetidas pela DSI/MEC aos Centros de ensino, com os nomes dos alunos e funcionários punidos nas instituições universitárias, e cobravam as providências. O método de controle das AESI era bastante exaustivo, já que se baseava na expedição repetitiva de documentos e solicitações de “busca” e de “informação” para as unidades dos campi. Os pedidos, sempre oficiais e sigilosos, deveriam ser respondidos com muita urgência pelos diretores dos Centros. Muitas vezes, eles continham informações repetidas ou não possuíam qualquer fundamentação real. Volta e meia, solicitavam-se informações sobre alunos, eventos, reuniões ou organizações “subversivas” que não existiam de fato.

A forma de contribuição dos “olhos” do regime nos campi com a “segurança nacional” envolvia o mesmo método aplicado pelas AESI, ou seja, se dava através da produção frequente de relatórios e questionários. Nos documentos, várias “perguntas-padrão” eram respondidas e remetidas para apreciação direta da DSI/MEC. Em geral, as questões se referiam à receptividade da comunidade acadêmica em relação à política educacional do governo e à infiltração comunista no campus. Muitos relatórios informavam sobre as organizações estudantis, contendo anexos de fotografias que identificavam alunos em reuniões e assembleias (MOTTA, 2014, p. 201).

Conforme o Relatório da CNV (2014b, p. 288), um documento chamado “Pedido de Levantamento de Dados Biográficos (LDB)” chegou a ser criado pela DSI/MEC e encaminhado às AESI, tendo como objetivo padronizar a filtragem de pessoal nas universidades. Ele continha as normas de preenchimento das informações obrigatórias sobre qualquer pessoa cogitada para o exercício de cargos, funções, comissões e afastamento do país:

[...] Os formulários do LDB “devem ser preenchidos via obtenção sigilosa, pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Informações – SISNI, de dados sobre pessoas, o mais pormenorizadamente possível, com a finalidade precípua de preservar os interesses da Segurança Nacional e a eficiência da Administração Pública” [...]. As instruções estabeleciam que o LDB deveria abranger, entre outros, os seguintes aspectos da vida do candidato: 1) posição ideológica; 2) atitude com relação à “Revolução de 31 de Março de 1964”; 3) atividades subversivas. O levantamento deveria ser acompanhado de uma Ficha Sintética de Avaliação. Nela, havia campos com questões que deveriam ser respondidas pelo chefe da ASI sobre o candidato à vaga a ser preenchida. No primeiro campo, intitulado “Posição ideológica”, o agente deveria assinalar quadrinhos, à direita dos quais estão escritas as classificações: 1) democrata; 2) comunista; 3) esquerdista; 4) sem posição

definida; 5) não há registros; 6) os registros não permitem opinião conclusiva. No segundo campo, intitulado “Atitude com relação à Revolução de 31/Mar/64”, a escolha estava entre: 1) integrado; 2) adesista; 3) contrário; 4) contrarrevolucionário; 5) sem posição definida; 6) não há registros; 7) os registros não permitem opinião conclusiva. No terceiro campo, intitulado “Atividades subversivas”, dever-se-ia escolher entre: 1) atuante; simpatizante; não há registros; os registros não permitem opinião conclusiva. Os outros campos eram: "Probidade administrativa"; "Eficiência funcional ou profissional"; "Conduta civil". No final, o informante deveria assinalar uma das seguintes cinco indicações: 1) não há restrição; 2) os registros existentes não contraindicam o aproveitamento; 3) não existem elementos de convicção que contraindiquem o aproveitamento; 4) Não há registros; 5) não deve ser aproveitado. No caso específico de afastamento do país para cursos, estágios, congressos, conferências etc., as normas recomendavam que fossem levados em conta três aspectos: 1) a necessidade de preservação da imagem do Brasil no exterior; 2) a possibilidade de vinculações com grupos ou organizações contrárias aos interesses democráticos; 3) a possibilidade de o curso ou o estágio habilitar o beneficiado a posterior acesso a cargos de nível elevado. Por fim, no caso das instituições de ensino superior estavam sujeitos a essas normas os cargos e funções de: 1) reitor; 2) vice-reitor; 3) diretor; 4) vice-diretor; 5) chefe de departamento; 6) diretor de campus avançado; 7) professor [...].

As Assessorias, enquanto órgãos de informação e contrainformação, também atuavam na disseminação de material de contrapropaganda, contrassabotagem e contrassubversão elaborado pela DSI/MEC. A Divisão chegou a elaborar um “texto padrão” que acompanhava o material remetido às AESI e alertava sobre o sigilo necessário para a eficácia da operação, já que sua identificação anulava seus efeitos positivos. Muitas foram as ações no sentido de espalhar, em locais visíveis dos campi, cartazes de enaltecimento aos feitos do governo, textos com análises concordantes com o ponto de vista do regime, artigos a favor da aplicação da pena de morte contra “terroristas”, textos condenando os “sem deus”, falsos depoimentos de “ex-guerrilheiros” arrependidos da “guerra” comunista e antipatriota. Para soar convincentes no meio universitário, os materiais elaborados pelos analistas da DSI/MEC evitavam o uso de argumentos anticomunistas do senso-comum e até teciam críticas ao regime.

É preciso advertir que as atividades das AESI eram bem definidas e padronizadas, conforme estabelecido pelo “Plano Setorial de Informações” do MEC. Não cabia a elas atuar em operações repressivas, apenas fornecer embasamento sólido para que acontecessem, uma vez que o Estado repressivo dispunha de outras agências especializadas em prender, torturar e matar os suspeitos e inimigos (MOTTA, 2014, p. 205-206). Apesar disso, a própria presença da Assessoria já era suficiente para criar um ambiente de desconforto nas comunidades universitárias, aumentado pela invasão provocada pelas práticas de vigilância permanente e de censura.

É preciso registrar que os impulsos autoritário-conservadores, assim como os impulsos modernizantes, assumiram feições próprias nas universidades espalhadas pelos estados do país, em virtude das particularidades inerentes às regionalidades políticas. Dessa maneira, a instalação e a atuação das AESI assumiram características distintas em cada campus, bem como a adaptação à Reforma Universitária. A partir disso, analisa-se a seguir o caso da Universidade Federal do Espírito Santo.

3. A MODERNIZAÇÃO E A REPRESSÃO NA UFES

3.1 “PLANO DE REESTRUTURAÇÃO” E PRIMEIRA ONDA REPRESSIVA

Dias após o golpe contra o governo de Jango e o rompimento da ordem político-institucional do país, iniciou-se a primeira onda repressiva na UES, entre abril e maio de 1964. A repressão política que atingiu a instituição constituiu um efeito imediato da “Operação Limpeza”, implantada pelo novo governo de Castelo Branco. Nesse expurgo inicial, muitas vezes pesava contra as vítimas a acusação de apresentarem “afinidades” com o governo derrubado e, portanto, representarem potenciais “inimigos” da “revolução” militar. As universidades experimentaram uma intervenção direta, através das invasões, ocupações, prisões e todo tipo de confronto, e indireta, disfarçada por uma “cortina” de legalidade, supostamente garantida pelas sindicâncias, investigações sumárias e inquéritos policiais militares (IPM).

No início de abril de 1964, já havia rumores de uma possível intervenção na Universidade do ES. Numa reunião do Conselho Universitário, o reitor Manoel Xavier Paes Barreto Filho revelou certa resistência à ação militar, referindo-se como “difícil” à situação política pela qual o Brasil passava e questionando o apoio concedido por outros estabelecimentos de ensino superior ao suposto movimento “democrata-revolucionário”. Ele chegou a propor ao Conselho a publicação de uma nota à imprensa, afirmando sua linha “democrática” e de toda a UES, contudo, o Conselho avaliou não ser necessário, uma vez que a posição política democrática do reitor já era publicamente reconhecida.⁷⁴

Paes Barreto tinha motivos para receio, já que fora apoiado por membros do PTB, partido de Jango, em sua nomeação à frente da UES. Conforme já demonstrado, era politicamente bem articulado no estado do ES e participava, como membro ativo, de organizações culturais que poderiam facilmente ser relacionadas, pelos militares, aos interesses “comunizantes” do governo anterior. Mais do que isso, conforme testemunho concedido pelo filho do ex-reitor à CVUFES, ele era amigo do ex-presidente, tendo-o recebido em casa, em Vitória, por diversas vezes.⁷⁵ Ele foi exonerado da direção da Universidade pelo novo ministro da Educação,

⁷⁴ UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO. Livro de Atas do Conselho Universitário. **DAOCS**, Vitória, ES, 08 de abril de 1964.

⁷⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Depoimento concedido por Marcelo Paes Barreto. **CVUFES**, Vitória, 16 abr. 2012.

Flavio Suplicy de Lacerda, sob a justificativa do “interesse em preservar a segurança nacional”.⁷⁶

Pesava contra ele a acusação de ter sido nomeado e empossado pelo ex-presidente deposto, portanto, uma suposta e indesejada permanência “comunista” no novo governo que se autodenominava “revolucionário-democrático”. Uma das ambiguidades que marcaram o regime militar e os expurgos universitários realizados no período se apresentou nesse caso, assim como em tanto outros: apesar de ter sido afastado do cargo de reitor, Paes Barreto continuou ministrando aulas na Universidade normalmente, por cerca de quinze anos após sua exoneração.

Em seu lugar, o professor e advogado Fernando Duarte Rabelo foi indicado, por meio de lista tríplice no Conselho Universitário, e empossado em maio de 1964, assumindo a Reitoria pelo prazo de três anos.⁷⁷ É importante considerar que a nomeação de Duarte Rabelo não fora uma escolha despropositada da ditadura militar recém-instalada: ele já havia ocupado um cargo político de confiança, no estado do ES, em outro momento de intervenção militar contra o quadro institucional do país, durante a “revolução” de 1930 e a instalação do governo provisório de Vargas (1930-1934), tendo sido secretário de Educação do governo de João Punaro Bley, interventor no ES.

Nesse período, a educação adquiriu uma conotação nunca antes vista nos governos estaduais, no bojo do projeto varguista de “nacionalização das escolas”⁷⁸, e sofreu as ressonâncias do autoritarismo, sendo orientada para normalizar, homogeneizar, disciplinar, ordenar e higienizar hábitos e comportamentos dos sujeitos sociais (DE MENDONÇA, 2010, p. 187-

⁷⁶ BRASIL. Decreto presidencial, de 14 de abril de 1964. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 de abril de 1964.

⁷⁷ _____. Decreto presidencial, de 27 de maio de 1964. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 27 de maio de 1964, p. 4.564.

⁷⁸ “A construção da nacionalidade era o objetivo da ação política de segurança [...]. No que se referia ao setor educacional é possível distinguir pelo menos três aspectos nesse esforço. Primeiro, era necessário dar uma orientação nacional à educação através dos conteúdos e outros instrumentos formativos no interior da escola e fora dela, destacando a noção de brasilidade e de religiosidade (catolicismo). Além do uso adequado da língua portuguesa de forma uniforme e estável em todo o território do país. O segundo aspecto era, objetivamente, a padronização. A existência de uma universidade-padrão, de escolas-modelo primárias, secundárias e técnicas, de currículos mínimos obrigatórios para todos os cursos, de livros didáticos padronizados, de sistemas federais de controle e fiscalização, tudo isso correspondia a um ideal de homogeneidade e centralização de tipo autoritário, que permitiria ao poder político-educacional, saber o que cada aluno estava estudando em cada escola do país em um momento dado. O terceiro e último, finalmente, era o da cooptação das minorias étnicas, linguísticas e culturais que se haviam constituído no Brasil nas últimas décadas, cuja assimilação se transformou numa questão de segurança nacional.” (DE MENDONÇA, 2010, p. 190).

188). Portanto, a posse de Rabelo como novo reitor da UES revelou-se altamente estratégica, na medida em que os militares poderiam contar com a adesão desse ator político ao governo “revolucionário” e o fariam ocupar lugar de suma importância na imaginada guerra contra o comunismo: a direção de uma universidade.

O primeiro ciclo repressivo na UES também provocou a prisão de estudantes e professores, contudo, o número certo de vítimas não é estimado ao certo. Através dos relatos orais e dos documentos do DOPS/ES, o que se sabe é que os presos universitários, assim como outros ligados a entidades sindicais e lideranças populares, foram levados para as dependências do 3º BC, sob a chefia do coronel Newton Fontoura Reis.

Conforme testemunho concedido por um dos presos à CVUFES, Jayme Lanna Marinho – à época, estudante de Odontologia e presidente da União Estadual dos Estudantes no ES (UEE/ES) –, os “suspeitos” foram submetidos aos episódios de tortura que envolveram simulações de fuzilamento e abandono em alto mar.⁷⁹ A retaliação mais severa recaiu sobre o professor Aldemar de Oliveira Neves, da Faculdade de Medicina, apontado pelo DOPS/ES como um “elemento organizador de infiltração comunista, agitador nas Organizações Sindicais”.⁸⁰ Ele foi um dos primeiros professores universitários do país a ter os direitos políticos cassados pelo AI5.

Além das prisões, a UES seguiu a recomendação do MEC, desejoso por caçar os “comunistas” universitários, ao instalar sua “Comissão de Inquérito”, em maio de 1965. O processo, que incluiu todas as oito unidades componentes da organização acadêmica, além da Reitoria, tinha por objetivo proceder a investigação sumária para apurar a responsabilidade de funcionários, lotados nos órgãos da UES, na prática de “crimes” contra o Estado e a ordem político-social. O documento de criação da Comissão no campus dispunha que os acusados seriam intimados a apresentar documentos e defesas num prazo de setenta e duas horas, prorrogáveis por vinte e quatro horas, mediante requerimento fundamentado. Ele determinava que os autos da investigação seriam remetidos ao MEC no prazo máximo de trinta dias, contendo a instrução do processo e o parecer com a sugestão da sanção a ser aplicada ao “acusado”.

⁷⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Depoimento concedido por Jayme Lanna Marinho. CVUFES, Vitória, ES, 16 abr. 2012.

⁸⁰ DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO. Ofício n. 56. DOPS/ES, Vitória, ES, 20 de maio 1964.

O normativo, apesar de falar em “direito de defesa”, forjando a aparência de legalidade, refletiu o espírito despótico presente nas medidas impetradas pelos militares, por exemplo, ao dispor que o “réu” poderia apresentar recurso somente ao presidente do Brasil, desde que exposto antes ao reitor, no máximo, trinta dias após a publicação da punição.⁸¹ Contudo, os documentos que tratam dos resultados das investigações permitem observar que o desígnio repressivo da Comissão foi, de certa maneira, “burlado” na UES. Reproduzindo uma contradição característica do regime autoritário militar, o comportamento político “acomodador” parece ter prevalecido na decisão dos membros, ao concluírem inexistir simpatizantes ou adeptos de ideologias contrárias ao regime “democrático” no campus e não punirem ninguém.⁸²

A UES chegou a receber a visita do marechal-presidente Castelo Branco, em novembro de 1964, a quem concedeu o polêmico título de “doutor Honoris Causa”. Tendo em vista que a Universidade ainda experimentava certa fragilidade, em função de não possuir sede própria e de estar longe do modelo universitário “integrado”, o reitor Duarte Rabelo aproveitou a oportunidade da visita do novo presidente para invocar o patriotismo, tão valoroso para os militares, e pedir apoio federal para aprimorar a tendência da academia capixaba para a “formação de técnicos”.

Como perceberá o arguto espírito de Vossa Excelência, é ainda um ambiente de modéstia, de pobreza mesmo, como este que está à vista plena de todos, que o recebemos e à sua ilustre comitiva, pois não logrou a Universidade do Espírito Santo a sua sede própria e sequer pode planificar a Cidade Universitária, angustiada por problemas de difícil solução, dos quais ressalto, pelo seu vulto, a inexistência de área adequada ao empreendimento. Com exceção das Faculdades de Medicina, Politécnica e de Odontologia, todas as demais, inclusive a Reitoria, funcionam em acomodações tomadas de aluguel [...]. Queremos contar com o apoio de Vossa Excelência para intensificar em nossa Universidade a tendência para preparação de técnicos, de modo que ela seja fonte permanente do elemento humano categorizado para essa gigantesca batalha em que todos nós nos empenhamos com redobrado ardor patriótico.⁸³

Nota-se que, a partir desse momento, o discurso oficial da UES refletiu a ruptura provocada pela concepção do novo governo sobre a função social e política das universidades públicas. Se antes predominava o papel humanista, voltado para a construção de respostas para os problemas do homem e da coletividade, a partir de 1964 as academias passavam a ser

⁸¹ UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO. Portaria do reitor n. 318. **DAOCS**, Vitória, ES, 11 de maio 1964.

⁸² _____ . Relatório da Comissão de Inquérito. **Reitoria**, Vitória, ES, maio de 1964.

⁸³ _____ . Registro da visita do Excelentíssimo senhor presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. **Reitoria**, Vitória, ES, de 17 de novembro de 1964.

dirigidas, paulatinamente, para a “eficiência”, conforme o projeto militar de modernização conservadora e autoritária, que reservava às universidades a função de produzir especialistas técnicos a alimentar o “progresso” nacional.

O espírito nacionalista-autoritário do pós-64 se reproduziu de diferentes maneiras nas academias brasileiras, inclusive por meio da padronização imposta sobre a nomenclatura das universidades que fossem sediadas nas capitais dos estados e mantidas pela União/MEC. Todas deveriam adotar o termo “federal” e o nome respectivo de cada estado brasileiro.⁸⁴ A Universidade do Espírito Santo passava a se chamar Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Todavia, ainda muito longe de se enquadrar no modelo almejado para as universidades do mesmo porte.

A Reitoria de Duarte Rabelo buscou adaptar a Universidade às alterações e concretizar a reorganização estrutural conforme os ditames federais. Todavia, ainda permanecia a problemática da sede da instituição. Por conta de seu afastamento, em dezembro de 1965, por motivo de doença, a UFES passou a ser dirigida pelo vice-reitor, professor Alaor de Queiroz Araújo, da Faculdade de Odontologia. Ele assumiu a Reitoria em dezembro de 1965, mas foi empossado somente em junho de 1967, para o período de três anos.⁸⁵ O mandato, previsto para encerrar em junho de 1970, foi prorrogado por mais um ano, em função das alterações materializadas pela Reforma Universitária, que, em seu artigo n. 16, dispunha que o mandato dos reitores ferais passaria de três para quatro anos.

A administração de Alaor de Queiroz procurou continuar as ações iniciadas pela Reitoria de Duarte Rabelo. As atenções foram mantidas na reestruturação acadêmico-científico-administrativa, conforme os ditames do MEC, e na construção da cidade universitária na área desapropriada em Goiabeiras. Em junho de 1966, foi instalada uma “Comissão de Planejamento”⁸⁶, pelo período de dois anos. O documento de sua criação revela a preocupação da Reitoria em promover a modernização da academia capixaba, conforme o que se delineava, pelo Estado militar, para o conjunto universitário do país.

⁸⁴ BRASIL. Lei nº 4.759, de 20 de agosto de 1965. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de agosto de 1965. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

⁸⁵ _____. Decreto presidencial, de 01 de junho de 1967. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 de junho de 1967. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2854532/pg-4-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-02-06-1967/pdfView>>. Acesso em: 08 jan. 2015.

⁸⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Resolução do Conselho Universitário n. 17/66. **DAOCS**, Vitória, ES, 24 de junho de 1966.

A “Comissão de Planejamento” tinha como missão formular as propostas para o estabelecimento definitivo da UFES e mobilizar os recursos junto aos órgãos colegiados superiores para tornar os projetos reais:

[...] É missão da Comissão de Planejamento: a) incorporar no seu âmbito o planejamento acadêmico, científico, administrativo e físico; b) assessorar os órgãos superiores da Universidade; c) propor-lhes projetos concretos para consideração e eventual aprovação; d) movimentar as verbas destinadas a seu funcionamento; e) contratar serviços de especialistas, nacionais e estrangeiros; para os devidos estudos e a preparação dos correspondentes projetos nas diversas áreas do planejamento integral da UFES. [...] Tornam-se objetos de constante preocupação da Reitoria, de um lado, a garantia dos recursos indispensáveis à edificação física da Universidade e, de outro lado, a elaboração de um plano diretor de desenvolvimento que assegurasse o funcionamento da universidade de tal modo que pudesse cumprir satisfatoriamente sua missão de vanguarda na sociedade em que vivemos⁸⁷

O documento permite observar que, ao mesmo tempo em que expunha a missão “revolucionária” da Comissão, o reitor, igualmente, exibiu uma inquietação relacionada à disponibilidade dos recursos federais para a construção e a sustentação posterior da Universidade. Isso indica que, embora houvesse um comportamento político de adesão da Reitoria capixaba em relação aos militares e sua política modernizadora, que se desenhava, não existia um real comprometimento do MEC ou do “Comando Supremo da Revolução” com o aumento nos recursos destinados à UFES no período – compreensível no bojo da política econômica de contenção de gastos do governo Castelo Branco.

Apesar dessa incerteza, a “Comissão de Planejamento” priorizou o gasto das verbas na contratação dos serviços do “consultor” Rudolph Atcon, em junho de 1966. Atcon foi incumbido de elaborar um plano de reestruturação da UFES, em termos físicos e acadêmico-administrativos, que serviria de base para deliberações futuras do Conselho Universitário.

No relatório detalhado entregue à Reitoria em dezembro de 1966, intitulado *Proposta para a Reestruturação da Universidade Federal do Espírito Santo*, as recomendações para a estruturação física do novo campus tinham como fundamento servir às funcionalidades acadêmicas e administrativas do modelo de universidade “integrada”. Atcon sugeriu que fosse mantida a decisão de instalar a Universidade na região já desapropriada de Goiabeiras e,

⁸⁷ _____ . Mensagem do reitor ao Conselho Universitário n. 6/66. DAOCS, Vitória, ES, 22 de junho de 1966.

ainda, que fosse efetuada a aquisição de uma área adjacente⁸⁸, aumentando a extensão do terreno e a complexidade organizacional do campus “integrado” a ser construído – o que foi aprovado pelo Conselho Universitário nos finais de 1967.⁸⁹

A edificação do campus da UFES deveria se dar em torno de um centro, formado por uma grande praça destinada ao convívio, à alimentação e aos serviços principais da Universidade, rodeado pelos demais setores, permitindo a circulação e a integração entre os membros da comunidade universitária:

[...] 3. Considerando a prevacente fase de transição da universidade contemporânea e das ainda não previsíveis necessidades do futuro, deveria incorporar-se o fator tempo no planejamento integral do “campus”; 4. Considerando a natureza transitória da estrutura universitária, deveria aceitar-se sem receios, que os pavilhões, na sua fase inicial, sirvam ainda a fins carreirocêntricos [sic] e só em etapas posteriores à departamentalização se organizariam materiocentricamente [sic]; 5. A distribuição de áreas acadêmico-científicas deveria ser habilmente intercalada por centros de congregação, diversão e estar dos corpos discente e docente, incluindo áreas de descanso, de teatro, de esportes, de refeitório e de concentração; 6. O trânsito interno do “campus” deveria organizar-se só para pedestres, deixando a mobilização mecânica na sua circunferência; e 7. As distâncias entre os edifícios principais deveriam ser organizadas de tal forma que nenhum estudante tenha que caminhar mais de dez minutos, no máximo, entre prédios que abriguem matérias contribuintes a qualquer combinação previsível de carreiras (ATCON, 1966, p. 41-42).

No que tange a organização acadêmica, Atcon (1966, p. 28-39) sugeriu que a UFES rompesse com a composição “carreirocêntrica”, muito dispendiosa em sua opinião, em favor de uma organização “materiocêntrica”, mais “eficiente”. Ele propôs a construção de apenas sete Centros de ensino no campus, mais enxutos e agregadores: Estudos Gerais, Tecnológico, Cibernético, Biomédico, Agropecuário, Artístico e Desportivo. Os Centros seriam formados por Departamentos, agrupados segundo áreas afins de conhecimento e chefiados por professores nomeados pelo reitor. Os cursos teriam seus coordenadores responsáveis, nomeados pela reitoria, que juntos formariam o Conselho de Coordenadores. Chefes de departamento comporiam outro Conselho, de Chefes de Departamento, e diretores dos Centros, juntamente com os encarregados de assuntos acadêmico-estudantis e o vice-reitor, formariam o Conselho Universitário – presidido pelo reitor.

⁸⁸ A área, de 299.176 m², referia-se à Ilha do Cercado, de propriedade de Sylvia Meyrelles da Silva Santos. Com a compra e a anexação da Ilha ao terreno já desapropriado, a área total para a edificação da UFES passava ao equivalente a 878.986 m².

⁸⁹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Resolução do Conselho Universitário n. 15/67. **DAOCS**, Vitória, ES, 28 de dezembro de 1967.

Atcon (1966, p. 41-47) demonstrava interesse em acelerar o ritmo do cumprimento de seu “Plano de Reestruturação” na UFES, inclusive chegou a propor um cronograma de planejamento integral do campus, até março de 1968, que estabelecia as prioridades de execução para que as atividades acadêmicas já funcionassem em seguida. Conforme já esperado, uma vez constituindo uma “ajuda” tão desejada, o Plano teve grande aceitação pela comunidade universitária capixaba, em suas linhas gerais. As poucas alterações realizadas diziam respeito à troca dos nomes dos Centros – de Cibernético e Esportivo para Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e Centro de Educação Física e Desportos – e à adequação aos dispositivos do Decreto-Lei n. 53, de novembro de 1966⁹⁰ – que fixava as “normas gerais” para organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior – e do Decreto-Lei n. 252, de fevereiro de 1967⁹¹ – que complementava o anterior.

O “Plano de Reestruturação” da UFES foi acatado pelo Conselho Universitário em julho de 1967.⁹² Em seguida, era necessário conseguir aprová-lo junto ao Conselho Federal de Educação, para que pudesse enfim sair do papel. Na mensagem do reitor Alaor de Queiroz, que acompanhou o encaminhamento do projeto ao órgão, é possível notar que a estratégia política implícita no discurso consistia em demonstrar a adesão do Plano ao espírito de “renovação” e “integração”, preconizado pela política universitária do governo.

O reitor buscou demonstrar que a UFES estava alinhada à política de modernização, tentando deixar para trás sua estrutura marcada por “tabiques asfixiantes”, simbolizados pelo estado de desintegração e arcaísmo das academias, e adotar as mudanças que vinham sendo fundadas pela política universitária do regime – por exemplo, a alteração da nomenclatura de “Escolas” e “Faculdades” para “Centros”:

O modelo da Universidade ora preconizado modifica, sem dúvida, o conceito até então existente, já que transforma radicalmente velhas estruturas pelo rompimento de tabiques asfixiantes [...]. A nomenclatura aprovada pelo Conselho Universitário, em que as unidades universitárias são denominadas Centros, tem por fundamento as seguintes razões que o plano justifica [...]. 2. As denominações Faculdade e Escola

⁹⁰ BRASIL. Decreto-Lei n. 53, de 18 de novembro de 1966. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 de novembro de 1966. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126183/decreto-lei-53-66>>. Acesso em: 01 fev. 2015.

⁹¹ _____. Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de fevereiro de 1967. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=91979&norma=117229>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

⁹² UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Resolução do Conselho Universitário n. 11/67. **DAOCS**, Vitória, ES, 17 de julho de 1967.

não exprimem pelo prologado uso, o espírito de renovação atual, pelo contrário relembram os vícios da desintegração e do personalismo que por muitos anos prevaleceram nas universidades brasileiras [...]. 5. A palavra Centro, consagrada pelo Conselho Universitário, é bastante significativa e melhor adequada, já que exprime de modo claro e sintético o espírito de integração universitária enfatizado no Plano ora submetido à elevada apreciação do egrégio Conselho Federal de Educação. Acreditando haveremos cumprido a primeira parte da nossa ardorosa missão, resta-nos aguardar o sábio pronunciamento desse Conselho, congratulando-nos pela feliz iniciativa de promoverem, em hora decisiva para o país, a reestruturação das universidades brasileiras.⁹³

É interessante observar que os esforços pela aprovação do “Plano de Reestruturação” da UFES se inscreveram em uma conjuntura política nacional e estadual “favorável”. A administração de Costa e Silva, um pouco mais interveniente, esboçava maior interesse na questão das universidades do que o governo anterior, de Castelo Branco, com intenção de desenvolvê-las e integrá-las ao sistema produtivo do país (MOTTA, 2014, p. 84). Dessa maneira, as academias puderam contar com maiores recursos.

Na conjuntura política estadual, o poder passava às mãos de Cristiano Dias Lopes Filho⁹⁴, o primeiro governador eleito indiretamente no ES. Como tradicional representante das elites conservadoras capixabas, antes agrupadas no PSD, o advogado Dias Lopes teceu redes de sociabilidade, durante sua carreira política no estado do ES, que incluíam oficiais de alto gabarito do Exército. Além disso, sua atuação política anterior era bem vista pelos militares (OLIVEIRA, 2013, p. 156).

A indicação de Dias Lopes ao governo do ES deu-se em função de ele apresentar o “perfil” desejado, de adesão e comprometimento com o projeto federal de “desenvolvimento seguro”. Seu programa de governo – apoiado pelas elites urbano-industriais, reunidas no FINDES – lançou políticas fiscais de apoio ao desenvolvimento econômico-industrial, as quais, na verdade, teriam forte impacto no governo de seu sucessor. No último ano de sua administração, em reunião para debater a indicação de seu sucessor, Dias Lopes proferiu um discurso bastante revelador sobre o alinhamento político do segmento de poder local, compartilhado por grande parte da elite capixaba, em relação ao regime autoritário em voga

⁹³ _____ . Ofício s/n. **DAOCS**, Vitória, ES, 16 agosto de 1967.

⁹⁴ Dias Lopes, que governou entre 31 de janeiro de 1967 e 15 de março de 1971, assumiu o poder no auge da crise cafeeira que atingia o ES e procurou alternativas para superá-la, criando o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) e a Companhia de Desenvolvimento do Espírito Santo (Codes) a fim de financiar empreendimentos locais. Ele obteve apoio federal para incentivar a industrialização no estado, com a criação do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres) e do Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Geres). Para maiores informações sobre o período, consultar: Ribeiro (2013) e Oliveira (2013).

no Brasil e sobre a representação de “revolução” como sinônimo de desenvolvimento econômico sob a tutela do Estado – ou seja, a política de modernização conservadora:

[...] A experiência revolucionária haverá de contribuir, em futuro não muito longe, para a revisão do conceito filosófico social da Revolução. O secular e consagrado conceito de Revolução como estado de rotura da ordem jurídico social preexistente e vigorosamente contestada, encontrando em apreciadas obras de renomados filósofos e ensaístas, no Brasil, nossa experiência revolucionária realiza a substituição de estruturas sem ter passado por aquele período tumultuário que se localiza entre o evento militar e a definição da nova ordem, período esse que se poderia chamar de caos revolucionário. E a história está cheia de exemplos de revoluções que se perderam nesse hiato, que não raro dificultava, retardava e até comprometia o processo de mudança para o desenvolvimento a que se propunham, sem se falar nas distorções do retorno a formas estereotipadas das estruturas contra as quais foram deflagradas. A Revolução livrou-se desse hiato penoso e quase sempre sangrento. A implantação do novo regime se opera no ritmo da substituição das estruturas [...] (LOPES FILHO, 1966-1979, p. 90-92 apud OLIVEIRA, 2013, p. 388).

Portanto, o discurso desenvolvimentista, que arrebataba o cenário político nacional e estadual, também produziu efeitos imediatos na UFES. A Reitoria iniciou a ocupação da área de Goiabeiras, mesmo ainda sem a aprovação do Plano pelo CFE. Em finais de 1967 alguns prédios até chegaram a ser construídos (FERNANDES; DO VALE, 2013, p. 44). Entretanto, a implantação efetiva do campus consolidou-se somente após a instituição do Decreto-Lei n. 63.577⁹⁵, que veio regulamentar o “Plano de Reestruturação” e a “nova” UFES, em conformidade a Reforma Universitária.

3.2 ENSAIO PARA REFORMA UNIVERSITÁRIA E SEGUNDA ONDA REPRESSIVA

O Decreto-Lei n. 63.577 extinguiu as Escolas Superiores e Faculdades, estabelecendo a organização acadêmica da UFES em torno de oito Centros de ensino: Centro de Estudos Gerais (CEG), resultante da fusão das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; Centro de Artes (CA), antiga Escola de Belas Artes; Centro Tecnológico (CT), antiga Escola Politécnica; Centro Agropecuário (CAUFES), antiga Escola Superior de Agronomia; Centro Biomédico (CBM), da fusão das Faculdades de Medicina e de Odontologia; Centro de Educação Física e Desportos (CEFD), antiga Escola de Educação Física; Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), da união das Faculdades de Direito e de Economia; Centro Pedagógico. Na esteira do Decreto, a RU foi aprovada. Essa “coincidência” histórica, na

⁹⁵ BRASIL. Decreto-Lei n. 63.577, de 08 de novembro de 1968. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 de novembro de 1968. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=177189&norma=194427>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

verdade, endossa o quanto a nova organização da UFES já estava afinada ao espírito modernizador que, em seguida, deu vida à Reforma. Conforme Caetano (2013, p. 16-17):

A nova estrutura proposta pelo Plano de Reestruturação Acadêmico-Científica da Ufes seria referendada pelo presidente-marechal Costa e Silva, através do decreto nº 63.577, de 08 de novembro de 1968, 20 dias antes da promulgação da Lei 5.540/1968, que impôs a Reforma Universitária da ditadura. Como podemos perceber, a Universidade capixaba já estava sintonizada com ela.

Com o lançamento dos dois normativos, a atenção da comunidade universitária capixaba voltou-se para a adaptação da instituição às prescrições federais. A preocupação imediata era a elaboração do estatuto, que deveria reger a organização e o funcionamento da academia. Para conseguir aprovação junto ao CFE, o projeto de regulamento precisava, evidentemente, refletir as premissas da RU. Logo, o documento apresentado pela UFES espelhou esse compromisso, procurando demonstrar que o campus funcionaria exatamente de acordo com as disposições da Reforma.

No projeto de estatuto apresentado ao CFE, estava prevista a composição dos órgãos da administração superior da UFES: Conselho Universitário, responsável pelos assuntos de política universitária, de administração, de finanças, de planejamento e de estudantes; Conselho de Ensino e Pesquisa, incumbido da supervisão do ensino, da pesquisa e da pós-graduação; Conselho de Curadores, a cargo das questões econômico-financeiras; Reitoria, órgão executivo formado por quatro sub-Reitorias para assuntos comunitários, administrativos, acadêmicos e de planejamento/desenvolvimento.

No plano acadêmico, o projeto estruturava a administração dos Centros em torno de um órgão executivo, a Diretoria, e outro deliberativo, o Conselho Departamental, além de outros sete órgãos suplementares: a Imprensa Universitária, a Televisão Educativa, a Biblioteca Central, o Museu, o núcleo de Processamento de Dados, o centro de Recursos Audiovisuais e a Rádio Universitária. O exame vestibular unificado era o modo de acesso aos cursos de graduação. Os cursos ofereceriam “ciclos básicos” de estudo, em que seriam oferecidas disciplinas comuns a cursos afins, com objetivo de recuperar insuficiências constatadas no vestibular e orientar os alunos na escolha da carreira profissional. A estrutura departamental também estava prevista e a organização curricular refletia a desejada “integração”, com disciplinas oferecidas por diferentes Departamentos, em vários Centros (BORGGO, 1995, p. 79).

O projeto de estatuto também destinava atenção à questão da capacitação docente, que, de mãos dadas com a pós-graduação, constituía um elemento basilar na estratégia da modernização universitária dos militares. Estava prevista a regulamentação de uma “Comissão de Coordenação e Treinamento de Pessoal do Magistério” (CCPTM)⁹⁶, formada por professores e representantes dos Centros de ensino, indicados pelo reitor. A principal finalidade da Comissão era promover ações, conjuntas com os Departamentos, para selecionar candidatos a cursos de pós-graduação, no Brasil e no exterior.

Mesmo ainda sem a aprovação do estatuto, a CCPTM iniciou suas atividades em 1969: fechou uma parceria com a *Latin American Scholarship Program of American Universities* (LASPAU). A LASPAU era uma organização norte-americana de “aprimoramento docente” que atuava em países latino-americanos. Ela estabeleceu convênios de “ajuda” com mais de quatrocentas instituições educacionais somente no Brasil. Na parceria com a UFES, muitos professores visitaram universidades no exterior para a realização de cursos, congressos, seminários, especialização e pós-graduação (DE SOUZA, 2011, p. 103).

É importante notar que a receptividade da UFES em relação à “ajuda” da LASPAU na formação de seu capital humano – assim como à “consultoria” anteriormente prestada por Rudolph Atcon – demonstra, mais uma vez, que a interferência norte-americana nos rumos da educação superior brasileira deve ser percebida não somente como uma imposição, mas um desejo dos órgãos responsáveis e das comunidades universitárias do país.

Paralelamente à elaboração do projeto do estatuto – que seria aprovado somente em junho de 1970⁹⁷ – a Reitoria procurou instituir a prática da extensão na UFES, o terceiro pilar sustentador da universidade “moderna” e “integrada”, juntamente com o ensino e a pesquisa. Ainda em 1969, o Conselho Universitário aprovou um plano de extensão fielmente sintonizado às prescrições da Reforma e, portanto, engajado na política desenvolvimentista do governo militar. O “Projeto Bandeiras” nascia com a missão de “a difusão das atividades de

⁹⁶ UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Resolução do Conselho Universitário n. 11/68. **DAOCS**, Vitória, ES, 30 de dezembro de 1968.

⁹⁷ BRASIL. Decreto presidencial n. 66.598, de 20 de maio de 1970. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de maio de 1970.

ensino e pesquisa da Universidade para a comunidade e a contribuição para a melhora das condições socioeconômicas do ES e o desenvolvimento nacional”⁹⁸.

A Reitoria também iniciou a construção de alguns prédios dos Centros de ensino – do CAR, do CCJE do CEG e do CEFD – na área de Goiabeiras, os quais foram denominados CEMUNI⁹⁹. A euforia gerada pelas edificações contagiou os membros da academia e produziu a sensação de que, finalmente, a Universidade capixaba figurava nos projetos nacionais da Reforma Universitária. Ao mesmo tempo, os impactos negativos da política de modernização federal também ficaram progressivamente mais intensos. Junto com o início da implantação da Reforma, entre 1968 e 1969, a UFES experimentou sua segunda onda repressiva.

Conforme demonstrado anteriormente, a partir de 1967, com o abrandamento da “Operação Limpeza”, o Movimento Estudantil encontrou brechas para se reorganizar e, mesmo com a UNE na clandestinidade, voltou a ser protagonista de manifestações e greves contra o governo. As guerrilhas armadas, rurais e urbanas, também passaram a realizar ações em maior escala, assustando os segmentos conservadores da sociedade, que viam as ações como “terrorismo comunista” contra a ordem do país. Quando a ditadura respondeu à altura do que considerava o auge da “guerra subversiva”, levando a repressão a um nível extraordinário, a resistência estudantil nas universidades foi um de seus alvos certos.

Essa conjuntura política nacional de tensão produziu reflexos no ES. Havia um forte embate entre os segmentos sociais compostos pelas elites conservadoras, rurais e urbanas, adeptas à ditadura e ao governo de Dias Lopes, e os setores ligados aos trabalhadores e estudantes, resistentes ao governo de Costa e Silva e à gestão de seu representante no estado. Estes últimos eram cada vez mais presentes na cena política da oposição ao regime no estado. No ano de 1968, afinados com os movimentos nacionais de resistência, os “inimigos políticos” do governo realizaram volumosas manifestações nas ruas de Vitória, servindo para polarizar ainda mais as opiniões afins e contrárias ao governo autoritário.

⁹⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Portaria do reitor n. 14. **DRH**, Vitória, ES, 30 de janeiro de 1969.

⁹⁹ A “Cédula Modular Universitária”, ou CEMUNI, foi concebido pelo arquiteto Marcelo Vivacqua, que assessorava a Comissão de Planejamento da UFES. Ele projetou um modelo de edificação que fosse flexível e se adaptasse às diferentes demandas da comunidade universitária, em conformidade com o espírito de “integração” propalado pela ditadura. Para maiores informações sobre o assunto, consultar: Souza (2015).

Grande parte dos protestos foi convocada pelo DCE da UFES, sob a presidência de Cesar Ronald Pereira Gomes – estudante da Medicina, acusado pela repressão de integrar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). O assassinato do estudante secundarista Edson Souto¹⁰⁰, no RJ, teve forte repercussão entre os estudantes capixabas, que organizaram atos fúnebres na Catedral Metropolitana de Vitória e em frente ao prédio do RU da UFES, onde foi afixada uma faixa com o nome do estudante morto pela polícia carioca.

Além das questões de abrangência nacional, como a política universitária militar e a interferência norte-americana nos rumos dela, os estudantes da UFES reclamavam suas demandas específicas, como a criação de mais vagas nos cursos – um reflexo do problema nacional dos excedentes – e a manutenção do preço do recém-inaugurado restaurante universitário (RU). Dias após a inauguração do RU, em março de 1968, o reitor Alaor de Queiroz elevou o valor cobrado aos estudantes.¹⁰¹ Contudo, teve que voltar atrás na decisão, após semanas de manifestações e greves em várias unidades do campus. Muito além da vitória na manutenção do preço da refeição, os efeitos desse episódio serviram para empoderar os estudantes, que exigiam ser representados no centro das decisões políticas da Universidade.

Houve uma forte mobilização estudantil contra a aprovação do “Plano de Reestruturação” da UFES, o qual, na verdade, constituiu um projeto piloto da RU implantada a seguir. O ME capixaba reagia à implantação do projeto na instituição, promovendo debates e protestos que denunciavam a influência norte-americana nas intenções da reestruturação e pressionavam o reitor Alaor de Queiroz.

Quando inquirido sobre o assunto, o reitor assumiu uma estratégia de acomodação, negando a influência dos norte-americanos no projeto, embora sua fala revelasse integralmente o

¹⁰⁰ O estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto foi morto a tiros por policiais militares, em 28 de março de 1968, no Restaurante do Calabouço, no RJ, provocando uma onda de protestos em vários estados do país. Importa aqui mencionar que, em resposta ao crime e aos protestos inflamados, uma circular do MEC foi expedida dias depois, a todos os reitores das universidades federais, com o mesmo teor da nota enviada pelo ministro da Justiça, Luiz Antônio Gama e Silva, aos governadores de Estado. Alertava-se sobre a ação de “conhecidos agitadores, políticos justamente punidos pela Revolução e comunistas notórios” que estariam aproveitando da situação para “orientar” as manifestações estudantis com o objetivo de “atingir” as autoridades constituídas e atentar contra “o patrimônio público e privado”. O ministro determinava que os governadores adotassem ações preventivas contra “elementos contrários ao governo” e que assegurassem a “tranquilidade” e o “trabalho pacífico” da população, evitando manifestações que pudessem causar a “perturbação da ordem”.

¹⁰¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Portaria do reitor n. 64/68. DRH, Vitória, ES, de 11 de março de 1968.

contrário. Para evitar tensões, sobretudo com os estudantes, e buscar apoio entre o corpo docente, ele procurou argumentar que a reestruturação da UFES era resultado do esforço da própria comunidade universitária, e não de interferência federal ou estrangeira:

[...] O Plano de Estrutura Física concluído e em fase de execução com os pavilhões a serem construídos no Campus em concorrência pública e outras providências a serem tomadas, como a reforma administrativa. Tudo agora feito com um mínimo de recursos financeiros e com o pessoal da nossa própria universidade. Assim, não vejo como o Acordo MEC-USAID possa influir, substancialmente, na Reforma da Universidade Federal do Espírito Santo, mas acrescento que, qualquer recurso que vier para somar a esse trabalho que, graças a Deus, já reputo irreversível e gigante, será bem recebido [...]. O ponto básico para a reforma da universidade seria a estruturação dos campos básicos do conhecimento humano, de maneira independente do controle das carreiras, ao mesmo tempo em que os integre em si de tal forma, que cada campo ajude o desenvolvimento todos demais, enquanto todos, em conjunto sirvam às finalidades da Universidade. Isto, decididamente, processado e equacionado, vai permitir, entre outras coisas, economizar os recursos materiais e humanos da Universidade, concentrando todos os serviços afins num só lugar, todos os professores do mesmo campo numa mesma unidade e todos os estudantes que vão cursar determinadas disciplina na unidade correspondente ao seu campo.¹⁰²

O protagonismo do DCE da UFES nas ações de resistência ao governo autoritário e à política universitária levaram as autoridades da segurança pública do ES a monitorar o Diretório e suas lideranças. Conforme as investigações da CVUFES, o presidente do órgão, Cesar Ronald, chegou a ser preso pelo DOPS/ES, em maio de 1968, quando o superintendente da PC/ES, José Carlos Dias Lopes – irmão do governador Dias Lopes –, determinou que o líder estudantil prestasse “esclarecimentos” sobre sua conduta.

Durante o segundo ciclo repressivo, vários estudantes da UFES experimentaram prisões discricionárias e muita tortura. Conforme Fagundes (2012, p. 28), além do próprio Cesar Ronald, muitos foram no XXX Congresso da UNE, realizado clandestinamente em outubro de 1968, na cidade de Ibiúna (SP): a vice-presidente da UEE/ES, Jussara Lins Martins (Escola Politécnica); Agis Wilson Macedo (Faculdade de Direito), Areovaldo Costa Oliveira (Faculdade de Direito), Domingos de Freitas Filho (Fafi), Estela Maria Ourique da Silva (Escola de Serviço Social), Iran Caetano (Faculdade de Medicina), José Antônio Gorza Pignaton (Faculdade de Farmácia), José Honório Machado (Faculdade de Farmácia), Luís Claudio Nogueira Muniz (Faculdade de Ciências Econômicas), Marcelo de Almeida Santos Neves (Escola Politécnica), Marlene do Amaral Simonetti (Escola Politécnica) e Ricardo Luiz Carvalho Gottardi (Faculdade de Odontologia).

¹⁰² CARDOSO, Carlos Magno Gonzaga; PIGNATON, Alaor. O universitário é privilegiado neste país onde mais de cinco milhões de crianças não tem escola. **O universitário**, Vitória, ES, 1967.

Quando analisado em relação à conjuntura nacional, marcada pela escalada das ações repressivas contra as ações “comunistas”, o testemunho concedido por um dos detidos, Iran Caetano, à CVUFES, reflete o quanto as prisões dos estudantes que participavam do referido Congresso e as práticas criminosas dos agentes da repressão nos “porões” da ditadura – como ferir direitos humanos básicos, através da restrição à alimentação e da tortura – foram motivadas pelo anticomunismo:

Ficamos seis dias lá. Sofri muitas humilhações e tortura psicológica. Numa cela para 12 pessoas, havia 104. Fazíamos rodízio para dormir e para comer e, obviamente faltava comida. Nós sabíamos que algumas lideranças estavam sendo separadas, como Vladimir Palmeira, César Ronald, José Dirceu, Travassos e outras que não lembro agora. Ficamos lá durante seis dias, no sétimo dia fomos trazidos sob escolta para o Espírito Santo.¹⁰³

Após o episódio de Ibiúna, o cerco aos “inimigos” políticos aumentou na UFES. Alguns estudantes foram presos, outros foram convocados a prestar esclarecimento no DOPS/ES, na PF e no 3º BC. Pelo menos três IPM foram abertos nos meses seguintes para investigar as participações no Congresso. Novas manifestações foram realizadas no centro de Vitória, em protesto à violência das prisões no Congresso da UNE. Os atos de resistência foram prontamente reprimidos pela polícia local – comandada pelo secretário de Segurança Pública, José Dias Lopes –, o que resultou na prisão dos alunos Júlio César Prates de Mattos (CBM), Ewerton Montenegro Guimarães (CCJE), Paulo Eduardo Torre (CEG) e Ana Olívia Sanchez Vargas.

Com a decretação do AI-5, em finais de 1968, as ações que almejavam o desmantelamento do ME foram reforçadas em todos os campi do país. O ano de 1969 foi marcado pela ofensiva da repressão, sobretudo após o Decreto n. 477, que serviu para criar um clima de tensão e coação nas instituições. A atuação da DSI/MEC foi paulatinamente alargada e as Reitorias universitárias passaram a receber um volume maior de informações confidenciais sobre as questões relacionadas à segurança. Um documento remetido pelo diretor da DSI/MEC, general Waldemar Raul Turola, ao reitor UFES, Alaor de Queiroz, denota bem o alto grau da preocupação militar com a suposta “expansão comunista” nos campi:

A “Asociación Chileno-Brasileña de Integración” originou-se da fusão da “Asociación Chileno-Brasileña” e do “Centro de Informaciones Brasileñas” (...) A finalidade dessas instituições seria o intercâmbio de estudantes e professores

¹⁰³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Depoimento concedido por Iran Caetano. CVUFES, Vitória, ES, 16 abr. 2012.

universitários dos dois países, especialmente entre Rio de Janeiro e Santiago (...) e, segundo consta, contaria com ligações com outros governos estaduais brasileiros, seguramente na Guanabara e possivelmente em Minas Gerais e São Paulo (...) As autoridades universitárias devem ser alertadas para os riscos que envolve a colaboração com a nova entidade chileno-brasileira.¹⁰⁴

O depoimento concedido pelo ex-aluno Jorge Luiz de Souza – preso e torturado em 1972 – permite que se analise o alcance da ofensiva repressiva que se instalou na UFES após a decretação do AI5 e do Decreto n. 477. A tensão e a coação passariam a compor o quadro do cotidiano acadêmico, influenciando diretamente nas redes de sociabilidade, tecidas entre os membros da comunidade universitária, na produção dos saberes e, claro, na capacidade de mobilização dos resistentes à ditadura:

Logo depois do AI5, se instalou um regime de muito terror mesmo e, semanas depois, eu entrei na Universidade. No primeiro semestre era um horror, porque as pessoas tinham medo de, por exemplo, você estudando Economia, tinha que ler certos livros, mas os professores tinham medo da gente. O livro estava na biblioteca e ele tinha medo de deixar a gente ler. As pessoas tinham, imagina você, medo de pegar um livro sobre Mais Valia na biblioteca. Eram aqueles primeiros anos da ditadura, de 69 a 72, quer dizer, até o processo que se deu a escolha do Geisel, esse período que vai do AI-5 até o momento que eu estava preso, até a metade da minha prisão, era um período de terror na Universidade.¹⁰⁵

Conforme Fagundes (2012, p. 28), em janeiro de 1969, o DCE da UFES foi invadido e fechado, além de impedido de realizar novas eleições até 1978, o que produziu efeitos imediatos na capacidade de mobilização dos estudantes, dentro e fora da instituição. A vigilância também recaiu sobre os diretores dos Centros, que passaram a ser constantemente intimados a prestar informações sobre professores e alunos “suspeitos”. O método de controle, nesse momento, baseava-se na emissão de documentos sigilosos, pela DSI/MEC, os quais transportavam as informações e recomendações despóticas dos órgãos de monitoramento da ditadura.

Dois desses documentos, localizados pela CVUFES, chamam atenção. Confidencialmente assinados pelo reitor Alaor de Queiroz, eles informavam os diretores Centros da UFES sobre as indagações feitas pelo diretor da DSI/MEC, general Turola, e pelo próprio SNI. O primeiro

¹⁰⁴ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Ofício n. 3 SI/DSIEC/69. **DSI/MEC**, Brasília, DF, 23 de setembro de 1969.

¹⁰⁵ UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Depoimento concedido por Jorge Luiz de Souza. **CVUFES**, Vitória, ES, 20 mar. 2015.

repassava o pedido original do DSI/MEC, a relação nominal dos professores da Universidade, de cada Centro, com filiação, residência, função, data e local de nascimento.¹⁰⁶

O segundo remetia a solicitação do SNI, urgente e sem qualquer direito à defesa. Pediam-se as informações pessoais – endereço, filiação, idade, cor, “raça”, altura – de quinze estudantes, acusados de envolvimento em mobilizações estudantis passadas, no ES, e alvos de futuras ações repressivas: João Chequer Von Habib, Zélia Malusa Stein (CEG), Amaranto Silva (CCJE), José Cipriano da Fonseca (CBM), Gilberto Secoman, Roberto Gouvêa, Délio Fernandes da Rocha, Carlos Magno Cardoso (ex-presidente do DCE/UFES), Theresa Braga Sales, Maria Lúcia Cruz, José César Leite, Luiz José Finamori Simoni (CCJE), José Carlos Risk (CCJE), Maria Augusta Feliciano da Silva (CEG) e Geraldo Pignaton (CBM).¹⁰⁷

A DSI/MEC também expediu à UFES um documento cujo conteúdo evidencia o exagero com que “comunidade de segurança e informações” do regime interpretava a real capacidade de ameaça das mobilizações estudantis. O informe, carimbado com a mensagem “A revolução de 64 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil”, advertia a Reitoria sobre uma suposta “campanha de sensibilização” dos estudantes. Na visão dos agentes repressivos, a ação “subversiva” procuraria mostrar à população que o número de aprovados nos vestibulares era maior do que o número de vagas ofertadas, ou seja, que a velha e real questão dos excedentes não tinha sido resolvida pela política universitária do governo. O movimento ainda convocaria os aprovados, matriculados ou não, a permanecer nas salas de aula, ocupar as unidades de ensino e realizar manifestações nas ruas¹⁰⁸, perturbando a ordem do país.

É preciso lembrar que, na conjuntura posterior ao AI5 e ao Decreto n. 477, diversas lideranças estudantis estavam sendo processadas, presas ou colocadas na ilegalidade. As entidades de representação do ME, nas universidades públicas dos diferentes estados, estavam enfraquecidas, funcionando clandestinamente e na ausência de seus líderes. O enrijecimento da repressão nas academias, com a prática repressiva cotidiana, rapidamente provocou a desarticulação do movimento estudantil, inclusive na UFES. Portanto, era bastante inviável a

¹⁰⁶ _____ . Ofício circular n. 05. **Reitoria**, Vitória, ES, 29 de janeiro de 1969.

¹⁰⁷ _____ . Ofício circular n. 06. **Reitoria**, Vitória, ES, 29 de janeiro de 1969.

¹⁰⁸ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Informe DSI/SEP/MEC n. 08. **DSI/MEC**, Brasília, DF, 27 fev. 1968.

existência de uma mobilização realmente ameaçadora ao governo naquela conjuntura, principalmente na proporção acreditada pelos agentes da DSI/MEC.

De qualquer forma, nos finais de 1969, a ascensão de Médici à presidência e de Passarinho à frente do MEC significou, na prática, o recrudescimento da política de modernização conservadora e autoritária nas universidades. As faces positivas e negativas dessa política ficaram mais evidentes do que nunca; o movimento que instaurou os “anos de chumbo” universitários, suprimindo e censurando as comunidades, ao mesmo tempo, deu forma aos “anos de ouro”, transformando as academias em instituições modernas e “integradas”. Na UFES, sob a gestão do reitor Máximo Borgo Filho, a instalação da AESI deu início a terceira e mais intensa onda repressiva, que abriu os caminhos para a materialização da Reforma Universitária.

3.3 IMPLANTAÇÃO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA E TERCEIRA ONDA REPRESSIVA

Na virada para a década de 1970, os órgãos vinculados ao Poder Executivo aumentaram o controle centralizado – e autoritário – sobre a vida político-institucional do país e o ritmo do processo modernizante. Como já dito, Médici tinha pressa em tornar real o “milagre” econômico, o que envolvia reestruturar o aparelho institucional do Estado segundo uma racionalidade mais técnica e funcional, além de investir na coordenação harmônica entre a administração nacional e as regionais.

No ES, os reflexos desse quadro político foram experimentados mais intensamente durante o mandato do segundo governador biônico do estado, Arthur Carlos Gerhardt Santos, pela ARENA, entre 15 de março de 1971 e 15 de março de 1975. Indicado diretamente por Médici, o engenheiro Gerhardt Santos possuía vasta experiência técnica – critério utilizado pelo general na escolha dos governadores –, como assessor no FINDES, e política, como secretário de Planejamento e de Viação e Obras públicas no governo de Dias Lopes, quando ocupou lugar de destaque na elaboração de políticas voltadas para a recuperação da crise cafeeira e o desenvolvimento econômico do estado. Em suas memórias sobre a ascensão ao governo estadual, Gerhardt relatou:

[...] Quando o Médici me convidou, eu entrei na sala, ele olhou pra mim e disse: - você é muito moço! Aí falei com ele: - Médici, está em tempo de desistir! (risos). Mas o pessoal fez boa referência sua, e os políticos de lá do Espírito Santo são de péssima categoria e por aí foi [...]. Mas eu disse pra ele: - Olha, eu vou assumir, eu não sou político, não vou fazer carreira política, não quero fazer carreira política, não tenho vocação pra isso, mas eu preciso do apoio do Senhor pra mudar aquele Estado, mudar o quadro daquele Estado.¹⁰⁹

O discurso permite observar o espírito desenvolvimentista que marcava a racionalidade da administração pública, na instância federal e local, do período. Assim como seu antecessor, Gerhardt Santos era egresso do segmento urbano-industrial das elites que compunham o extinto PSD capixaba. Portanto, era herdeiro do projeto desenvolvimentista que fora gestado, sobretudo, na gestão de Santos Neves e que convergiu para o projeto modernizador da ditadura militar.

Essa “confluência histórica” constituiu um elemento chave de legitimação e permanência de segmentos das elites capixabas nos principais espaços de poder local, durante o regime militar. A administração de Gerhardt deu continuidade ao plano de desenvolvimento econômico iniciado por Dias Lopes, em harmonia com o que a “Revolução” almejava. Seu governo foi reconhecidamente técnico, voltado para a concretização de um projeto desenvolvimentista (OLIVEIRA, 2013, p. 386-405) – o que ajuda a compreender o caráter positivo da memória social que se consolidou, sobre o período ditatorial, na sociedade capixaba.¹¹⁰

A racionalidade técnica que predominava no segmento de poder federal e rebatia nas esferas regionais também foi estendida às universidades e o discernimento técnico empregado por Médici na escolha dos governantes estaduais foi reproduzido na escolha dos reitores, o que se observa no caso da UFES. No primeiro semestre de 1971, com o afastamento do reitor Alaor de Queiroz por questões de saúde, o Conselho Universitário deliberou uma lista sêxtupla de nomes para a escolha do governo. O engenheiro e diretor do Centro Tecnológico, Máximo

¹⁰⁹ SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. Entrevista concedida a Arlindo Villaschi Filho e Ednilson Silva Felipe, Vitória, 06 ago. 2010.

¹¹⁰ Conforme observam De Angelo e Fagundes (2014, p. 147): [...] Essa memória positiva da ditadura tem como argumento central os efeitos dos chamados Grandes Projetos Industriais para a economia estadual. Os Grandes Projetos Industriais começaram a ser implementados no governo biônico de Arthur Carlos Gerhardt Santos, num momento da história capixaba marcado por amplas mudanças em sua estrutura econômica.

Borgo Filho¹¹¹, foi nomeado reitor em junho de 1971 para um período de quatro anos, conforme previa a Reforma Universitária.

A seu favor, pesava a formação técnico-acadêmica e o comportamento dinâmico, aos trinta e quatro anos de idade. Esse era o “perfil” que o próprio ministro Passarinho parecia privilegiar nas nomeações: dirigentes jovens e mais abertos ao plano de modernização universitária do governo. Conforme Mattos (1990, p. 09-10):

Criar novos cursos de graduação [...], aumentar o número de vagas, implantar ou ampliar campi universitários com recursos especiais de empréstimos externos e internos, expandir a estrutura administrativa e modernizar seus processos para atender a todas estas mudanças, isso tudo sem dúvida estimulava reitores com espírito empreendedor, pioneiro, ou com naturais apetites políticos.

Máximo Borgo personificou a implantação da Reforma na UFES, almejando retirá-la do atraso em relação a outras academias do país. Entretanto, o estágio ainda inicial que a Universidade capixaba apresentava na implantação das disposições da Reforma – um termômetro utilizado pelo MEC para a alocação dos recursos – atravancou a velocidade do processo. Em outubro de 1971, já muito próximo do fim do prazo de três anos estipulado pelo MEC para a adaptação dos campi à Lei 5.540, o reitor se dirigiu ao Conselho Universitário para tratar das demandas e prazos envolvidos na adaptação acadêmico-administrativa da UFES às prescrições da Reforma Universitária, especialmente na implantação do “ciclo básico” de ensino:

Defronta-se a atual administração da UFES com a grave responsabilidade de implantar sua reforma acadêmico-administrativa, prevista nos documentos legais para iniciar-se a partir do ano de 1972. [...] Implica a instalação gradativa da nova estrutura [...] como etapa inicial a implantação formal e decisiva do primeiro ciclo ou ciclo básico dos cursos mantidos pela Universidade, de acordo com as respectivas áreas de conhecimento [...]. Inclui-se a doção, a partir do ano letivo de 1972, do regime de matrícula por disciplinas para os alunos que ingressarem na Universidade através do vestibular unificado [...]. Considerando que devemos ter em funcionamento na UFES, a partir de 1972, dois sistemas didáticos inteiramente distintos – o de matrícula por disciplina e o seriado – e ficando a responsabilidade pela execução do ensino de natureza básica exclusivamente a cargo do Centro de Estudos Gerais e do Centro de Artes, conclui-se que a instalação e a departamentalização das unidades profissionais da UFES podem ser feitas no decorrer de 1972 [...] As unidades profissionais poderão dispor de maior espaço de tempo, a fim de, a partir de 1973, [...] atenderem à demanda de alunos egressos do ciclo básico de estudo de cada área específica. [...] Deve a UFES partir para a reformulação da estrutura curricular dos cursos de graduação, organizando-se a adequada codificação das disciplinas oferecidas e a discriminação do número de

¹¹¹BRASIL. Decreto presidencial, de 18 de junho de 1971. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 de junho de 1971.

créditos correspondentes [...]. A etapa subsequente será a da elaboração dos novos programas das disciplinas do ciclo básico, tarefa que deve ser executada mediante a convocação dos docentes envolvidos, especialmente no caso das disciplinas consideradas pré-requisitos para outras. [...] A execução dessas medidas requer que os Centros que deverão ministrar os ciclos básicos estejam adequadamente departamentalizados. [...] Somos da opinião que se deva constituir uma coordenação geral para o ciclo básico, com a finalidade específica de equacionar e dar solução aos problemas a ele pertinentes. Esta, aliás, é uma das recomendações do eminente professor Newton Sucupira, contida em seu estudo sobre o ciclo básico.¹¹²

O discurso de Borgo permite entrever que a estratégia política adotada pela Reitoria para recuperar a credibilidade da UFES junto ao MEC, e assim dispor de maiores recursos, envolveu a criação de um cronograma de adaptação progressiva à reforma, submetido ao CFE. Nele, eram apresentados prazos e normas regulamentadoras da instalação do vestibular unificado – cujo início prático se deu em janeiro de 1972¹¹³ –, da coordenação geral do “ciclo básico” de ensino¹¹⁴ e do CEG¹¹⁵, um dos maiores da Universidade, composto pelos Departamentos de Línguas e Letras, História, Geociências, Biologia, Matemática, Física e Química, Ciências Sociais, Filosofia, Psicologia e Pedagogia (provisoriamente, até a instalação do Centro Pedagógico).

Como forma de superar o estágio ainda insipiente da instalação definitiva do campus, a Reitoria deu prioridade para as obras na área de Goiabeiras. O reitor chegou a criar uma “Superintendência da Planta Física”¹¹⁶, que tinha como função gerenciar a construção, a manutenção, a reforma e a limpeza das novas instalações da UFES. No âmbito administrativo, novos órgãos colegiados superiores – o Conselho de Curadores e o Conselho de Ensino e Pesquisa – e novas sub-Reitorias – Acadêmica, de Planejamento, de Pós-Graduação e de Administração¹¹⁷, ambos previstos no estatuto, foram instalados no campus.

Foi designada uma comissão, formada por professores da Universidade, para analisar a influência da UFES a partir da demanda por ensino superior em sua região de abrangência. A

¹¹² UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Mensagem do reitor ao Conselho Universitário n. 10/71. **DAOCS**, Vitória, ES, 18 de outubro de 1971.

¹¹³ _____. Resolução do Conselho Universitário n. 12/71. **DAOCS**, Vitória, ES, 28 de outubro de 1971.

¹¹⁴ _____. Resolução do Conselho Universitário n. 18/71. **DAOCS**, Vitória, ES, 27 de outubro de 1971.

¹¹⁵ _____. Resolução do Conselho Universitário n. 15 e 16/71. **DAOCS**, Vitória, ES, 27 de outubro de 1971.

¹¹⁶ _____. Portaria do reitor n. 310. **DRH**, Vitória, ES, 1º de novembro de 1971.

¹¹⁷ _____. Portaria do reitor nº 200. **DRH**, Vitória, ES, 27 de julho de 1971.

análise apontou alguns elementos que puderam servir de base para o planejamento da expansão programada na oferta de vagas no vestibular, já que se almejava dobrar as matrículas previstas para o período 1972-1976, com duas seleções anuais.

Para alcançar essa meta, era necessário investir na formação e na especialização de professores, o que motivou a renovação do convênio UFES-LASPAU, em 1972. Nos finais de 1974, a Universidade totalizava mais de cento e vinte docentes pós-graduados em várias áreas do conhecimento, muitos possuindo diplomas de academias norte-americanas (BORGIO, 1995, p. 131).

Através dessas ações, a Reitoria procurou demonstrar aos órgãos responsáveis a adaptação da UFES às determinações da Reforma Universitária: essa era a principal forma de garantir recursos. Outro caminho era firmando alianças com atores políticos que pertenciam ao segmento regional de poder ou dispunham de algum prestígio junto ao alto comando do Exército. Em relato posterior, Máximo Borgo descreveu o dilema enfrentado pela UFES na captação de recursos, durante sua gestão. No discurso, fica evidente o quanto o traço personalista e negociador esteve presente nas redes de sociabilidade tecidas entre os atores políticos do regime, especialmente os ocupantes de lugares de poder, como as reitorias universitárias:

Tomamos conhecimento, na época, das negociações que estavam sendo conduzidas pelo governo federal para um empréstimo internacional na área do eurodólar para financiamento de campi universitários. Seriam contempladas cerca de doze Universidades e a UFES não estava relacionada entre elas. [...] apoio decisivo que recebemos de duas pessoas: o governador do estado, Arthur Carlos Gerhardt Santos, e o marechal José Sinval Lindemberg. Sobre esse último, [...] não o conhecíamos quando fomos procurar na Companhia Vale do Rio Doce, onde exercia o cargo de vice-presidente. Mostramos nossos planos, nossas dificuldades e apelamos para que, na condição de capixaba importante na República, ajudasse a UFES. Ele não nos faltou, usou inclusive sua amizade com o ministro Jarbas Passarinho para apoiar o pleito de incluir a UFES na relação das Universidades que iriam ser beneficiadas naquele programa, o que conseguimos. Com a participação neste empréstimo, foi possível deslanchar o programa de obras previsto no Plano Integrado de Desenvolvimento (FILHO apud BORGIO, 1995, p. 318).

Esse comportamento de adesão da Reitoria da UFES em relação à política do governo foi, certamente, decisivo na rede de apoio construída entre o reitor Máximo Borgo e atores políticos de destaque no ES. Nessa rede, figuravam o governador do ES e o presidente de uma das maiores companhias estatais do país, que também era herdeiro de uma das famílias mais tradicionais do estado e amigo do ministro Jarbas Passarinho. Graças à reprodução do traço

personalista e negociador, que permeava as relações tecidas entre os atores políticos durante a ditadura, a UFES passou a figurar na lista de universidades beneficiárias de um acordo internacional¹¹⁸ firmado pelo MEC.

O período demarcado entre os anos de 1972 e 1974 representou um divisor de águas no processo histórico de modernização conservadora da Universidade no ES. Finalmente, as obras de infraestrutura deslancharam, com o aterro, a pavimentação e a instalação do sistema de energia elétrica em toda a área do campus.¹¹⁹ A departamentalização foi concretizada com a instalação definitiva nos Centros de ensino: CAR¹²⁰, CBM¹²¹, CT¹²², o CEFD¹²³ e CCJE¹²⁴. Os prédios – que, ainda hoje, abrigam os cursos da Universidade e os setores da administração – e toda a estrutura física complementar, de esportes e convívio, foram edificadas nesse período. Conforme Fernandes e Vale (2013, p. 44):

Até meados da década de 1970 foram construídos os IC's I, II, III e IV – iniciais de Ilha do Cercado, que constituem os atuais Centros de Ciências Humanas e Naturais e o de Educação – além dos ED's I, II, III e IV, que agregam o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e os CT's I e II, que passaram a formar o Centro Tecnológico, com os respectivos módulos administrativos. Neste período, ainda foram construídos os complementos pertinentes ao CEFD, tais como: piscinas, campo de futebol, quadras poli esportivas e pista de atletismo, inclusive as construções do setor de apoio administrativo [...].

A extensão da UFES também desfrutou da abundância de recursos. O “Projeto Bandeiras”, que havia sido o principal agente das atividades extensionistas da Universidade até 1972, foi substituído pelo “Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária” (CRUTAC)¹²⁵, um programa do MEC de incentivos às localidades rurais do país. Na reunião do Conselho Universitário, em que se deliberou a instalação do Centro, o reitor Máximo Borgo argumentou que o CRUTAC era importante porque poderia proporcionar uma formação mais

¹¹⁸ Tendo em vista que Máximo Borgo Filho não relatou o nome e a data desse acordo internacional, firmado pelo MEC, e que não existem fontes escritas que tratem de sua ocorrência, não é possível precisar tais dados.

¹¹⁹ FILHO, Máximo Borgo. Op. cit., p. 319.

¹²⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Resolução do Conselho Universitário nº 06/72. DAOCS, Vitória, ES, 25 de fevereiro de 1972.

¹²¹ _____ . Resolução do Conselho Universitário nº 22/72. DAOCS, Vitória, ES, 17 de novembro de 1972.

¹²² _____ . Resolução do Conselho Universitário nº 24/72. DAOCS, Vitória, ES, 21 de novembro de 1972.

¹²³ _____ . Resolução do Conselho Universitário nº 21/72. DAOCS, Vitória, ES, 17 de novembro de 1972.

¹²⁴ _____ . Resolução do Conselho Universitário nº 23/72. DAOCS, Vitória, ES, 21 de novembro de 1972.

¹²⁵ _____ . Resolução do Conselho Universitário nº 18/72. DAOCS, Vitória, ES, 24 de julho de 1972.

realista dos profissionais, preparada e atenta às demandas particulares do desenvolvimento da zona rural do ES (BORGIO, 1995, p. 144). Portanto, o CRUTAC surgiu com o objetivo oficial de promover treinamento aos universitários nas regiões rurais do estado, por meio de estágios em que eram exercidas atividades relacionadas à área de conhecimento em estudo na UFES.

É possível, assim, perceber no discurso do reitor o quanto a finalidade atribuída à existência do Centro Rural, mais uma vez, corroborava o comportamento de adesão demonstrado pela Reitoria da UFES em relação ao projeto de modernização que se materializava na administração Médici e confluía com o governo de Gerhardt Santos no estado. Sendo fundamental alinhar as universidades às necessidades do desenvolvimento do país, em suas diferentes demandas regionais, o CRUTAC serviria para criar condições de estudo e, sobretudo, de experimentação dos problemas das comunidades rurais do ES, para que, conseqüentemente, fossem elaboradas formas de intervenção e soluções visando engajá-las no projeto desenvolvimentista do governo estadual – em total sintonia com o federal.

Além do Centro Rural, outro projeto extensionista de propósitos bastante similares foi instituído no campus capixaba e também reiterou o alinhamento da Reitoria da UFES à política modernizante dos militares: o Campus Avançado de Parnaíba¹²⁶, criado em outubro de 1973, a partir de um convênio com o “Projeto Rondon” do Ministério do Interior, e a Prefeitura Municipal de Parnaíba, no Piauí. Vale aqui lembrar que o “Projeto Rondon” – cujo nome era uma homenagem ao marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, principal expoente no desbravamento de regiões afastadas no Norte e Centro-Oeste do país, no início dos anos 1900 – foi instituído durante o governo Castelo Branco, com o lema de “integrar para não entregar” o país.¹²⁷

No bojo de uma política de “desenvolvimento com segurança”, o Projeto Rondon nasceu almejando inserir o estudante universitário no processo de modernização nacional – e, por consequência, afastá-lo das atividades de resistência e “terrorismo” – por meio da participação ativa na realidade de comunidades carentes e isoladas, de modo a desenvolver o senso de cidadania, responsabilidade social e comprometimento com os interesses da nação. O significado do “Campus Avançado da Parnaíba” para a UFES, como um apêndice do

¹²⁶

_____. Resolução do Conselho Universitário nº 37/73. DAOCS, Vitória, ES, 02 de agosto de 1973.

¹²⁷ Disponível em: <http://projektorondon.pagina-oficial.com/portal/>. Acesso em: 23 jul. 2015.

Projeto Rondon, bem como sua conformidade com o projeto de modernização que se efetivava com Médici, pode ser observado em um relato posterior do reitor Máximo Borgo. No discurso, é evidente a adesão da Universidade ao projeto nacional de desenvolvimento:

[...] O Campus Avançado iniciou suas atividades naquele mesmo ano com o envio das primeiras turmas. Era o vigésimo primeiro a se instalar (no Brasil), dentro de uma programação integrada que visava promover a presença permanente de universitários em regiões menos desenvolvidas do país para permitir o aprendizado indireto, através da prestação de serviços, em contato com a realidade nacional em seus múltiplos aspectos, propiciando, mediante a ação das equipes multidisciplinares que se revezavam, a efetiva participação das universidades no processo de desenvolvimento de determinadas regiões carentes de recursos humanos tecnicamente qualificados (FILHO apud BORGIO, 1995, p. 320).

Portanto, até 1974, a UFES concretizou sua adaptação aos pilares estabelecidos pela Reforma Universitária. A estrutura administrativa foi alterada, tornando-se muito mais complexa e “eficiente”, e a reformulação física e acadêmico-científica se consolidou, materializando o campus, a estruturação em Centros e Departamentos com “ciclos básicos” de ensino, o vestibular unificado. A capacitação docente também contou com investimentos que promoveram um avanço na produção do conhecimento científico e nas atividades de pesquisa da UFES. A extensão encerrou o tripé da Universidade “moderna” e “integrada”, atenta e atuante nas demandas do desenvolvimento do país.

Assim como ocorreu em todo o processo de constituição da universidade capixaba, as redes de sociabilidade tecidas entre os segmentos políticos estaduais e federais influenciaram no desenrolar da implantação da Reforma Universitária na UFES. É preciso lembrar: o comportamento de adesão e negociação da Reitoria da UFES em relação ao governo não se tratava apenas de uma opção política. Conforme Motta (2008b, p.33), uma vez que as Universidades eram parte da estrutura do Estado, havia meios de obter sua anuência, através de punições como aposentadorias compulsórias, demissões, diminuição de verbas e protelação no atendimento de demandas. Desse modo, não existiu a figura do reitor ou do diretor crítico em relação ao regime militar, pois eles poderiam ser afastados imediatamente. No máximo, houve espaço para jogos de negociação,

Esse momento de consolidação e grandeza do campus capixaba não foi experimentado impunemente, haja vista o impulso autoritário-conservador que também compunha a política de modernização da ditadura. A materialização da Reforma se deu, ao mesmo tempo, sob as amarras de um Estado que centralizava ainda mais seu poder e reformulava o aparelho

repressivo para concretizar a política desenvolvimentista. Uma vez que o MEC aprovou seu “Plano Setorial de Informações” e deliberou a criação das AESI universitárias, a Universidade capixaba acatou a decisão, criando a AESI/UFES – entre julho e agosto de 1971 – e experimentando seu terceiro e mais agudo ciclo repressivo.

3.3.1 ATUAÇÃO DA AESI/UFES

No período imediatamente anterior à criação da AESI/UFES, os membros da comunidade universitária experimentavam o clima de tensão gerado pelas prisões e pela tortura de estudantes. Em uma ação nacional de desmantelamento da “subversão”, quatro alunos da UFES foram detidos, em 1970, apontados como integrantes da “Ala Vermelha” do PC do B no ES: Edson Hilário de Freitas (CEG), João Amorim Coutinho (CEG), José Fernando dos Santos (CT) e Laura Maria da Silva Coutinho (CBM). Eles foram levados para o quartel do 3º BC – paradeiro de muitas das vítimas da repressão no ES – e submetidos a torturas por agentes do DOI-CODI.

O depoimento concedido por João Amorim Coutinho – à época, casado com Laura Coutinho, também presa – permite a reflexão sobre os exageros dos militares na representação dos “terroristas” universitários:

Há alguns lances interessantes, que acho que captam bem a situação da época. Minha mulher estava passando mal, para tentar dormir, a gente foi apagar a luz da sala e um dos guardinhas, eram recrutas que estavam de plantão, colocou o cano da baioneta na porta e falou: “acende essa luz, senão eu atiro!”. “Calma, ela está passando mal”. “Acende essa luz, senão eu atiro!” Eu ficava ouvindo eles conversando a noite toda e tinham repassado para eles que nós éramos perigosíssimos: “não vacila não, senão esses caras saem e matam vocês” [...].¹²⁸

Laura Coutinho também relatou à CVUFES a experiência de sua prisão. O depoimento permite refletir sobre os efeitos empíricos do emprego da tortura como método investigativo pelo Estado militar, em seu momento de maior musculatura repressiva. Os agentes da “comunidade” do regime torturaram mulheres suspeitas de atos “subversivos”, praticaram a violência de gênero e marcaram as histórias de vida das vítimas:

Fomos levados para o hospital militar. Fiz um exame de urina que comprovou que eu estava grávida e voltei do hospital militar com aquele resultado, na certeza que

¹²⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Depoimento concedido por João Amorim Coutinho. CVUFES, Vitória, ES, 16 abr. 2012.

nada aconteceria comigo porque estava grávida [...] Pela madrugada, não obstante eu tivesse esse documento que provava a gravidez, fui chamada e levada para o segundo andar, onde o meu companheiro João Amorim Coutinho estava sendo interrogado e também sendo torturado. Eles tentaram negociar com ele para que eu fosse poupada, desde que ele entregasse algumas pessoas, alguns companheiros que queriam. Quando ele se negou a fazê-lo, eles começaram a me torturar. [...] Eu fui torturada com palmatória, choques elétricos na vagina, no seio e na língua. Fui colocada no pau-de-arara, só agüentei cinco minutos e desmaiei. Fiquei sendo torturada durante a madrugada toda. Na realidade [...] o que a gente sentia era o sadismo dos torturadores. [...] Na realidade, o que eles queriam mesmo era exercitar o sadismo, o poder e o autoritarismo. Então, de madrugada, quando terminou essa sessão de tortura, eu não conseguia andar. Fui engatinhando, descendo as escadas para a cela e, nesse processo, os torturadores ofereciam uma arma. “Não quer se suicidar? Tem aqui um revólver, você não vai sair daqui com vida. Você pode resolver logo isso agora”. [...] Eles só davam uma banana verde para a gente. Era a única alimentação que a gente tinha. Não nos deixavam tomar banho, nos ridicularizavam, diziam que a gente nunca ia sair de lá. Diziam "seu marido está sendo torturado, daqui a pouco venho ficar com você aqui na cela". Essas coisas assim de abuso mesmo da questão de gênero [...].Na cela que a gente ficava não tinha banheiro, era um quarto adaptado e, de madrugada, quando cheguei depois da tortura, fiquei sentindo muita dor, não tive sangramento nem nada, mas muita dor. De manhã, quando foi aberta a cela para que a gente fosse ao banheiro, eu senti um peso descendo. Era o bebê que eu tinha perdido naquela sessão de tortura.¹²⁹

Apesar das ações repressivas já apresentarem níveis elevados no campus, a instalação da AESI iniciou uma terceira onda repressiva na UFES, ainda mais intensa, que perdurou até a primeira metade de 1973 (FAGUNDES, 2013, p. 306). O responsável pela agência repressiva na UFES seria Alberto Monteiro. Conforme as investigações da CVUFES, Monteiro integrava o quadro de pessoal da Universidade desde antes de sua federalização, em 1961. Sua nomeação pode ser explicada em função de apresentar o “perfil” técnico desejado para o cargo, uma vez que ele era formado em Contabilidade, Administração e Direito e, além disso, já havia ocupado cargos estratégicos na cúpula administrativa da instituição: secretário geral, chefe da Seção de Divulgação e Propaganda, diretor da Divisão de Divulgação e Propaganda e Expansão Cultural e subchefe do Gabinete do reitor Alaor de Queiroz.

Obviamente, Monteiro também apresentava o comportamento político de adesão ao governo militar, fundamental no “perfil” dos dirigentes das Assessorias. Seu apoio ao regime se comprova em vista de ter sido o único dirigente da AESI, durante toda a existência da agência – entre 1971 e 1986 –, e ainda ter compactuado com a preocupação dos militares de evitar provas de suas práticas despóticas, incinerando grande parte dos documentos e levando o acervo restante para sua própria residência, depois da extinção do órgão. Além disso, ele se especializou nos assuntos relacionados à “segurança nacional”.

¹²⁹ _____ . Depoimento concedido por Laura Maria da Silva Coutinho. CVUFES, Vitória, ES, 16 abr. 2012.

Em 1970, juntamente com figuras proeminentes no cenário político do ES e da própria UFES, Alberto Monteiro integrou a primeira turma do curso “Estudos de Política e Estratégia”, do projeto “I Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento”, oferecido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG/ES) no estado.¹³⁰ Em 1972, ele diplomou-se no “Curso de Informações” da ESG, cuja finalidade era preparar civis e militares para funções relacionadas com as informações da segurança nacional. Conforme um documento localizado pela CVUFES, em que ele se apresentava como representante da UFES na Escola, seu objeto de estudo consistiu na infiltração comunista nas instituições universitárias e a ameaça dela para a segurança nacional – chegando a pedir apoio e sugestões para melhorar a atuação da Assessoria no campus.¹³¹

O chefe da AESI personificou a repressão no campus da UFES. Na maioria dos depoimentos concedidos à CVUFES, ele é lembrado como “elemento do regime”, “porta-voz dos militares”, “covarde”, “informante dos órgãos de segurança”, “tenebroso”, “representante dos órgãos de repressão” e “ligado aos militares”. Apesar de sua atuação discreta e pretensamente despropositada – confirmada pelos depoimentos que relataram à CVUFES que Monteiro costumava circular pelo campus e interagir com alunos, professores e servidores –, o fato é que ele funcionou como o principal elemento de ligação entre a academia capixaba e a DSI/MEC, materializando a vigilância e a repressão no cotidiano do campus.

O depoimento concedido por Perly Cipriano – então aluno do CBM e um dos perseguidos pela ditadura no campus – ao historiador Valter Pires Pereira (2005, p. 48) permite refletir sobre a extensão e a estratégia de ação da rede de monitoramento criada por Alberto Monteiro à frente da AESI/UFES, uma vez que ela envolvia, além da DSI/MEC, o DOPS/ES e os órgãos de informação do Exército instalados no estado:

[...] Criou um sistema de alcaguetagem dos mais graves. Era inicialmente funcionário da universidade; montou um sistema de alcaguetagem com o Exército, com policiais e com o chamado Dops e vivia vasculhando a vida do estudante. Havia medo. As pessoas até para namorar tinham um pouco de medo, porque não sabiam se a namorada podia estar ou não envolvida com essa situação. Esse sistema de alcaguetagem até recentemente ainda existia [...].

¹³⁰ ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Curriculum vitae de Alberto Monteiro. **ADESG/ES**, Vitória, ES, 1970.

¹³¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Ofício s/n. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 15 de junho de 1972.

O alcance do órgão no campus também pode ser verificado em vista do incremento que se produziu na circulação de documentos na Universidade. A transmissão massiva de “pedidos de busca” e de “pedidos de informação” – geralmente iguais – aos Centros da Universidade era um dos principais métodos utilizados pela AESI na tentativa de monitorar todas as dimensões do cotidiano acadêmico.

Vale aqui registrar que a maioria dos avisos encontrados pela CVUFES foi redigida em papel oficial da UFES, com timbres da Reitoria e da AESI e assinatura de Alberto Monteiro. Os documentos eram carimbados com mensagens de advertência como: “confidencial”, “o destinatário é responsável pelo sigilo deste documento” e “o presente documento não pode constituir peça de processo” – o que era comum em muitas fontes produzidas pelo regime. Isso indica a preocupação da AESI em cumprir as determinações estabelecidas pela “comunidade de informações”, acerca do sigilo sobre os atos oficialmente cometidos.

Os documentos analisados permitem que se comprove a obstinação anticomunista como o principal motor das ações das AESI. Assim como ocorrido em outras comunidades universitárias do país, na UFES, a preocupação com a difusão do comunismo tornou a filtragem político-ideológica uma das atividades centrais nas agências. O controle e a triagem de servidores e professores refletiram o compromisso, de caráter político-ideológico, com a barragem de qualquer influência considerada comunista.

Uma das primeiras ações da AESI/UFES foi passar a monitorar de perto as contratações de pessoal. O depoimento concedido pelo professor aposentado Jayme Lanna Marinho – que, à época, era estudante do CBM e ex-presidente da UEE no estado do ES – à CVUFES ajuda a confirmar essa hipótese. Segundo Lanna, após a instalação da AESI, as dificuldades para efetivar os professores aprovados em concurso público da UFES eram grandes: Alberto Monteiro tomava conhecimento dos nomes e dos “perfis” dos novos contratados.

Lanna relatou que, por ter sido rotulado como “suspeito” pelos OI no estado, acusado de participar de movimentos de cunho “esquerdista”, seu processo de nomeação ficou sob o crivo da AESI por cerca de dois anos, mesmo tendo sido aprovado em primeiro lugar no certame para preenchimento do cargo, em 1971. Ele narrou que, mesmo depois de

empossado, ele ainda precisava solicitar autorização ao próprio Alberto Monteiro para realizar qualquer atividade acadêmica, inclusive viajar a trabalho.¹³²

A Assessoria se empenhou no acompanhamento dos docentes já admitidos, a fim de verificar possíveis infiltrações “subversivas” nas contratações anteriores a sua criação no campus. Muitos ofícios idênticos, localizados pelos trabalhos da CVUFES, permitem observar essa atividade no campus. Em agosto de 1971, os ofícios recebidos pelo prof. Benito Zanandrea, do CBM¹³³, prof. Seliégio Gomes Ramalho, do CAR¹³⁴ e prof. Nelson Goulart Monteiro Filho, do CT¹³⁵, mostram que a AESI/UFES exigiu informações pessoais de todos os membros do corpo docente admitidos desde 1969, como filiação, data e local de nascimento, endereço e função desempenhada.

Outros documentos, recebidos pelo CAR¹³⁶, CBM¹³⁷, CCJE¹³⁸ e CT¹³⁹ em maio de 1972, mostram a preocupação do órgão em expurgar qualquer professor ou servidor publicamente conhecido como “esquerdista” ou contrário à “revolução”. Mesmo em meio ao contexto de evidente desarticulação da resistência na Universidade, em função do endurecimento repressivo, AESI exigiu aos diretores dos Centros que fosse feita uma varredura, e que qualquer “suspeito” fosse delatado.

Importa aqui analisar o comportamento adotado pelos diretores dos Centros de ensino da UFES em relação aos questionamentos e às ordens da AESI. Apesar da “urgência” apregoada pela agência em suas determinações, os diretores respondiam de maneira “acomodadora”, afirmando desconhecer ou negando a maioria dos assuntos questionados. No caso dessa inquisição sobre professores e servidores “esquerdistas”, foram localizados os documentos

¹³² UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Depoimento concedido por Jayme Lanna Marinho. CVUFES, Vitória, ES, 16 abr. 2012.

¹³³ _____. Ofício n. 26/71. AESI/UFES, Vitória, ES, 30 de agosto de 1971.

¹³⁴ _____. Ofício n. 36/71. AESI/UFES, Vitória, ES, 31 de agosto de 1971.

¹³⁵ _____. Ofício n. 35/71. AESI/UFES, Vitória, ES, 31 de agosto de 1971.

¹³⁶ _____. Pedido de busca n. 20/72. AESI/UFES, Vitória, ES, 04 de maio de 1972.

¹³⁷ _____. Pedido de busca n. 22/72. AESI/UFES, Vitória, ES, 04 de maio de 1972.

¹³⁸ _____. Pedido de busca n. 18/72. AESI/UFES, Vitória, ES, 04 de maio de 1972.

¹³⁹ _____. Pedido de busca n. 21/72. AESI/UFES, Vitória, ES, 04 de maio de 1972.

emitidos pelo CBM¹⁴⁰, pelo CCJE¹⁴¹ e pelo CT¹⁴². Todos responderam, sucintamente, desconhecer qualquer servidor/professor comunista ou mesmo contrário à “revolução”. A direção do CCJE chegou a advertir que já havia sido realizado inquérito administrativo na Universidade em 1964, nada tendo sido apurado.

As fontes pesquisadas admitem concluir que a conduta ética dos profissionais da UFES também foi monitorada de perto pela Assessoria, o que pode ser compreendido em vista do discurso sectário, assumido pelos militares, do compromisso com a “moralidade”, a ordem e a disciplina. O cumprimento da carga horária de trabalho, pelos membros da comunidade universitária, era alvo de fiscalização constante de Alberto Monteiro (BAPTISTA; PELEGRINE, 2015, p. 09).

Alguns ofícios, datados de abril de 1974, revelam que a agência inquiriu as direções do CAR¹⁴³ e do CBM¹⁴⁴ sobre os docentes, sobretudo os de regime integral, que não cumpriam sua carga horária como devido. Nos documentos, o chefe da AESI afirmava que tinha ciência desses acontecimentos e solicitava uma relação com os nomes de todos os professores de regime integral, além das disciplinas que ministravam, dos Departamentos ao qual eram vinculados e do horário de trabalho que cumpriam. Nesse caso, somente o documento emitido pelo CBM¹⁴⁵ foi localizado pela CVUFES e pode ser analisado. Há uma atenção maior na resposta fornecida pelo diretor do Centro, já que foram anexadas 7 páginas informando detalhadamente os nomes dos docentes e cumprimento efetivo do respectivo regime de trabalho.

A censura também foi empregada pela AESI/UFES, sobretudo sobre a circulação das ideias que, supostamente, denotavam alguma influência comunista. Vale lembrar que a DSI/MEC não possuía poderes formais para proibir publicações nas Universidades, todavia, utilizou

¹⁴⁰ _____ . Ofício n. 04/72. **CBM/UFES**, Vitória, ES, 18 de maio de 1972.

¹⁴¹ _____ . Ofício n. 178/72. **CCJE/UFES**, Vitória, ES, 16 de maio de 1972.

¹⁴² _____ . Ofício s/n. **CT/UFES**, Vitória, ES, 11 de maio de 1972.

¹⁴³ _____ . Ofício n. 88/74. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 25 de abril de 1974.

¹⁴⁴ _____ . Ofício n. 86/74. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 25 de abril de 1974.

¹⁴⁵ _____ . Ofício n. 02/74. **CBM/UFES**, Vitória, ES, 21 de junho de 1974.

meios indiretos para fazê-lo, por exemplo, instruindo suas AESI a controlar a produção, a venda e a circulação de livros nas academias (MOTTA, 2014, p. 221). Muitas obras foram alvo de proibição pelo próprio MJ, em função de externarem conteúdos contrários aos objetivos da “revolução” e à “moral e os bons costumes”. Cabia às AESI garantir que essas publicações fossem definitivamente banidas do campus.

Diversas fontes revelam a prática da censura na UFES. Os documentos pesquisados indicam que, durante o período entre 1971 e 74, a Assessoria interpelou os Centros por mais vezes com o objetivo de censurar influências ou obras consideradas comunistas, inclusive comunicando os títulos proibidos pelo MJ e solicitando que eles fossem imediatamente apreendidos.

Ofícios expedidos pela AESI/UFES, em março de 72, aos diretores do CBM¹⁴⁶, prof. Benito Zanandrea, do CCJE¹⁴⁷, prof. Ademar Martins, do CAR¹⁴⁸, prof. Seliégio Ramalho, e do CT¹⁴⁹, prof. Nelson Goulart, investigaram sobre a venda de livros pelos Diretórios Acadêmicos ou por qualquer outro órgão do campus. Caso soubesse, os diretores precisavam informar, com urgência, o nome da obra e o autor. O documento emitido pela direção do CBM¹⁵⁰ revela a falta de pertinência e coerência de muitas das inquisições lançadas pela AESI/UFES: as dependências do Diretório Acadêmico do Centro estavam lacradas desde janeiro do mesmo ano, por determinação da própria agência, o que já havia sido, há pouco, verificado pelo diretor, Alberto Monteiro.

Nos anos de 1973 e 74, a AESI/UFES emitiu um maior número de documentos cujo conteúdo referia-se a obras proibidas pelo MJ. Em março de 73, os diretores do CBM¹⁵¹, do CAR¹⁵² e

¹⁴⁶ _____ . Ofício n. 08/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 27 de março de 1972.

¹⁴⁷ _____ . Ofício n. 14/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 27 de março de 1972.

¹⁴⁸ _____ . Ofício n. 10/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 27 de março de 1972.

¹⁴⁹ _____ . Ofício n. 13/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 27 de março de 1972.

¹⁵⁰ _____ . Ofício n. 03/72. **CBM/UFES**, Vitória, ES, 18 de maio de 1972.

¹⁵¹ _____ . Ofício n. 22/73. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 09 de março de 1973.

¹⁵² _____ . Ofício n. 24/73. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 09 de março de 1973.

do CCJE¹⁵³ foram perguntados sobre a existência da obra *A revolta estudantil: os animadores falam*, de autoria de D. Cohn Bendit, J. Sauvageot, A. Geismar e J. P. Duteinil – líderes principais da movimentação popular de Paris, em maio de 1968.

Em julho de 73, os diretores do CT¹⁵⁴, CBM¹⁵⁵, CAR¹⁵⁶ e CCJE¹⁵⁷ foram questionados sobre a existência de algum vínculo “suspeito”, mantido com organizações soviéticas ou do leste europeu, para aquisição de material didático, cultural ou de propaganda comunista. Em novembro de 74, as direções do CAR¹⁵⁸ e do CBM¹⁵⁹ foram questionadas sobre a circulação dos livros *Sileen Idol*, de Robert Moore; *All Juiced Up*, de Veronica King; *Jeff's Trade*, de Roger St. Clair; *Cruise Ship*, de Py Jay Geene; *Obras Escondidas*, de Kim Il-sung – líder político da Coreia do Norte. Em ambos os casos, a agência lembrava aos diretores da proibição e solicitava medidas urgentes para que fossem recolhidas e banidas do campus.

A barragem da influência “esquerdista” protagonizada pelas AESI no campus ocorreu não somente por meio da filtragem do corpo funcional e do monitoramento de ideias e publicações, mas, principalmente, através do controle sobre o ME. As Assessorias foram criadas para alimentar o aparelho repressivo do governo com as informações necessárias ao desmantelamento das organizações de representação dos alunos. No caso da AESI/UFES não foi diferente.

As fontes analisadas permitem constatar que uma grande variedade de acontecimentos cotidianos – acadêmicos ou não – que envolviam os estudantes era alvo do controle direto de Alberto Monteiro. A frequência às aulas, a venda de livros pelos DA e CA, as publicações, as eleições para representação estudantil junto ao Conselho Universitário, as indicações para bolsas de monitoria, os eventos acadêmicos, as alterações na direção dos órgãos de

¹⁵³ _____ . Ofício n. 23/73. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 09 de março de 1973.

¹⁵⁴ _____ . Ofício n. 41/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 13 de julho de 1972.

¹⁵⁵ _____ . Ofício n. 43/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 13 de julho de 1972.

¹⁵⁶ _____ . Ofício n. 40/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 13 de julho de 1972.

¹⁵⁷ _____ . Ofício n. 38/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 13 de julho de 1972.

¹⁵⁸ _____ . Ofício n. 215/74. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 18 de novembro de 1974.

¹⁵⁹ _____ . Ofício n. 217/74. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 18 de novembro de 1974.

representação, a composição das chapas nas eleições, as cerimônias de colação de grau, os paraninfos e homenageados, a circulação em outras universidades do país e do exterior, as reuniões “suspeitas” ou “não autorizadas”; nada escapava ao controle da agência.

O principal método de ação da AESI era o questionamento, via ofício, aos diretores dos Centros e, algumas vezes pessoalmente, aos alunos. Um dos episódios se deu em maio de 1972, quando os diretores das Unidades foram interrogados sobre a presença de alunos considerados “suspeitos”, procedentes de outros estados e supostamente ingressos na UFES no curso do ano. Caso estivessem matriculados, a AESI solicitava que os dados referentes à “qualificação” – nome, data de nascimento, naturalidade, filiação e residência – e ao curso e faculdade anterior fossem imediatamente enviados.

Vale aqui mencionar os nomes dos procurados: no CBM¹⁶⁰, Manoel Messias Botelho Magalhães, Ângela Marcia Lírio, Silvana Anversa Manske, Raimundo Ambrósio Filho, Júlio Cezar Ramos, Abrãao Garcia Mendes, Celso Ricardo Emerich de Abreu, Adalberto Ramos, Vinícius de Oliveira Dutra, Alberto de Paula Nogueira, Ayesha de Castro Lugon, Elizabeth Tudesco Costa, Libni Saraiva Grangeiro e Luiz Sérgio Nogueira Pinto; no CAR¹⁶¹, Getúlio Firmo de Paula e José Claret Martins Salomão; no CCJE¹⁶², José Anacleto de Faria e Olga Ramos de Oliveira; no CT¹⁶³, Luiz Fernando de Castro Alves, Sérgio de Castro e Elmer Leitzke.

Nesse caso específico, as informações prestadas pelos diretores foram localizadas pela CVUFES. Os documentos mostram o descompasso entre as demandas da Assessoria e a realidade da Universidade capixaba, além de evidenciarem que os diretores assumiam postura de negociação em relação às inquisições. No ano de 1972, a UFES consolidava sua reestruturação acadêmico-administrativa, em conformidade com as determinações da política educacional do governo, que, com Passarinho à frente do MEC, materializava a Reforma Universitária. Era prevista a criação de um órgão específico nos campi, responsável por

¹⁶⁰ Pedido de busca n. 09/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 04 de maio de 1972.

¹⁶¹ Pedido de busca n. 12/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 04 de maio de 1972.

¹⁶² Pedido de busca n. 16/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 04 de maio de 1972.

¹⁶³ Pedido de busca n. 13/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 04 de maio de 1972.

centralizar a procedência das matrículas e o registro das informações dos alunos. Assim, essa tarefa não estaria mais a cargo dos Centros.

Portanto, na UFES, a “Sub-Reitoria para Assuntos Acadêmicos” foi designada para tal função. Essa informação se repetiu em todas as fontes pesquisadas. No ofício emitido pela direção do CBM, foi informado que não havia registros dos alunos mencionados, em virtude da matrícula do ano corrente não ter sido efetuada pela Unidade, mas sim pela Sub-Reitoria.¹⁶⁴ O documento remetido pelo CAR confirmou que os alunos frequentavam, sim, as disciplinas oferecidas pelos Departamentos do Centro, mas negou haver as informações requeridas, que deveriam ser obtidas junto à Sub-Reitoria, responsável pelos dados.¹⁶⁵ O ofício do CCJE também informou que a Unidade não procedia mais à matrícula dos alunos ingressantes e argumentou que as informações deveriam ser encaminhadas à mesma Sub-Reitoria.¹⁶⁶ No documento emitido pelo CT, foi confirmado que os alunos citados não estavam ainda matriculados no Centro, sendo possível que tivessem feito matrícula, na Sub-Reitoria, para o 2º período dos cursos de Engenharia.¹⁶⁷

Cabe mencionar que a pesquisa documental permitiu avaliar que o monitoramento estudantil fundado pela AESI/UFES reproduziu traços verificados na atuação de outras Assessorias universitárias do país. As fontes analisadas indicam que a vigilância do órgão também se apoiou na “cooperação” oferecida pelos professores da Universidade. Assim, é possível considerar que a rede de adesão e apoio construída pela AESI no campus da UFES foi extensa. A “colaboração” contribuiu para criar um clima de intensa desconfiança e tensão entre os membros da comunidade universitária. Sobretudo, ela serviu para desmobilizar o ME, visto que as delações provocavam reações em cadeia da AESI: interrogatórios, processos, perseguições e até prisões.

Dois documentos que retratam essa “colaboração” merecem ser aqui mencionados. O primeiro foi produzido pelo diretor do CAR, prof. Seliégio Ramalho, em abril de 1972. Ele

¹⁶⁴ _____ . Ofício n. 03/72. **CBM/UFES**, Vitória, ES, 18 de maio de 1972.

¹⁶⁵ _____ . Ofício n. 75/72. **CAR/UFES**, Vitória, ES, 12 de maio de 1972.

¹⁶⁶ _____ . Ofício n. 176/72. **CCJE/UFES**, Vitória, ES, 12 de maio de 1972.

¹⁶⁷ _____ . Ofício s/n. **CT/UFES**, Vitória, ES, 11 de maio de 1972.

informou à AESI que estava remetendo treze panfletos “suspeitos”, encontrados dentro do banheiro das estudantes da Unidade, e também afirmou ter informações sólidas de que materiais iguais estariam circulando por outros Centros da UFES.¹⁶⁸ O segundo, de autoria do diretor do CT, prof. Nelson Goulart Monteiro Filho, em junho de 1973, informou à agência o envio de três exemplares do boletim oficial do DA, intitulado “A Roda Dentada”, para apreciação. O diretor aproveitou para justificar que somente teve conhecimento do conteúdo da publicação no momento de sua distribuição.¹⁶⁹

Embora a referida publicação não tenha sido localizada pela CVUFES, é possível ter noção da “gravidade” de seu conteúdo através da resposta fornecida pelo chefe da AESI ao “colaborador” do CT. Alberto Monteiro afirmou que a publicação estava contra a legislação vigente e, em função disso, todos os membros do DA seriam convocados para prestar esclarecimentos sobre “a total falta de responsabilidade total” cometida. Todos os alunos envolvidos com o DA prestaram depoimento na AESI/UFES e nos termos de declaração, assinados pelos depoentes e encaminhados em anexo ao CT, constam os nomes de Mayer Roubach, Luiz Carlos Feitosa Perim, Sebastião Luiz Bozzi, Maria Adélia Rodrigues Gomes, Carlos Alberto Feitosa Perim, Carlos Magno Serafim Girelli, Nilson Costa Roberti e José Armínio Ferreira.¹⁷⁰

As cerimônias de colação de grau também foram vigiadas de perto pela AESI/UFES. Os eventos eram, muitas vezes, utilizados como tribuna de protesto contra o governo autoritário ou como momento de homenagem aos presos e expurgados das Universidades. Conforme Motta (2014, p. 220), esse foi um dos motivos que levou o ministro da Educação a emitir um aviso reservado aos reitores, em agosto de 1973, com objetivo de estabelecer normas para a realização de qualquer evento de natureza científica, acadêmica, cultural ou esportiva nos campi. O aviso n. 873/73 – que não chegou a ser publicado, para não atrapalhar a imagem de “moderação” que Passarinho procurava construir junto aos alunos e não instigar novos protestos estudantis – dispunha que todos os eventos deviam ser oficialmente comunicados, nove dias antes, às Assessorias universitárias e remetidos à DSI/MEC, através de “pedidos de

¹⁶⁸ _____ . Ofício n. 42/72. **CAR/UFES**, Vitória, ES, 04 de abril de 1972.

¹⁶⁹ _____ . Ofício n. 504/73. **CT/UFES**, Vitória, ES, 22 de junho de 1973.

¹⁷⁰ _____ . Ofício n. 88/73. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 16 de julho de 1973.

autorização” com a programação e os objetivos, para “avaliação de risco” pelos agentes de informação – em outras palavras, censura.

Alberto Monteiro procurou materializar as autoritárias determinações de segurança da DSI/MEC na UFES, controlando cada centímetro da vida universitária. As fontes indicam que um desses episódios ocorreu em outubro de 1972, quando ele encaminhou um ofício ao diretor do CBM informando que tinha conhecimento de uma reunião realizada pela “Comissão de Festas” da Medicina, da qual participaram cinquenta e dois estudantes e trinta e oito decidiram por prestar homenagens, na formatura, ao colega Julio Prattes. O aluno foi preso no Congresso de Ibiúna (SP) e, por isso, reprovou no sexto ano do curso. Alberto Monteiro ordenou que o programa de festas e a homenagem fossem cancelados.¹⁷¹

Outro documento é revelador da prática da censura às refeições de grau pela AESI/UFES: em dezembro de 1974, um ofício encaminhado ao CBM solicitou que fossem remetidos os nomes e os discursos de todos os paraninfos e oradores das turmas que formariam no Centro, para “avaliação”.¹⁷² A chefia da Assessoria discriminava o “perfil” e a conduta dos oradores, e garantia a “apreciação” das preleções, liberando-as ou não.

Tendo em vista o interesse fundamental da AESI/UFES em coibir as atividades do ME, as eleições para os órgãos de representações dos alunos recebiam bastante atenção de Alberto Monteiro. A legitimação das candidaturas somente ocorria após passar pelo crivo da agência, responsável por abonar ou desabonar o “perfil” e a conduta política e moral dos estudantes que pleiteavam cargos junto aos Diretórios Acadêmicos, aos Colegiados e ao Conselho Universitário (BAPTISTA; PELEGRINE, 2015, p. 11). Um documento expedido em setembro de 1974, à direção do CBM, denota bem a função de “censor” da vida estudantil assumida pelo chefe da AESI/UFES. Possivelmente em resposta ao pedido de avaliação, feito pelo diretor, Monteiro emitiu um “nada consta” sobre a candidatura de Emílio Mameri Neto, aluno da Medicina, à representação no Colegiado do curso.¹⁷³

¹⁷¹ _____ . Ofício n. 60/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 03 de outubro de 1972.

¹⁷² _____ . Ofício n. 236/74. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 03 de dezembro de 1974.

¹⁷³ _____ . Ofício n. 193/74. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 26 de setembro de 1974.

No ápice da terceira onda repressiva na UFES, o contexto político estadual era marcado por uma grande ação repressiva, que almejava, sobretudo, desmantelar o PC do B e que produziria reflexos na Universidade. A partir da recomendação da chefia da AESI, dezessete universitários foram acusados de pertencer à “Ala Vermelha” do Partido. Assim, foram arrolados em IPM – a cargo do major José Maria Alves Pereira –, perseguidos, presos e torturados. Vale destacar que, além dos alunos, o professor do Departamento de Medicina, Dr. Vitor Buaiz, também foi preso e, em seguida, absolvido pelo MPM.

Os estudantes presos e torturados foram: Marcelo Amorim Neto (Medicina); Gustavo Ferreira do Vale Neto (Medicina); Sebastião Lima Nascimento (Medicina); Elizabeth Santos Madeira (Medicina); Maria Magdalena Frechiani (Medicina); Luzimar Nogueira Dias (Medicina); Guilherme Lara Leite (Medicina); Marcus Lira Brandão (Medicina); Luiz Carlos Garcia Genelhu (Medicina); Iran Caetano (Medicina); Adriano Sisternas (Engenharia); Mirian Azevedo de Almeida Leitão (Jornalismo); Angela Milanez Caetano (Geografia); Maria Gilma Erlacher (Direito); Maria Auxiliadora Ferreira Gama (Direito); Jorge Luiz de Souza (Economia); José Willian Sarandy (Direito) (FAGUNDES, 2013, p. 310-311).

Alguns deles prestaram seus depoimentos à CVUFES. As narrativas coincidem sobre a intensa violação dos direitos humanos de que foram vítimas. Na prisão, o autoritarismo dos agentes militares foi experimentado pelos estudantes através de práticas despóticas, como a obstrução no acesso ao direito de defesa, a ameaça às famílias e a tortura, física e psicológica – que incluía até mesmo o uso de animais adestrados pelos militares. Na UFES, os relatos indicam que a arbitrariedade ficou a cargo de Alberto Monteiro, que coordenou os processos aos quais os alunos respondiam em função do enquadramento do Decreto n. 477 e realizou audiências marcadas por seu comportamento despótico.

Os relatos concedidos por Maria Magdalena Frechiani, Elizabeth Santos Madeira – ambas graduada em Medicina – e Angela Milanez Caetano – que não pode concluir o curso de Geografia – reafirmam os abusos cometidos pelos agentes militares e pelo chefe da AESI/UFES. Mais especialmente, eles trazem à tona o debate sobre as experiências sofridas pelas mulheres nas prisões da ditadura – neste caso, no 3º BC, em Vila Velha (ES) – e os impactos disso em suas vidas, como universitárias e profissionais. Os depoimentos das ex-alunas da UFES, marcados por intensa comoção, ajudam a descortinar o tratamento oferecido

pelos agentes da repressão às mulheres acusadas de “subversão” e permitem verificar a extensão dos danos, materiais ou não, provocados pelos atos do Estado militar.

Maria Frechiani, à época grávida, relatou que, durante os interrogatórios, foi submetida à espera por várias horas, sozinha, em ambiente escuro e decorado com uma fotografia do presidente Emílio Médici. As perguntas, repetidas à exaustão, eram sempre sobre os mesmos episódios, e havia forte coação para que ela delatasse informações ou pessoas. Na prisão, juntamente com outras mulheres, foi alojada em uma cela escura, sem banheiro, e submetida a uma alimentação deteriorada.

Ela contou que era permanentemente acompanhada por militares e cães treinados, que reagiam ao comando da palavra “terrorista”, além de ter sido bastante pressionada a abortar, sob o argumento de que ficariam, ela e a filha, presas por muitos anos. Depois de libertada, teve que se apresentar aos militares por muitos anos, em virtude do IPM que respondia na Justiça Militar, e foi arrolada em inquérito na UFES, uma vez enquadrada no Decreto n. 477, encarando audiências com Alberto Monteiro – lembrado pela agressividade externada em gritos e socos nas mesas.¹⁷⁴

Elizabeth Madeira narrou ter sido vítima de agressão e ameaça armada nos interrogatórios que foi submetida. Eram realizadas várias e demoradas inquirições no mesmo dia, nas quais os agentes repetiam à exaustão o bordão “mulher presa para mim é homem”, torturando psicologicamente a vítima. Conforme a depoente, todo o cenário dos interrogatórios conjugava a impressionar, a infligir sofrimento na acusada. Os agentes criavam falsas relações de “confiança” com as vítimas, se colocando como “amigos”, a serviço das famílias, dispostos a ajudá-las a confessar o que sabiam e livrá-las da prisão – o que não acontecia.

Ela relatou que também foi mantida em cela sem infraestrutura adequada e que em todas as idas ao banheiro era sempre acompanhada e constrangida por homens e cães treinados. Depois de libertada, também foi obrigada a se apresentar, semanalmente, no quartel 3º BC, pois respondia a IPM na Justiça Militar. Madeira igualmente enfrentou inquérito administrativo na UFES, em função do seu enquadramento no 477, e relatou a experiência das

¹⁷⁴ _____ . Depoimento concedido por Maria Magdalena Frechiani. CVUFES, Vitória, ES, 09 dez. 2014.

audiências coordenadas por Alberto Monteiro, que “dava socos e chutes nas mesas e cadeiras da sala”.¹⁷⁵

Angela Milanez descreveu que, no episódio de sua chegada ao 3º BC, foi colocada numa cela sem banheiro e teve as roupas rasgadas. A vigilância dos militares era permanente e as portas das celas não podiam ser fechadas, o que inibia as mulheres em ir ao banheiro e tomar banho. A tortura que sofreu incluiu a violência física e psicológica. Nos interrogatórios, ela foi encapuzada e ameaçada de transferência para outra unidade desconhecida, caso não prestasse as informações solicitadas, sobretudo sobre o marido, Iran Caetano, um dos principais alvos dos militares, que havia escapado da prisão e estava foragido.

Ela contou que chegou a ser ameaçada com uma cobra, que era enrolada em seu corpo caso se negasse a prestar as informações solicitadas e permanecesse em silêncio. Também relatou ter sido mantida em cela solitária, algumas vezes nua, outras vezes coberta com materiais de alta temperatura. Após dois meses de intensa tortura na prisão, Milanez foi solta, respondeu a IPM e ao Decreto 477, não retornando mais à UFES.¹⁷⁶

O depoimento concedido por Adriano Sisternas – graduado em Engenharia – igualmente revela a arbitrariedade das ações dos militares e do chefe da AESI/UFES contra os estudantes acusados e presos. Mas, ao mesmo tempo, seu relato permite observar certa “seletividade” nos atos de violência cometidos pelo Estado militar. Ele descreveu que, quando já estava militando no PCdoB, conviveu com Alberto Monteiro nas atividades de extensão do Projeto Rondon. Assim que o chefe da AESI descobriu sobre sua militância, iniciou uma perseguição pessoal. Após sua prisão, na própria UFES, o interrogatório se deu, sob tortura, nas dependências do 3º BC. Sisternas narrou que sua situação não foi tão grave quanto de outros colegas, presos antes que ele: “Eu sei que dois deles tiveram o esterno fraturado com socos. Esses, com certeza, foram no início e, como eles queriam informações, foram maltratando.”¹⁷⁷

Sisternas foi transferido para uma prisão do Exército, no RJ, onde permaneceu por cerca de seis meses, sem, no entanto sofrer tortura ou ameaça. A exceção que caracterizou o

¹⁷⁵ _____ . Depoimento concedido por Elizabeth Santos Madeira. CVUFES, Vitória, ES, 09 dez. 2014.

¹⁷⁶ _____ . Depoimento concedido por Angela Milanez Caetano. CVUFES, Vitória, ES, 09 dez. 2014.

¹⁷⁷ _____ . Depoimento concedido por Adriano Sisternas. CVUFES, Vitória, ES, 24 nov. 2014.

tratamento recebido na prisão do RJ pode ser compreendida em virtude de o estudante ser cidadão francês e ter sido defendido por um advogado relacionado ao consulado da França no Brasil. Considerando que os militares se preocupavam com a fachada de “normalidade” de seu regime político aos olhos da comunidade internacional, eles estrategicamente preferiram optar por certa “benevolência”. Afinal de contas, um escândalo internacional, envolvendo denúncias de tortura contra o Estado militar e bancadas pelo consulado francês, mancharia a aparência de “progresso” que o governo de Médici tanto buscava construir para seus feitos.

Outro elemento interessante no contexto das prisões dos estudantes da UFES foi o comportamento político adotado pelo reitor, Máximo Borgo. O assunto foi abordado por apenas um dos depoentes, Jorge Luiz de Souza. Ele narrou à CVUFES que, na época dos encarceramentos, o professor Máximo Borgo Filho teria assumido uma postura de aparente “neutralidade”, evitando o assunto, apesar da grande repercussão do fato entre a sociedade capixaba, e não interferindo a favor dos alunos. Jorge Luiz relatou que, entre os alunos, a conduta “acomodadora” do reitor era objeto de desconfiança. Em muitos casos, como o dele, mesmo após a soltura e o cumprimento das penas previstas nos IPM e no 477, era difícil retornar à Universidade e concluir o curso de origem:

A história que circulava era de que o reitor queria que a gente morresse [...]. Quando eu saí da prisão, já com o 477, vim pedir uma audiência ao reitor, mas ele não me recebeu. Reivindiquei a colação de grau e ele não queria fazer, mas aí exibi o documento: “Olha aqui, eu tenho um histórico escolar. O reitor não pode me negar colação de grau”. Legalmente, o reitor tinha que colar grau pessoalmente, mas eu coleí grau sem o reitor a presença dele. Ele botou o livro para eu assinar e coleí grau assim [...].¹⁷⁸

É possível asseverar que a descrença dos alunos em relação à “neutralidade” do reitor Máximo Borgo era fundamentada na inquestionável adesão da Reitoria ao governo. Àquela altura, o reitor conduzia pessoalmente a adaptação do campus à Reforma Universitária, o que acontecia a pleno vapor, e qualquer resistência à materialização dos objetivos precisava ser mitigada. A ocorrência das prisões, sob a regência da AESI/UFES, acabou sendo um “mal necessário”, ainda que isso tenha implicado prejudicar estudantes em seu desenvolvimento acadêmico e expô-los à arbitrariedade da tortura.

¹⁷⁸

Depoimento concedido por Jorge Luiz de Souza. CVUFES, Vitória, ES, 20 mar. 2015.

Após a onda de prisões no campus, ainda houve um avanço nas atividades da AESI para mitigar as ações do ME. As fontes permitem observar o CBM passou a figurar como uma das Unidades mais inquirida pela agência, o que se explica em virtude de agregar a maioria dos estudantes acusados de militância no PC do B. Logo em janeiro, a agência emitiu um documento ao diretor, prof. Benito Zanandrea, ordenando lacrar e recolher as chaves de todas as dependências do Diretório Acadêmico do Centro.¹⁷⁹

Em março do mesmo ano, outro documento reflete a obstinação da agência em censurar qualquer forma de interação política entre os estudantes. Um ofício remetido ao mesmo Centro alertava sobre as estratégias utilizadas pelas organizações comunistas para se expandir na Universidade e orientava sobre os procedimentos a serem adotados em relação ao assunto:

Sendo uma das metas atuais dos organismos comunistas, como o PCB, PCdoB e APML, a união de todos os estudantes através da dinamização dos diretórios, da realização de encontros regionais, formação de grupos culturais, etc. Como sabe vossa senhoria, estas reuniões não devem ser proibidas, mas sim autorizadas e observadas pelas direções, pelo que solicitamos comunicar a nossa assessoria com antecipação possível das referidas reuniões, para que possamos informar aos órgãos responsáveis de nossa área no sentido de tomarmos as providencias que se fizerem necessárias [...].¹⁸⁰

Cumprindo sua missão de elo entre o sistema de segurança e informação do governo e a Universidade, a AESI/UFES fechou o período em análise nesta pesquisa executando uma de suas principais funções: assegurar a aplicação das punições aos estudantes condenados pelo Decreto n. 477 ou pelos regimentos internos da própria instituição. As fontes mostram que, em abril de 1974, a agência repassou às direções do CAR¹⁸¹, do CBM¹⁸² e do CCJE¹⁸³ a decisão do MEC, de proibir a matrícula, por três anos, em qualquer estabelecimento de ensino superior do país, de alunos enquadrados no artigo I do referido Decreto, em função da prática de atos de “subversão” no campus, os quais motivaram inclusive a prisão anterior dos acusados: Marcelo Amorim Netto (CBM), Jorge Luiz de Souza (CCJE), Adriano Sisternas

¹⁷⁹ _____ . Ofício n. 10/73. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 15 de janeiro de 1973.

¹⁸⁰ _____ . Ofício n. 29/73. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 13 de março de 1973.

¹⁸¹ _____ . Ofício n. 79/74. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 05 de abril de 1974.

¹⁸² _____ . Ofício n. 80/74. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 05 de abril de 1974.

¹⁸³ _____ . Ofício n. 82/74. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 05 de abril de 1974.

(CT), Angela Milanez Caetano (CEG), Iran Caetano (CBM), Gustavo Pereira do Vale Neto (CBM) e José Willian Sarandi (CCJE).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurando romper com o espectro autoritário de seu passado político, o Estado brasileiro empreendeu, nos últimos anos, uma aproximação real da cultura da transparência e da publicidade da informação, do direito fundamental à história e à memória social. A criação da LAI e da CNV são provas disso. Elas produziram alterações singulares na estrutura da democracia brasileira, pois fortaleceram a representação do interesse público no político e romperam a predominância do Estado na relação com a sociedade brasileira.

Garantir o acesso público aos “arquivos sensíveis” da ditadura militar e instituir uma Comissão oficial de investigação sobre os crimes políticos do Estado autoritário foram medidas que selaram o compromisso oficial não somente com o necessário esclarecimento – e, espera-se, julgamento – das estruturas e agentes ligados às violações dos direitos humanos, mas, principalmente, com a reconstrução da história do período. Os acervos documentais e orais que puderam vir à tona lançaram novas luzes no cenário da investigação histórica e ampliaram o escopo das análises, permitindo um aprofundamento sobre os efeitos do regime em algumas dimensões da coletividade pouco ou nunca abordadas.

Em especial, para estudos que se dedicam a compreender os impactos da experiência nas universidades públicas, as medidas foram fundamentais. Elas estimularam a criação das Comissões da Verdade universitárias, cujos trabalhos vêm localizando e disponibilizando inúmeras fontes, escritas, imagéticas e orais, aos historiadores. Em função disso, muitas análises regionais, que buscam compreender o desenrolar da política universitária militar nos casos específicos, puderam se desenvolver. No caso da UFES, até então havia pouquíssimas informações e raras análises históricas, portanto, predominavam lacunas sobre os efeitos da ditadura militar no cotidiano do único campus universitário do ES, no período. A partir dos trabalhos da CVUFES, milhares de fontes, orais e escritas, foram disponibilizadas, permitindo novas investigações, inclusive a presente pesquisa.

Aqui, o objetivo foi esclarecer os impactos da política militar de modernização conservadora e autoritária na UFES. Conforme demonstrado, essa política – que contou com o apoio fundamental dos “parceiros” norte-americanos, interessados em amparar um governo que garantisse a representação de seus interesses e espantasse a “ameaça comunista” no Brasil – consistiu em um grande esforço para viabilizar o desenvolvimento econômico do país,

segundo os padrões capitalistas de produção/consumo e de forma “segura”. A “segurança” do processo foi garantida por meio do controle centralizado e despótico do Estado, que assumiu a violência política como recurso e a justificou em função dos “objetivos maiores” da nação.

O propósito modernizador da política concentrou-se na perspectiva econômica e administrativa, com vistas ao crescimento industrial e ao avanço da máquina estatal. Já o propósito autoritário-conservador revelou-se de duas maneiras: no caráter excludente assumido pela onda modernizante, que manteve segmentos sociais subalternos alheios à esfera das decisões políticas e às benesses econômicas, e nos atos despóticos, justificados enquanto necessários no combate ao comunismo e à ameaça aos valores tradicionais, como “pátria”, “família” e “religião”.

Observou-se que, durante a gestão de Médici, com a retomada do nacional-estatismo, a política de modernização conservadora e autoritária foi materializada, brindando o Brasil com uma experiência paradoxal – aparentemente contraditória – expressa no binômio “anos de ouro” e “anos de chumbo”. Os “anos de ouro”, inaugurados pelo “milagre” econômico do período, refletiram a matriz modernizante-conservadora da política de desenvolvimento. Rupturas e permanências foram negociadas para que o tradicional arranjo social do país, elitista e marcado por desigualdades, fosse mantido.

Assim, esse momento “áureo” foi produzido e deleitado apenas por um pequeno grupo social, composto pelas elites conservadoras, que, historicamente, têm seus interesses representados na esfera política e acessam posições de poder e influência no Estado. No curto e médio prazo, o “milagre” beneficiou as camadas altas e médias da população brasileiras. Contudo, já na virada para a década de 1980, com a crise mundial do petróleo¹⁸⁴, ele dava sinais de desgaste.

No longo prazo, o “milagre” não deu conta dos problemas que ocasionou: o descontrole inflacionário, que persistiu durante muitos governos democráticos que vieram em seguida; o inchaço das cidades, causado pela migração dos indivíduos atraídos pela prosperidade das indústrias e das regiões urbanas; a deterioração do sistema público de saúde e educação, em função dos poucos recursos destinados; a exclusão de uma massa de cidadãos, habitantes das

¹⁸⁴ Para maiores informações sobre o assunto, consultar: MENDONÇA; MIYAMOTO, 2015.

áreas apartadas do “desenvolvimento”, no acesso aos direitos humanos básicos. A tradicional falta de equidade na distribuição da renda, concentrada nas mãos de uma pequena parcela da população, foi mantida.

Não houve uma partilha justa dos lucros da produtividade e os salários dos trabalhadores foram achatados, contribuindo para aumentar o abismo que, historicamente, separa ricos e pobres no Brasil. Logo, a modernização conservadora dos militares reforçou a típica organização social do país, mantendo a prevalência dos interesses estabelecidos em detrimento das demandas de uma maioria economicamente desfavorecida, politicamente desarticulada e socialmente marginalizada. Os resultados dessa política se imprimiram na dependência econômica externa e na manutenção da desigualdade social do país.

Também se viu que os “anos de chumbo” refletiram o fortalecimento do elemento autoritário no seio do comando da ditadura. Conforme analisado, apesar do esforço para disfarçá-lo atrás de uma fachada de legalidade e constitucionalidade, o autoritarismo foi uma das bases de sustentação do regime e de seu aparato jurídico-institucional. Ele foi um dos elementos típicos da cultura política brasileira que se reproduziram durante os governos militares, assim como o anticomunismo e o comportamento de negociação e acomodação frente aos problemas.

As representações anticomunistas que os militares compartilhavam derivavam da tradição nacional e tendiam a projetar uma imagem bastante desfigurada e exagerada dos comunistas, que os fazia merecedores do peso da repressão política. Assim, a escalada repressiva da ditadura anticomunista foi justificada enquanto arma necessária para a salvaguarda da “democracia”, da “liberdade” e do desenvolvimento econômico-institucional do país, contra os ameaçadores “inimigos políticos”.

Mesmo depois da decretação do AI5 – que já havia concedido poderes plenos ao Executivo e suspenso direitos constitucionais dos cidadãos – a administração de Médici optou por militarizar ainda mais o Estado e a sociedade, robustecendo a repressão e naturalizando a violência política em nome de uma “limpeza ideológica” definitiva. O aperfeiçoamento dos sistemas de segurança e a origem da “comunidade de segurança e informação” tornaram as atividades repressivas mais “eficientes”, comandadas diretamente pelas Forças Armadas.

As agências de apoio, implantadas nas instituições ligadas ao poder público, civis ou militares, foram expandidas. A visão binária dos militares, que somente conseguiam entender como “proselitismo” ou “subversão” qualquer discordância de seu projeto de governo, provocou efeitos catastróficos na coletividade. A militarização do Estado e da sociedade, além da repressão política contínua, resultou na supressão de direitos humanos (e políticos) fundamentais e na censura à autonomia das instituições públicas do país.

Portanto, ficou evidente que, apesar de expressarem uma aparente contradição, “anos de ouro” e “anos de chumbo” coexistiram, se alavancando mutuamente. O desenvolvimentismo autoritário adotado pelos tecnocratas de Médici refletiu nas inúmeras dimensões da coletividade brasileira. Entre as instituições públicas e civis, as universidades foram um das que experimentaram plenamente os efeitos dos impulsos modernizantes e autoritário-conservadores da política do governo. Modernização e repressão caminharam juntas: o processo tardio de formação das academias recebeu seu maior impulso, mas ele foi viabilizado pela violência política.

A materialização da Reforma Universitária representou o que se pode chamar de “anos de ouro” nas universidades. Ela se desenrolou segundo as representações conservadoras, elitistas e sectárias de seus principais atores políticos, nacionais e norte-americanos, que concordavam sobre a urgência em tornar as instituições mais “eficientes” e “produtivas”, não necessariamente mais democráticas.

A Reforma trouxe em seu bojo o discurso hegemônico da “universidade para a modernização”, ou seja, ela espelhou o desejo de sincronizar a educação superior com as demandas do desenvolvimento econômico. Embora tenha se apropriado de algumas propostas originárias dos “inimigos políticos” – como a ideia da extinção da cátedra, defendida pelo ME ainda antes do golpe de 1964 –, a RU dos militares a reformulou conforme suas intenções e as aplicou de forma autoritária, sem diálogo com os interessados ou envolvidos na reformulação do ensino superior.

Sob as rédeas de Jarbas Passarinho, o MEC priorizou seus gastos com o ensino superior para financiar a reestruturação física, administrativa e acadêmica dos campi. Conforme já argumentado, a maioria dos valores repassados pelo Ministério provinha de parcerias com agências estrangeiras, especialmente a USAID. A Reforma mudou o perfil acadêmico

brasileiro, transformando as universidades em espaços de produção científica e tecnológica, com a pesquisa e a pós-graduação, implantando a carreira docente e o regime de tempo integral, criando o vestibular, alterando a estrutura físico-acadêmico-administrativa. Contudo, ela ignorou as reivindicações de movimentos reformistas que já debatiam o problema universitário no país há décadas e que clamavam por uma universidade mais crítica e democrática.

Na visão dos produtores da Reforma, a academia “ideal” correspondia ao modelo norte-americano, mais empresarial e orientado segundo a lógica da “eficiência”, da “produtividade” e da “integração” – na forma de organização e na relação com o desenvolvimento econômico nacional. Desse modo, os anseios por uma universidade humanista, voltada para as questões sociais do país, foram sufocados. Sem dúvida, a RU representou uma “renovação” e os avanços que promoveu foram inegáveis. Contudo, ela foi uma “renovação” verticalmente imposta, que excluiu os atores políticos que se empenhavam em sua discussão desde antes mesmo do golpe de 1964.

A concretização da Reforma se deu no momento em que o governo militar praticava a mais severa repressão político-ideológica sobre as instituições de educação superior. Os “anos de chumbo” foram estendidos às comunidades universitárias e constituíram o caminho adotado pelo governo para garantir o cenário adequado para concretizar o programa reformista e sufocar discordâncias. Logo, ao mesmo tempo em que experimentaram um momento de grande estímulo e modernização, os campi foram amordaçados.

O Decreto n. 477 – normativo de inspiração conservadora, que definiu como “infrações disciplinares” as práticas que remetiam, principalmente, à atuação do ME – produziu um ambiente de medo e desconfiança nas academias, ao prever punições severas a estudantes e professores acusados de “subversão”. Embora o ministro Passarinho tenha feito uso “cauteloso” dele – optando por um comportamento político personalista, de negociação –, o 477 serviu para inibir a rearticulação política dos estudantes. Juntamente com outros dispositivos jurídico-políticos, como o próprio AI5, ele impactou no desenvolvimento acadêmico de alunos, prejudicou carreiras docentes e, em último caso, atrapalhou a própria política de modernização, ao expurgar capital humano de alto nível das universidades.

As universidades também sentiram os efeitos imediatos da reformulação do aparelho repressivo. Conforme demonstrado, uma das estratégias do governo de Médici foi expandir as DSI nos ministérios civis, subdividindo-as em AESI. Quando a DSI/MEC foi ramificada em várias AESI universitárias, a repressão política nos campi foi elevada a um nível máximo. Disfarçadas de “assessoras” dos reitores para assuntos de segurança, na verdade, as agências funcionaram como “tentáculos” do aparato repressivo, monitorando o cotidiano das universidades e produzindo material necessário para embasar ações efetivas de repressão – que, na maioria dos casos, eram arbitrárias e violentas.

A criação das AESI foi um reflexo claro do anticomunismo distorcido dos militares, que, em altíssimo nível naquele momento, fazia com que eles percebessem os campi como celeiros de comunistas, “subversivos” e “terroristas”, portanto, dignos de vigilância permanente. A presença de agentes da “comunidade de segurança e informação” bloqueou qualquer tentativa de rearticulação da resistência ao regime.

As universidades, espaços supostamente autônomos, ficaram à mercê de um estado constante de tensão e ameaça. Eventos cotidianos das comunidades universitárias passavam pelo crivo dos agentes das AESI: contratações de pessoal, eventos oficiais, reuniões de alunos, publicações acadêmicas ou não, circulação de livros, eleições para entidades de representação estudantil, frequência às aulas, cumprimento da jornada de trabalho. Tudo era esmiuçado para evitar qualquer “infiltração” comunista.

Na Universidade Federal do Espírito Santo, não somente as glórias dos anos “dourados” e as agruras dos anos da “guerra suja” foram experimentadas plenamente, mas sim todo o desdobramento da política de modernização conservadora e autoritária dos militares. Conforme demonstrado, todo o processo tardio de formação da academia capixaba esteve relacionado à conjuntura política, estadual e federal, e ao discurso que nela predominava. A partir do golpe de 1964, isso ficou ainda mais evidente: no lugar do discurso humanista, predominante entre os governos denominados “populistas” – como de Jango e de “Chiquinho”, no ES –, instalou-se o discurso desenvolvimentista, que alinhou a Universidade aos planos do governo federal e seus representantes no ES.

Durante os governos de Castelo Branco e Costa e Silva, a UFES já experimentava a simultaneidade dos impulsos autoritário-conservadores e dos impulsos modernizantes da

política militar. Os primeiros, frutos da sede de “caça aos comunistas”, provocaram a existência de dois ciclos repressivos na academia, que culminaram no expurgo do reitor, na prisão e na tortura de estudantes e professores, na cassação dos direitos políticos de um docente, na instalação de uma sindicância que envolveu todas as unidades de ensino, no fechamento do principal órgão de representação estudantil, na coação permanente de servidores, docentes e alunos sobre atividades “suspeitas”, Os últimos, produtos do discurso desenvolvimentista, motivaram os acordos com instituições norte-americanas e a contratação do consultor Rudolph Atcon para a elaboração de um “Plano de Reestruturação” – o qual serviu de inspiração para a Reforma Universitária e o modelo “produtivista” de educação superior.

Com Médici e Jarbas Passinho, o ritmo modernizante e o peso autoritário-conservador atingiram seu ponto máximo na UFES. No bojo da racionalidade técnica que marcava a administração federal e estadual, de Gerhardt Santos, a indicação do reitor Máximo Borgo Filho selou o alinhamento definitivo da instituição capixaba aos planos desenvolvimentistas. Em continuidade às medidas adotadas pela Reitoria anterior, de Alaor de Queiroz, a adaptação da UFES à Reforma foi concretizada.

O comportamento político de adesão adotado pelo reitor em relação à política universitária do governo e as redes de sociabilidade tramadas, em virtude disso, no segmento político regional e nacional, abrangendo o ministro Jarbas Passarinho, facilitaram esse processo. Graças à reprodução do personalismo nas relações políticas e ao empenho da Reitoria em demonstrar alinhamento ao governo, a presença da UFES se confirmou entre beneficiárias de altos repasses do MEC, o que sustentou a consolidação da Reforma Universitária na academia.

A estrutura administrativa, acadêmico-científica e física foi alterada, materializando o campus “Alaor de Queiroz Araújo”, e a extensão encerrou o tripé da UFES “moderna”. Sem dúvida, houve uma profunda transformação no perfil da Universidade, que, uma vez reformada e expandida, aumentou sua contribuição no desenvolvimento da sociedade capixaba. Entretanto, esse foi um processo unilateral, sectário, que não se desenvolveu no diálogo com propostas que clamavam pela democratização universitária. A adaptação da UFES à Reforma se deu verticalmente, sem negociação com seu “público-alvo”, os docentes e estudantes. Ela foi “vendida” pela Reitoria como a única saída para superar o atraso da academia em relação

ao todo universitário do país, discurso que convinha para conquistar o apoio dos professores e minimizar a resistência ao projeto entre os alunos.

Além disso, os anos “dourados” vividos pela UFES entre 1971 e 1974 viabilizaram-se por meio de uma intervenção direta e autoritária contra sua autonomia. Essa intromissão se deu com a instalação da AESI, em meados de 1971, marcando o início da terceira e mais truculenta onda repressiva, os “anos de chumbo” no campus. A missão da AESI/UFES, no período, foi monitorar a infiltração do comunismo no campus. Por isso, a filtragem político-ideológica constituiu a principal ocupação da agência, motivando práticas invasivas e frequentes, que interferiram no cotidiano da Universidade.

Triar a contratação, acompanhando o “perfil”, a conduta ética e o cumprimento das atividades, monitorar os “suspeitos” de aproximação com o comunismo, os delatando aos órgãos repressivos superiores, fazer cumprir as decisões punitivas do Decreto n. 477, e de qualquer outro normativo ou ordem judicial, eram algumas das ações praticadas contra servidores e professores da UFES. Os estudantes, alvos prioritários da agência, tiveram vários aspectos cotidianos de sua formação acadêmica sob supervisão permanente: frequência às aulas; eleições para órgãos de representação estudantil; publicação, circulação e venda de livros pelo DA e CA; indicações para bolsas de monitoria; eventos acadêmicos ou não; cerimônias de colação de grau; circulação em outros campi do país e do exterior; reuniões “suspeitas” ou “não autorizadas”; “maus” comportamentos.

Sob o comando de seu responsável, Alberto Monteiro, a AESI/UFES estabeleceu uma rede de monitoramento de alto alcance, que cerceou o direito de comunicação, de manifestação política e cultural, de circulação, debate e produção de ideias. Essa teia abrangente de vigilância, que estabeleceu um estado de medo, desconfiança e ameaça no ambiente da Universidade, se fundamentou no “apoio” (forçado) dos diretores dos Centros de ensino.

A emissão de “pedidos de busca” e de “informação” para a direção das Unidades foi o principal método de ação da agência. Na prática, as mensagens eram verdadeiras intimações, mas que nem sempre apresentavam pertinência. Uma vez que não era possível escapar da interferência, os diretores, muitas vezes, optaram por assumir um comportamento conciliatório, se “acomodando” muitas vezes, e informando desconhecer ou respondendo negativamente às inquisições do órgão.

Portanto, pode-se aqui concluir que a face autoritário-conservadora e a face modernizante da política universitária revelaram-se plenamente na UFES entre os anos correspondentes à gestão de Médici e à política universitária sob os cuidados de Jarbas Passarinho. Inscrita no panorama da euforia desenvolvimentista nacional e do “novo lugar” social das universidades, a reitoria de Máximo Borgo Filho buscou adaptar a UFES à Reforma Universitária, dando origem à estrutura físico-administrativo-acadêmica que ainda prevalece na forma atual do campus. Simultaneamente, no cenário da intensificação da repressão em escala nacional, a UFES sofreu, como nunca, com a intervenção representada pela AESI em seu cotidiano e com a violência política contra seus membros. A repressão abriu à força os caminhos para a modernização, imprimindo os matizes densos da censura e da tortura na história da Universidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney (Ed.). **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. New Jersey: Princeton University Press, 1963.

ALVARENGA, Jefferson Ferreira. **Considerações sobre o populismo na política do Espírito Santo (1959-1966)**. 2012. 272 f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. São Paulo: EDUSC, 2005.

ALVES, Ronaldo Sávio Paes. **Legitimação, Publicidade e Dominação Ideológica no Governo Médici (1969/1974)**. 2001. 192 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectivas, 1997.

ATCON, R. P. **Manual sobre o planejamento integral do campus universitário**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1970.

_____. **Proposta para a reestruturação da Universidade Federal do Espírito Santo**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 1966.

_____. **Rumo à reformulação estrutural da universidade brasileira**. Rio de Janeiro: MEC/DES, 1966.

BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural: considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. Ouro Preto: **Cadernos de História**, v. 12, n. 16, p. 38-63, 2011.

BAPTISTA, Leonardo; PELEGRINE, Ayala R. O. **Ditadura militar e a Universidade Federal do Espírito Santo: a atuação repressora da AESI/UFES entre os anos de 1974 e 1974**. Florianópolis: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, 2015.

BATISTA, Carmem Lúcia. Informação pública: controle, segredo e direito de acesso. Porto Alegre: **Intexto**, n. 26, 2012.

_____. **Informação pública: entre o acesso e a apropriação social.** 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983.** Rio de Janeiro: Ed. Forense Univ., FGV-CPDOC/FINEP, 1984.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Para uma história cultural.** Lisboa: Estampa, 1998.

_____; MILZA, Pierre. Conclusão. In : CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente.** São Paulo: EDUSC, p. 127-130, 1999.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. **História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário.** Vitória: Multiplicidade, 2006.

BORGO, Ivantir Antônio. **UFES: 40 anos.** Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural – Universidade Federal do Espírito Santo, 1995.

BRASIL. **Arquivo Nacional.** Disponível em: <www.an.gov.br/mr>. Acesso em: 01 ago. 2014.

_____. Comissão Nacional da Verdade. Volume I, Parte II, Cap. 3 – Contexto histórico das graves violações entre 1946 e 198. **Relatório Comissão Nacional da Verdade.** Brasília: CNV, 2014a, pp. 85 e 108.

_____. Comissão Nacional da Verdade. Volume II, Textos Temático: Violações de Direitos Humanos nas Universidades. In: **Relatório Comissão Nacional da Verdade.** Brasília: CNV, p. 257-288, 2014b, p. 279.

_____. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade.** Brasília: CNV, 2014. 976 p. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571>. Acesso em 28 mar. 2015.

CAETANO, Alexandre. A UFES e a reforma universitária da ditadura: dos acordos MEC-USAID à reação dos estudantes. In: CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D. (Org.). **Memórias, traumas e rupturas.** Vitória: LHPL/UFES, 2013.

CALICCHIO, Vera. Atos Institucionais. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 12/03/2015.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empresários, Ditadura e Política Externa Brasileira. Rio de Janeiro: **Revista Continentes**, v. 1, n. 4, p. 112-137, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, C.F.S. & VAINFAS, R. (Org.) **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

CARVALHO, Claudia Paiva. **Intelectuais, cultura e repressão política na ditadura brasileira (1964-1967):** relações entre direito e autoritarismo. 2013. 298 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília.

CARVALHO, José Murilo de. O motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, 1998.

CATELA, Ludmila da Silva. Do segredo à verdade. Processos sociais e políticos na abertura dos arquivos da repressão no Brasil e na Argentina. IN: TELES, Janaina; TELES, Edson; SANTOS, Cecília M. (orgs). **Desarquivando a ditadura**. Memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009.

COMPARATO, Fábio Konder. **A tortura no direito internacional**. Brasília: SEDH/Coordenação Geral de Combate à Tortura, v. 1, 2010.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, vol. 22, nº 43, p. 85-104, 2009.

_____. **Lembrar o passado, festejar o presente:** as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972). 2012. 333 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura:** Brasil, 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade reformada:** o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. Autonomia universitária: teoria e prática. In: VESSURI, H. (Org.). **Universidad e investigación científica**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

_____. Decreto-Lei 477. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 12/03/2015.

_____. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DE ANGELO, Vitor Amorim. **Luta armada no Brasil**. São Paulo: Claridade, 2009.

_____. Quem tem documentos sobre a ditadura? Uma análise da legislação e das iniciativas governamentais. Florianópolis: **Política & Sociedade**, v. 11, n. 21, p. 199-234, 2012.

_____; FAGUNDES, Pedro Ernesto. Grandes projetos, grandes esquecimentos: o Espírito Santo entre a modernização conservadora e a repressão política. In: DE ANGELO, Vitor Amorim de et al (org.). **O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)**. Vitória: GM Editora, 2014.

DE MENDOÇA, Carlos Vinícius Costa. Segurança nacional e intervenção no Espírito Santo na Era Vargas/Bley (1930-1940). **Dimensões**: Revista de História da UFES, n. 25, p. 182-195, 2010.

DE PAULA, Maria de Fátima. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior. Campinas: v. 14, n. 1, p. 71-84, 2009.

_____. **A modernização da universidade e a transformação do perfil da intelligentsia universitária**: casos USP e UFRJ. Florianópolis: Insular, 2002.

_____. O processo de modernização da universidade: casos USP e UFRJ. São Paulo: **Tempo Social**, v. 12, n. 2, p. 189-202, 2000.

DE SOUZA, Patricia Pereira. **Constituição do ensino superior de Educação Física no Espírito Santo (1931-1972)**. 2011. 121 p. Dissertação (Mestrado em Conhecimento e

Inclusão Social) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DIAS, José Alves. **Militares e civis na ditadura brasileira**: convergências autoritárias. Londrina: Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina – Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI, 2011.

DINIZ, Eli. Empresariado, Regime Autoritário e Modernização Capitalista: 1964-85. In: SOARES, G. A. D. e D'ARAUJO, M. C. (orgs.). **21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1994.

DOMINGUES, José Maurício. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. Rio de Janeiro: **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 45, n. 3, p. 459-482, 2002.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Memórias Silenciadas**: catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo – DOPS/ES (1930-1985). Vitória: GM Editora/APEES, 2012.

_____. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). Florianópolis: **Tempo e Argumento**, v. 5, n. 10, p. 295-316, 2013.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

_____. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Curitiba: **Educar**, n. 28, p. 17-36, 2006.

_____. Autonomia e poder na universidade: impasses e desafios. Florianópolis: **Perspectiva**, v. 22, n. 1, p. 197-226, 2004.

FERNANDES, Jorge; DO VALE, Claudia Câmara. A Instalação do Campus Universitário Alaor de Queiroz Araújo e as Consequências sobre o Manguezal do Entorno. Vitória: **Geografares**, n. 14, p. 32-56, 2013.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. Londrina: **Antíteses**, vol. 2, n. 4, p. 831-856, jul./dez. 2009.

FERREIRA JR, Amarilio; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. Campinas: **Cadernos Cedes**, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008.

_____. O coronel passarinho e o regime militar: o último intelectual orgânico. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: EDUFSCAR, 2006.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar – espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

_____. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

FRAGOSO, Heleno. **Lei de Segurança Nacional**. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2007.

GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. **Jango**: as múltiplas faces. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. Política: história, ciência, cultura etc. **Revista Estudos Históricos**, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1996.

GONÇALVES, Luciana C. **Os frágeis galhos dos cafezais e a modernização emergente**: a gestão governamental de Jones dos Santos Neves. 2010. 234 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

GONÇALVES, Nadia G. **Doutrina de Segurança Nacional e desenvolvimento da Ditadura Civil-Militar**: Estratégias e Educação. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011.

GRECO, Heloisa Amélia. Anistia anamnese vs. Anistia amnésia: a dimensão trágica da luta pela anistia. In: TELES, Janaina; TELES, Edson; SANTOS, Cecília M. (orgs). **Desarquivando a ditadura**. Memória e justiça no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2009.

HESSMANN, Dayane Rúbila Lobo. **Cartilha da repressão**: os ensinamentos de um delegado sobre a subversão e a segurança nacional (1974-1977). 2011. 142 f. Dissertação

(Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Desafios e rumos da política educacional**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, [s.d.]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Desafios_e_rumos_da_politica_educacional>. Acesso em: 12 out. 2015.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 2, 1995.

IPES. **A educação que nos convém**. Rio de Janeiro: APEC, 1968.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: **Revista Acervo**, v. 21, n. 2, p. 29-42, jul/dez 2008.

JOFFILY, Mariana Rangel. **OBAN e DOI-CODI: elementos para um estudo**. In: Anais do XXIII Simpósio Nacional de História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.

_____. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. 2012. 349 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LE GOFF, Jacques. A visão dos outros: um medievalista diante do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (org.). **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. Belo Horizonte: **Nova economia**, v. 15, n. 3, p. 53-92, 2005.

MATTOS, Pedro Lincoln. Avaliação e alocação de recursos no ensino superior federal. São Paulo: **Nupes**, 1990.

MENDONÇA, Filipe Almeida; MIYAMOTO, Shiguenoli. A Política Externa do Governo Geisel (1974-1979). **Século XXI**, v. 2, n. 2, p. 11-29, 2015.

MENEGHEL, Stela Maria. **A crise da universidade moderna no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2001.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. **Juscelino Kubitschek**: mitos e mitologias políticas do Brasil moderno. 2001. 448 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MOORE JR, Barrington. **As origens sociais da Ditadura e da Democracia**: senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Comunismo e anticomunismo sob o olhar da polícia política. Juiz de Fora: **Locus - Revista de História**, v. 16, n. 1, 2010a.

_____ (org.). **Culturas Políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Argumentum/ FAPEMIG, 2009.

_____. **Em guarda contra o "perigo vermelho"**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. 366 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Incômoda Memória: os arquivos das ASI universitárias. Rio de Janeiro: **Revista Acervo**, v. 21, n. 2, p. 43-66, jul/dez 2008a.

_____. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. **Revista Brasileira de História**, v. 30, n. 59, p. 237-266, 2010b.

_____. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. Montevideo: **Contemporânea**, v. 3, n. 3, p. 133-148, 2012.

_____. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: As assessorias de segurança e informações das universidades. Rio de Janeiro: **Topoi**, v. 9, n. 16, p. 30-67, 2008b.

MULLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. 2010. 138 p. Tese (Doutorado

em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____; FAGUNDES, Pedro Ernesto. O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar. **Ciência e Cultura**, v. 66, n. 4, p. 44-47, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NOGUEIRA, Denise T. **Universidade e campus no Brasil**: o caso da Universidade Federal Fluminense. 2008. 300 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NUNES, César. Economia, Educação e Sociedade: Matrizes Políticas e Estigmas Culturais da Administração Escolar no Brasil. Campinas: **Revista HISTEDBR** (n. especial), 2006.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar**: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982). 2013. 335 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. Florianópolis: **Tempo e Argumento**, v. 1, n. 1, p. 30-45, 2009.

PAULA, Cristiana Maria. **Neoliberalismo e Reestruturação da Educação Superior no Brasil**: o REUNI como estratégia do governo Lula e da burguesia brasileira para subordinar a Universidade federal à lógica do atual estágio de acumulação do capital. 2009. 246 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

PEREIRA, Valter Pires et al. **Ditaduras não são eternas**: memórias da resistência ao golpe de 1964 no Espírito Santo. Vitória: Flor&Cultura, 2005.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p. 411-424, 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Rio de Janeiro: **Revista Estudos Históricos**, Vol. 5, n. 1, 1992.

QUADRAT, Samantha Viz. Em busca dos arquivos das ditaduras do Cone Sul: desafios e perspectivas. In: ARAUJO, Maria Paula, FICO, Carlos, GRIN, Monica. **Violência na História: Memória, Trauma e Reparação**. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2013.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. Ditadura e democracia: questões e controvérsias. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

_____. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

REIS, José Carlos. **História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Ed. FGV, 1996.

RIBEIRO, Diones Augusto. Capitalismo e Subdesenvolvimento no Espírito Santo no século XX. In: CAMPOS, A. P.; VIANNA, K. S. S; MOTTA, K. S. da; LAGO, R. D. (Org.). **Memórias, traumas e rupturas**. Vitória: LHPL/UFES, 2013.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos**. 2006. 384 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

RIOUX, Jean Pierre. Pode-se fazer uma história do presente. In: CHAUVEAU, Agnès; TÊTARD, Philippe (Orgs.). **Questões para a história do presente**. São Paulo: EDUSC, p. 39-50, 1999.

RODRIGUES, Luis Augusto F. **Universidade e a fantasia moderna: a falácia de um modelo espacial único**. Niterói, RJ: EdUFF, 2001.

ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e Barbárie (1968-1974). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). **Democracia e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Editora Alameda, 2010.

SALLUM JR, Brasílio. Federação, autoritarismo e democratização. São Paulo: **Tempo social**, v. 8, n. 2, p. 27-52, 1996.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **O Plano Trienal e a política econômica no presidencialismo**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, [200-]. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_trienal_e_a_politica_economica>. Acesso em: 11 jun. 2015.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. Campinas: **Caderno Cedes**, v. 28, n. 76, p. 291-312, 2008.

_____ et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

SILVA, Marta Zorzal. **Espírito Santo: Estado, interesse e poder**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995.

SOUZA, Gabriella Inhan. **Rudolph Atcon entre o educacional e o urbanístico na definição de diretrizes para campi universitários no Brasil**. 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

STAMPA, Inez Terezinha; NETTO, Rodrigo Sá. **Arquivos da Repressão e da Resistência: Comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional – Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013.

TAMAS, Elisabete F. B. **A tortura em presos políticos e o aparato repressivo militar**. Projeto História. Cultura e poder: o golpe de 1964: 40 anos depois. São Paulo: PUC, n. 29, dez. 2004.

TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e Repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções. In: CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina**. São Paulo: Boitempo, 2013.

TORELLY, Marcelo D. Justiça Transicional, memória social e senso comum democrático: notas conceituais e contextualização do caso brasileiro. **Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro**. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia. Portugal: Universidade de Coimbra, p. 102-121, 2010.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do “milagre” econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Economia**, v. 62, n. 2, p. 221-246, abril/junho de 2008.

VIEIRA, S. L. et al. 1968: a Reforma que não terminou. Brasília: **Revista Educação Brasileira**, v. 32, n. 64, janeiro a junho de 2010.

6. FONTES PRIMÁRIAS

6.1 FONTES ESCRITAS

ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Curriculum vitae de Alberto Monteiro. **ADESG/ES**, Vitória, ES, 1970.

BRASIL. Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 de outubro de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em 22 mai. 2015.

_____. Ato Institucional n. 5, de 13 de dezembro de 1968. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 de dezembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 21 set. 2014.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 11 abr. 2015.

_____. Decreto do Conselho de Ministros n. 1.026-A, de 18 de maio de 1962. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de maio de 1962. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-1026-a-18-maio-1962-353136-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

_____. Decreto do Conselho de Ministros n. 69, de 23 de outubro de 1961. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de outubro de 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-69-23-outubro-1961-355963-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

_____. Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de novembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm>. Acesso em: 17 jul. 2015.

_____. Decreto n. 51.465, de 15 de maio de 1962. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de maio de 1962. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51465-15-maio-1962-391092-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. Decreto n. 60.940, de 04 de julho de 1967. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 de julho de 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60940-4-julho-1967-402027-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

_____. Decreto n. 62.024, de 29 de Dezembro de 1967. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 29 de dezembro de 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62024-29-dezembro-1967-403237-norma-pe.html>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

_____. Decreto n. 62.937, de 02 de Julho de 1968. **Diário Oficial da União**, Poder executivo, Brasília, DF, 03 de julho de 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62937-2-julho-1968-404810-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 abr. 2015.

_____. Decreto n. 64.086, de 11 de fevereiro de 1969. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 de fevereiro de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64086-11-fevereiro-1969-405264-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 29 mar. 2015.

_____. Decreto n. 66.732, de 16 de Junho de 1970. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de junho de 1970. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66732-16-junho-1970-408168-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

_____. Decreto n. 67.325, de 02 de outubro de 1970. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 02 de outubro de 1970. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67325-2-outubro-1970-408768-norma-pe.html>>. Acesso em: 04 set. 2014.

_____. Decreto-Lei n. 53, de 18 de novembro de 1966. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 de novembro de 1966. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126183/decreto-lei-53-66>>. Acesso em: 01 fev. 2015.

_____. Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 de fevereiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm>. Acesso em: 05 fev. 2015.

_____. Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de fevereiro de 1967. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=91979&norma=117229>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. Decreto-Lei nº 464, de 1º de fevereiro de 1969. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 de fevereiro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0464.htm>. Acesso em: 23 mai. 2015.

_____. Decreto-Lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm>. Acesso em: 21 set. 2014.

_____. Decreto-Lei n. 63.577, de 08 de novembro de 1968. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 de novembro de 1968. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=177189&norma=194427>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

_____. Decreto presidencial, de 01 de junho de 1967. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 de junho de 1967. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2854532/pg-4-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-02-06-1967/pdfView>>. Acesso em: 08 jan. 2015.

_____. Decreto presidencial, de 14 de abril de 1964. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 de abril de 1964.

_____. Decreto presidencial, de 18 de junho de 1971. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 de junho de 1971.

_____. Decreto presidencial, de 27 de maio de 1964. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, 27 de maio de 1964, p. 4.564.

_____. Decreto presidencial n. 66.598, de 20 de maio de 1970. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de maio de 1970.

_____. Discurso de posse do presidente general Emílio Garrastazu Médici, de 30 de outubro de 1969. **Presidência da República**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 out. 1969. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/91988>. Acesso em: 25 jan. 2015.

_____. Edital de Chamamento Público nº 1/2009, de 14 de maio de 2009. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 de maio de 2009. Disponível em:

<http://www.secretariageral.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes-contratos-editais/secretaria-de-administracao/copy_of_outros-instrumentos/2009/convenio/convenio-no-01-2009/publicacao-no-dou>. Acesso em: 23 jul. 2014.

_____. Lei n. 38, de 04 de abril de 1935. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de junho de 1935. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

_____. Lei n. 1.802, de 05 de janeiro de 1953. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 de janeiro de 1953. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128791/lei-de-crimes-contra-o-estado-e-a-ordem-politica-e-social-lei-1802-53>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

_____. Lei n. 3.868, de 30 de janeiro de 1961. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 de janeiro de 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3868-30-janeiro-1961-353637-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

_____. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 de dezembro de 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. Lei n. 4.759, de 20 de agosto de 1965. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de agosto de 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. Lei n. 5.539, de 27 de novembro de 1968. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de novembro de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5539.htm>. Acesso em 22 mar. 2015.

_____. Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de novembro de 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 21 mar. 2015.

_____. Lei nº 5.727, de 04 de novembro de 1971. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 08 de novembro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L5727.htm>. Acesso em: 23 jul. 2015.

_____. Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de agosto de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em 07 jun. 2014.

_____. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 30 mai. 2014.

_____. Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm>. Acesso em: 30 mai. 2014.

_____. Portaria do MEC n. 4 BR, de 26 de janeiro de 1962. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 de janeiro de 1962. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2694663/pg-12-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-18-02-1963>>. Acesso em: 09 jul. 2015.

_____. Portaria do MEC n. 10-BSB, de 18 de janeiro de 1971. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 de janeiro de 1971. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2892873/pg-45-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-19-01-1971/pdfView>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

_____. Portaria do MEC n. 17, de 18 de fevereiro de 1963. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 de fevereiro de 1963.

_____. Portaria Interministerial nº 205, de 14 de maio de 2012. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 de maio de 2012. (Disponível em: <<http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Portaria%20205.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

CARDOSO, Carlos Magno Gonzaga; PIGNATON, Alaor. O universitário é privilegiado neste país onde mais de cinco milhões de crianças não tem escola. **O universitário**, Vitória, ES, 1967.

DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DO ESPÍRITO SANTO. Ofício n. 56. **DOPS/ES**, Vitória, ES, 20 de maio de 1964.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Informe DSI/SEP/MEC n. 08. **DSI/MEC**, Brasília, DF, 27 de fevereiro de 1968.

_____. Ofício n. 3 SI/DSIEC/69. **DSI/MEC**, Brasília, DF, 23 de setembro de 1969.

ESPÍRITO SANTO. Lei n. 806, de 05 de maio de 1954. *Diário Oficial do ES*, Poder Executivo, Vitória, ES, 07 de maio de 1954. Disponível em: <<http://fames.es.gov.br/uploads/download/01008061954.pdf>>. Acesso em 07 out. 2014.

_____. Projeto de criação da Universidade do Espírito Santo: Exposição de motivos. **Diário Oficial do ES**, Poder Executivo, Vitória, ES, 29 de janeiro de 1954.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Lei n. 379, de 27 de outubro de 1954. **Diário Oficial do ES**, Poder Executivo, Vitória, ES, 28 de outubro de 1954.

UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO. Livro de atas do Conselho Universitário. **DAOCS**, Vitória, ES, 30 de junho de 1954.

_____. Livro de Atas do Conselho Universitário. **DAOCS**, Vitória, ES, 08 de abril de 1964.

_____. Portaria do reitor n. 318. **DAOCS**, Vitória, ES, 11 de maio 1964.

_____. Portaria do reitor n. 375. **Reitoria**, Vitória, ES, 27 de junho de 1963.

_____. Registro da visita do presidente da República, marechal Humberto de Alencar Castello Branco. **Reitoria**, Vitória, ES, de 17 de novembro de 1964.

_____. Relatório da Comissão de Inquérito. **Reitoria**, Vitória, ES, maio de 1964.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Mensagem do reitor ao Conselho Universitário n. 6/66. **DAOCS**, Vitória, ES, 22 de junho de 1966.

_____. Mensagem do reitor ao Conselho Universitário n. 10/71. **DAOCS**, Vitória, ES, 18 de outubro de 1971.

_____. Ofício circular n. 05. **Reitoria**,
Vitória, ES, 29 de janeiro de 1969.

_____. Ofício circular n. 06. **Reitoria**,
Vitória, ES, 29 de janeiro de 1969.

_____. Ofício n. 02/74. **CBM/UFES**,
Vitória, ES, 21 de junho de 1974.

_____. Ofício n. 03/72. **CBM/UFES**,
Vitória, ES, 18 de maio de 1972.

_____. Ofício n. 04/72. **CBM/UFES**,
Vitória, ES, 18 de maio de 1972.

_____. Ofício n. 08/72. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 27 de março de 1972.

_____. Ofício n. 10/72. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 27 de março de 1972.

_____. Ofício n. 10/73. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 15 de janeiro de 1973.

_____. Ofício n. 13/72. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 27 de março de 1972.

_____. Ofício n. 14/72. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 27 de março de 1972.

_____. Ofício n. 22/73. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 09 de março de 1973.

_____. Ofício n. 23/73. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 09 de março de 1973.

_____. Ofício n. 24/73. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 09 de março de 1973.

_____. Ofício n. 29/73. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 13 de março de 1973.

_____. Ofício n. 26/71. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 30 de agosto de 1971.

_____. Ofício n. 35/71. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 31 de agosto de 1971.

_____. Ofício n. 36/71. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 31 de agosto de 1971.

_____. Ofício n. 38/72. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 13 de julho de 1972.

_____. Ofício n. 40/72. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 13 de julho de 1972.

_____. Ofício n. 41/72. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 13 de julho de 1972.

_____. Ofício n. 42/72. **CAR/UFES**,
Vitória, ES, 04 de abril de 1972.

_____. Ofício n. 43/72. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 13 de julho de 1972.

_____. Ofício n. 60/72. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 03 de outubro de 1972.

_____. Ofício n. 75/72. **CAR/UFES**,
Vitória, ES, 12 de maio de 1972.

_____. Ofício n. 79/74. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 05 de abril de 1974.

_____. Ofício n. 80/74. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 05 de abril de 1974.

_____. Ofício n. 82/74. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 05 de abril de 1974.

_____. Ofício n. 86/74. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 25 de abril de 1974.

_____. Ofício n. 88/73. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 16 de julho de 1973.

_____. Ofício n. 88/74. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 25 de abril de 1974.

_____. Ofício n. 176/72. **CCJE/UFES**,
Vitória, ES, 12 de maio de 1972.

_____. Ofício n. 178/72. **CCJE/UFES**,
Vitória, ES, 16 de maio de 1972.

_____. Ofício n. 193/74. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 26 de setembro de 1974.

_____. Ofício n. 215/74. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 18 de novembro de 1974.

_____. Ofício n. 217/74. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 18 de novembro de 1974.

_____. Ofício n. 236/74. **AESI/UFES**,
Vitória, ES, 03 de dezembro de 1974.

_____. Ofício n. 504/73. **CT/UFES**,
Vitória, ES, 22 de junho de 1973.

_____. Ofício s/n. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 15 de junho de 1972.

_____. Ofício s/n. **CT/UFES**, Vitória, ES, 11 de maio de 1972.

_____. Ofício s/n. **DAOCS**, Vitória, ES, 16 agosto de 1967.

_____. Pedido de busca n. 09/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 04 de maio de 1972.

_____. Pedido de busca n. 12/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 04 de maio de 1972.

_____. Pedido de busca n. 13/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 04 de maio de 1972.

_____. Pedido de busca n. 16/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 04 de maio de 1972.

_____. Pedido de busca n. 18/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 04 de maio de 1972.

_____. Pedido de busca n. 20/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 04 de maio de 1972.

_____. Pedido de busca n. 21/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 04 de maio de 1972.

_____. Pedido de busca n. 22/72. **AESI/UFES**, Vitória, ES, 04 de maio de 1972.

_____. Plano Integrado de Desenvolvimento. **DRH**, Vitória, ES, 1972.

_____. Portaria do reitor n. 14. **DRH**, Vitória, ES, 30 de janeiro de 1969.

_____. Portaria do reitor n. 64/68.
DRH, Vitória, ES, 11 de março de 1968.

_____. Portaria do reitor nº 200. **DRH**,
Vitória, ES, 27 de julho de 1971.

_____. Portaria do reitor n. 318.
DAOCS, Vitória, ES, 11 mai. 1964.

_____. Portaria do reitor n. 310. **DRH**,
Vitória, ES, 1º de novembro de 1971.

_____. Portaria do reitor n. 478/2013.
Reitoria, Vitória, ES, 04 de março de 2013.

_____. Relatório da Comissão de
Inquérito. **Reitoria**, Vitória, ES, mai. 1964.

_____. Resolução do Conselho
Universitário n. 06/72. **DAOCS**, Vitória, ES, 25 de fevereiro de 1972.

_____. Resolução do Conselho
Universitário n. 11/67. **DAOCS**, Vitória, ES, 17 de julho de 1967.

_____. Resolução do Conselho
Universitário n. 11/68. **DAOCS**, Vitória, ES, 30 de dezembro de 1968.

_____. Resolução do Conselho
Universitário nº 12/71. **DAOCS**, Vitória, ES, 28 de outubro de 1971.

_____. Resolução do Conselho
Universitário n. 15/67. **DAOCS**, Vitória, ES, 28 de dezembro de 1967.

_____. Resolução do Conselho
Universitário n. 15 e 16/71. **DAOCS**, Vitória, ES, 27 de outubro de 1971.

_____. Resolução do Conselho
Universitário n. 17/66. **DAOCS**, Vitória, ES, 24 de junho de 1966.

_____. Resolução do Conselho
Universitário n° 18/71. **DAOCS**, Vitória, ES, 27 de outubro de 1971.

_____. Resolução do Conselho
Universitário n° 21/72. **DAOCS**, Vitória, ES, 17 de novembro de 1972.

_____. Resolução do Conselho
Universitário n° 22/72. **DAOCS**, Vitória, ES, 17 de novembro de 1972.

_____. Resolução do Conselho
Universitário n° 23/72. **DAOCS**, Vitória, ES, 21 de novembro de 1972.

_____. Resolução do Conselho
Universitário n° 24/72. **DAOCS**, Vitória, ES, 21 de novembro de 1972.

6.2 FONTES ORAIS

SANTOS, Arthur Carlos Gerhardt. **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. Entrevista concedida a Arlindo Villaschi Filho e Ednilson Silva Felipe, Vitória, 06 ago. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Depoimento concedido por Adriano Sisternas. **CVUFES**, Vitória, ES, 24 nov. 2014.

_____. Depoimento concedido por Angela Milanez Caetano. **CVUFES**, Vitória, ES, 09 dez. 2014.

_____. Depoimento concedido por Elizabeth Santos Madeira. **CVUFES**, Vitória, ES, 09 dez. 2014.

_____. Depoimento concedido por Iran Caetano. **CVUFES**, Vitória, ES, 16 abr. 2012.

_____. Depoimento concedido por Jayme Lanna Marinho. **CVUFES**, Vitória, ES, 16 abr. 2012.

_____. Depoimento concedido por João Amorim Coutinho. **CVUFES**, Vitória, ES, 16 abr. 2012.

_____. Depoimento concedido por Jorge Luiz de Souza. **CVUFES**, Vitória, ES, 20 mar. 2015.

_____. Depoimento concedido por Laura Maria da Silva Coutinho. **CVUFES**, Vitória, ES, 16 abr. 2012.

_____. Depoimento concedido por Marcelo Paes Barreto. **CVUFES**, Vitória, ES, 16 abr. 2012.

_____. Depoimento concedido por Maria Magdalena Frechiani. **CVUFES**, Vitória, ES, 09 dez. 2014.